

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

WARLES RODRIGUES ALMEIDA

**"Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina":
imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao Bolsa Família**

**FRANCA – SP
2024**

WARLES RODRIGUES ALMEIDA

**"Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina":
imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao Bolsa Família**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

**FRANCA
2024**

A447“

Almeida, Warles Rodrigues

“Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina” :
imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao benefício do
Programa Bolsa Família / Warles Rodrigues Almeida. -- Franca, 2024
152 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

1. Imigração. 2. Refúgio. 3. Transferência de Renda. 4. Bolsa
Família. 5. Imigração Venezuelana. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Essa pesquisa se revela relevante, pois oferece uma reflexão contemporânea sobre as diversas determinantes que influenciam o fluxo migratório da população venezuelana para o Brasil, assim como seus acessos às políticas sociais brasileiras, com foco específico no Programa Bolsa Família. Além disso, trata-se de um estudo de caráter exploratório.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research is relevant because it offers a contemporary reflection on the various determinants that influence the migratory flow of the Venezuelan population to Brazil, as well as their access to Brazilian social policies, with a specific focus on the Bolsa Família Program. In addition, it is an exploratory study.

WARLES RODRIGUES ALMEIDA

**"Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina":
imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao Bolsa Família**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

**Presidente: _____
Prof.^a Dr.^a Andréia Aparecida dos Reis de Carvalho Liporoni**

**1º Examinador: _____
Prof.^a Dr.^a Fernanda de Oliveira Sarreta**

**2º Examinador: _____
Prof.^a Dr.^a Rosana Freitas Arantes**

Franca, _____ de _____ de 2024.

*Dedico esse trabalho às e aos imigrantes e refugiados Venezuelanos (as) que
buscam no Brasil as suas condições de sobrevivência diante toda a barbárie que
assola o seu país de origem*

AGRADECIMENTOS

Não ando só! Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por me conceder sabedoria, saúde e força para realizar mais este sonho. Sou grato aos meus pais, cuja simplicidade e humildade sempre me incentivaram e acreditaram em mim. Agradeço aos meus irmãos pelo apoio, amizade e cumplicidade, e às minhas sobrinhas pelo carinho que traz esperança de um futuro melhor. Amo vocês!

A minha orientadora, Prof.^a. Dra. Andréia, que generosamente aceitou o desafio de pesquisar esta temática comigo, o meu agradecimento pelo afeto, companheirismo, incentivo e por acreditar no meu potencial de pesquisador. Agradeço também às queridas Prof.^a Fernanda Sarreta e Rosana Arantes, pelas contribuições valiosas durante minha qualificação e defesa, que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos, tanto os mais antigos quanto os mais recentes, em especial a Danielle Basílio, Naiarana Gomes, Guilherme Siqueira, Flávia Canesqui, Aline Siqueira, Solange Coutinho e Cláudia Rodrigues, que sempre estiveram presentes e acreditaram em mim. Um agradecimento especial à Ana Sales, com quem compartilhei os desafios e sonhos desse percurso durante o Mestrado.

Sou grato às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP Franca, pelas trocas enriquecedoras e pela construção coletiva do conhecimento. Agradeço ao GEPAPOS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Participação nas Políticas Sociais, pelas trocas de experiências que fortaleceram minha formação.

Aos colegas do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MG), pela oportunidade de defender e lutar pelo Serviço Social. Às colegas de trabalho do CRAS Tutunas – Carita, Cláudia e Ekel – meu agradecimento pelo apoio e carinho incondicional.

Agradeço à vereadora Rochelle Guitierrez, pela disponibilidade em fornecer informações sobre a audiência pública referente aos imigrantes e refugiados de Uberaba. Aos estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelos momentos de troca e discussão sobre o tema da pesquisa.

Por fim, agradeço à gestora da Política de Assistência Social de Uberaba/MG, Erika Martins, e às servidoras da SEDS, Vânia Guarato e Eliza Kioz, que gentilmente compartilharam dados essenciais para a construção da pesquisa. Ao chefe da Delegacia da Polícia Federal, Dr. Benedito Raymundo, meu agradecimento pela colaboração dos dados que foram socializados. A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento!

Sou Imigrante

*(...) Oh, se não houvessem fronteiras Divisões geográficas E que todos os homens fossem só homens! Sem distinção de cores, raças, nacionalidades! Que culpa tenho eu em ser Preto ou branco? Cristão ou muçulmano? Hindu ou Budista? Judeu ou Samaritano? Se talvez as raças negra ou branca, não existissem! Na verdade, não existem O que apenas existe é... Raça humana.
(Moisés Tiago António).*

ALMEIDA, Warles Rodrigues. **“Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina”**: imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao benefício do Programa Bolsa Família. 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa analisou o acesso dos imigrantes/refugiados venezuelanos ao programa bolsa família no município de Uberaba/MG por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A temática da mobilidade humana assumiu escala importantes na América Latina nas últimas décadas, trazendo novas nuances para os fluxos migratórios na região. No caso da Venezuela a conjuntura política, social e econômica pela qual passa o país tem produzido uma crise humanitária que desenhou o fluxo migratório, ou o êxodo forçado da população venezuelana para outros países, dentre os quais o Brasil. Ao chegarem no Brasil, apesar das dificuldades enfrentadas a população imigrante e refugiada frequentemente atendida pelos equipamentos da assistência social, política esta que tem nos benefícios de transferência de renda uma devida centralidade. A compreensão do objeto estudado foi realizada através do movimento dialético da realidade, com apreensão das mediações necessárias para uma análise de totalidade. Os dados foram analisados por meio de enfoque quantitativo e qualitativo. A pesquisa nos permitiu conhecer o perfil dos imigrantes/refugiados venezuelanos que são beneficiários do bolsa família no município de Uberaba/MG e as nuances que decorrem desse acesso.

Palavras-chave: Imigração, Refúgio, Transferência de Renda, Bolsa Família, Imigração Venezuelana.

ALMEIDA, Warles Rodrigues. **“Soy América Latina un pueblo sin pernas pero que camina”**: imigração venezuelana para o Brasil e o acesso ao benefício do Programa Bolsa Família. 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

ABSTRACT

This research analyzed the access of Venezuelan immigrants/refugees to the Bolsa Família program in the city of Uberaba/MG through documentary and bibliographical research. The theme of human mobility has taken on an important scale in Latin America in recent decades, bringing new nuances to migratory flows in the region. In the case of Venezuela, the political, social and economic situation the country is going through has produced a humanitarian crisis that has led to the migratory flow, or the forced exodus of the Venezuelan population to other countries, including Brazil. Upon arriving in Brazil, despite the difficulties faced by the immigrant and refugee population, they are often served by social assistance facilities, a policy that has income transfer benefits at a central level. The understanding of the studied object was achieved through the dialectical movement of reality, with apprehension of the necessary mediations for an analysis of totality. The data were analyzed using a quantitative and qualitative approach. The research allowed us to understand the profile of Venezuelan immigrants/refugees who are beneficiaries of the Bolsa Família in the city of Uberaba/MG and the nuances that result from this access.

Keywords: Immigration, Refuge, Income Transfer, Family Allowance, Venezuelan Immigration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Figura SEQ Figure * ARABIC 1: Fronteira Venezuela/Brasil	2
Figura 2 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação, Brasil 2011 - 2023	2
Figura 3 - Gênero	2
Figura 4 - Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil - 2023	2
Figura 5 - Faixa etária dos imigrantes venezuelanos que pediram refúgio em Uberaba de 2014 a 2023	2
Figura 6 - Mapa da cidade por referenciamento dos CRAS	2
Figura 7- Território de abrangência do CRAS Tutunas	2
Figura 8 - Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos CRAS inscritas no cadúnico e que recebem o Bolsa Família	2
Figura 9 - Quantidade de imigrantes/refugiados venezuelanos por sexo e faixa etária inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal	2

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A rede de proteção social pública conta com uma sede gestora e 17 unidades	2
Tabela 2 – Quantidade de pedidos de refúgios por venezuelanos no período de 2014 a 2023na cidade de Uberaba	2
Tabela 3 – Matérias veiculadas pela imprensa local	2
Tabela 4 - SEQ Tabela * ARABIC 4 - Venezuela - Estrutura de idade da população segundo sexo - Censo 1961 - 2011	2
Tabela 5 – Estado civil dos venezuelanos(as)	2
Tabela 6 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo grupos de idade, Brasil - 2023	2
Tabela 7 - Ocupação	2
Tabela 8 – Reportagens veiculadas pela mídea brasileira	2
Tabela 9 – Referenciamento dos CRAS por bairros	2
Tabela 10 – Raça/etnia	2
Tabela 11 - Escolaridade	2

SUMÁRIO

<i>NOTAS INTRODUTÓRIAS DA PESQUISA</i>	13
<i>CAPÍTULO I FLUXOS MIGRATÓRIOS E A CRISE DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA</i>	23
1.1 Breves considerações sobre a formação sócio histórica latino americana e questões contemporâneas	23
1.2 A Venezuela no contexto latino-americano: questão social no capitalismo petrolero-rentista.....	34
1.3 “Que pasa?” A crise na Venezuela e seus impactos na vida da população venezuelana.....	49
1.4 O movimento migratório da população Venezuelana para o Brasil	56
<i>CAPÍTULO II “POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: FUNDAMENTOS E PARTICULARIDADES”</i>	67
2.1 Fundamentos e concepções da política social no capitalismo	67
2.2 A política social no capitalismo tardio brasileiro e a seguridade social brasileira na contemporaneidade	77
<i>CAPÍTULO III IMIGRAÇÃO VENEZUELANA, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>	87
3.1 A trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil: dilemas, contradições e limites para a sua efetivação na sociedade capitalista	87
3.2 Programa bolsa família, mínimos sociais e transferência de renda	94
3.3.1 O perfil da população imigrante/refugiada venezuelana em Uberaba	99
3.3.2 O acesso dos imigrantes/refugiados venezuelanos ao programa bolsa família em Uberaba/MG.....	117
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	132
<i>REFERÊNCIAS</i>	135

ANEXO I.....	144
ANEXO II.....	145
ANEXO IV.....	148
ANEXO V.....	149

NOTAS INTRODUTÓRIAS DA PESQUISA

Os fluxos migratórios fazem parte da ocupação humana no seu processo de produção e reprodução do espaço terrestre. No modo de produção capitalista, esse processo migratório é determinado por questões universais e estruturais: catástrofes ambientais, crises socioeconômicas, guerra civil, perseguição política, violação dos direitos humanos, entre outros.

Partimos da perspectiva de que os fluxos migratórios são, no atual estágio do desenvolvimento capitalista, expressões da questão social, ou seja, são produzidos pelas contradições entre o capital e o trabalho. Desse modo, os fluxos migratórios sintetizam múltiplas determinações que perpassam pelas contradições do próprio modo de ser do sistema capitalista.

Neste trabalho nos aproximamos de alguns elementos teóricos e empíricos acerca do fluxo migratório da população venezuelana – ou dito em outras palavras, do seu êxodo forçado para o Brasil, na perspectiva de compreendermos as nuances que tem provocado esse processo migratório. Mais especificamente, buscamos compreender como essa população imigrante e refugiada da Venezuela acessa o programa bolsa família na política de assistência social brasileira em determinado município. Nosso objeto de pesquisa, portanto, é “o acesso dos imigrantes e refugiados venezuelanos ao programa bolsa família no município de Uberaba/MG”.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar o acesso dos imigrantes Venezuelanos ao Programa Bolsa Família- da Política de Assistência Social no município de Uberaba - MG. E como objetivos específicos: 1) Compreender o processo de migração, em especial, da população Venezuelana para o Brasil; 2) Refletir sobre a legislação e o acesso da população Venezuelana às políticas sociais, em especial a Política de Assistência Social e, 3) Quantificar e analisar o movimento migratório da população Venezuelana para o município de Uberaba/MG no período de 2013 a 2023.

A pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que até o momento não foram realizados estudos que analisassem o acesso da população Venezuelana ao Programa Bolsa Família no município de Uberaba.

O cenário da pesquisa é o município de Uberaba que está localizado no Estado de Minas Gerais e destaca-se por suas características econômicas, sociais e políticas que moldaram seu desenvolvimento ao longo dos anos. Situada em uma localização geográfica estratégica, há 500 km das principais cidades do país - São Paulo e Belo Horizonte, Uberaba é marcada por uma história de ocupação diversificada.

De acordo com os dados do IBGE (2022), a população de Uberaba está estimada em 337.846 habitantes. A cidade possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,772, classificado como alto, conforme a classificação do estudo. Uberaba é também a cidade polo de referência no Triângulo Sul (IBGE, 2022). Além disso, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com seu elevado IDH, Uberaba ocupa a 14ª posição no ranking nacional e é o 7º município mais populoso do Estado.

O município de Uberaba destaca-se como um dos municípios de maior crescimento demográfico e econômico do estado, o maior percentual da população está centrado no perímetro urbano, corresponde a 98% da população. A economia do município é intrinsecamente ligada ao setor agropecuário, que se destaca por suas atividades de produção de carne e grãos. A cidade é conhecida nacional e internacionalmente pela criação do gado zebu e pelo evento anual ExpoZebu.

Além disso, a agricultura de cana-de-açúcar e grãos também desempenha um papel significativo na economia local. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas na cidade no setor primário estão a avicultura, suinocultura, bovinocultura de corte e leite, agricultura de cana e grãos, hortifruticultura e granjeiros. Todavia, Uberaba não se limita apenas ao agronegócio. O setor industrial vem ganhando força ao longo dos anos, com a presença de indústrias alimentícias, de bebidas, calçados, construção civil, metalúrgica e outros segmentos. O setor secundário é composto de indústrias alimentícias, bebidas, calçados, confecções, construção civil, cosméticos, defensivos agrícolas, fertilizantes, eletrodomésticos, metalúrgica, mecânica, moveleira, química, plásticos e derivados. O setor terciário é composto pelo comércio em geral, prestação de serviços (comunicações, energia, transporte), biotecnologia e ensino.

Destaca-se ainda que Uberaba possui um protagonismo regional no que se refere aos serviços públicos de saúde, com uma rede de atenção à saúde diversificada, especificamente no âmbito da atenção terciária do Sistema Único de Saúde.

Todas essas características conjugadas (economia, mercado de trabalho, oportunidades e acesso a serviços públicos) são atrativos para receber migrantes brasileiros e estrangeiros que buscam novas oportunidades e possibilidades de vida.

Por outro lado, embora Uberaba tenha apresentado um crescimento econômico significativo desde o início do século XX e se destacado como um importante centro comercial, a cidade sempre apresentou uma desigualdade social, marcada pela existência de várias expressões da questão social. A distribuição de renda ainda é um problema, com uma parcela significativa da população vivendo em situação de pobreza e desproteção social.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS) tem como objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as ações da Política de Assistência Social no município, visando o enfrentamento e a erradicação da pobreza. Além disso, busca promover o desenvolvimento social da população por meio de ações de proteção a grupos vulneráveis, garantindo seus direitos.

Nesse contexto, a SEDS considera a realidade do município, levando em conta suas diversidades socioeconômicas e culturais, e propõe um plano plurianual de assistência social que seja coerente com as demandas e necessidades da população, viabilizando sua execução.

Como gestora da Política de Assistência Social em Uberaba, a SEDS integra a gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela apoia e articula ações voltadas para a integração e sustentabilidade, operacionalizando serviços de proteção social básica e especializada, além de promover a geração de emprego e renda, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e assumindo um papel protagonista na inclusão social.

Tabela 1 - A rede de proteção social pública conta com uma sede gestora e 17 unidades

Proteção Social Básica	Proteção Social Média e Alta Complexidade
08 CRAS	01 CREAS
01 Unidade de Atenção ao Idoso	01 Centro Integrado da Mulher
01 Restaurante Popular	01 Centro de Referência Especializado para População em situação de rua
	02 Acolhimentos Institucionais de Crianças e Adolescentes
	01 Família Acolhedora
	01 Casa de Passagem

Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações do Diagnóstico Socioterritorial (2021)

Somam-se outras 70 instituições da rede de proteção privada, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social que ofertam programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social do município por meio dos valores do cofinanciamento existente entre a União e o Estado.

De acordo com os dados da SEDS no município de Uberaba, em Setembro de 2024, o Cadastro Único contava com 37.093 famílias cadastradas, o que equivale a 84.697 pessoas, sendo que 15.621 famílias recebem o Benefício do Programa Bolsa Família, totalizando 41.347 pessoas.

No que tange à população venezuelana, conforme dados da SEDS, em Dezembro de 2023, existiam 46 famílias venezuelanas que estavam inscritas no Cadastro Único, sendo que desse total apenas 28 recebiam o Benefício do Programa Bolsa Família, o que equivale a 74 pessoas venezuelanas beneficiadas pelo referido programa.

Nesse cenário, a presente pesquisa também analisou o perfil dos refugiados e imigrantes Venezuelanos que recebem o benefício do Bolsa Família que residem no município de Uberaba, compreendendo-os no processo de expansão do movimento migratório.

A motivação para desenvolver a pesquisa parte da vivência profissional do pesquisador como assistente social de um dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS do referido município. Não por acaso, cada vez mais venezuelanos imigrantes e refugiados procuram os equipamentos da assistência social na estima

de atendimentos sócio-assistenciais que possam garantir seus mínimos sociais, condições de vida e trabalho no Brasil.

Desde os primeiros anos da segunda década do século XXI a Venezuela vem enfrentando uma crise sem precedentes. Conjugada por fatores econômicos, políticos e sociais, tanto domésticos quanto internacionais, cientistas políticos e a imprensa de todo o espectro político denominam que o que se passa na Venezuela é uma crise humanitária crônica.

A crise enfrentada pela Venezuela na contemporaneidade tem relação direta com a “crise do chavismo” ou a descontinuidade do “processo bolivariano”, e mais precisamente se relaciona com os anos de governo do presidente Nicolás Maduro (2013 – 2024). Dizer isso não significa personalizar na figura do chefe do executivo a “culpa” da crise, no sentido de estabelecer uma relação de causa e efeito entre suas medidas de governo e os efeitos da crise. Essa análise seria simplista e reducionista.

O que se passa naquele país consiste em uma conjuntura complexa, permeada de determinações, contradições, conspirações e nuances. Longe de esgotar essa análise, para a nossa pesquisa nos interessa demonstrar que o desenrolar dos acontecimentos sócio-históricos na Venezuela nas últimas décadas produziu e reproduziu – e ainda produz e reproduz – miséria e por conseguinte um êxodo forçado da população venezuelana – principalmente para o Brasil.

Mais de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2014, com cerca de 6,5 milhões realocando-se dentro da América Latina e do Caribe. De acordo com o relatório anual publicado em 2022 pelo Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, entre 2010 e 2021, as principais nacionalidades solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio no Brasil foram os venezuelanos (59%).

Como essa população imigrante e refugiada venezuelana é recebida no território brasileiro e como acessam as políticas sociais? Quais são as legislações e órgãos do Estado brasileiro que asseguram seus direitos enquanto imigrantes e refugiados? Qual a contribuição do bolsa família para que essa população tenha acesso aos seus mínimos sociais e condições de vida no território brasileiro?

Nesta pesquisa nos propomos apresentar elementos para esse debate por meio de sucessivas aproximações.

Utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental para conhecermos e analisarmos o perfil da população imigrante/refugiada venezuelana que recebe bolsa família no município de Uberaba. A pesquisa bibliográfica e o estudo do referencial teórico, perpassou todo o processo de investigação, da coleta à análise dos dados. Estudamos e revisamos autores que discutem as temáticas relacionadas à formação sócio-histórica da América Latina, fluxos migratórios na contemporaneidade, mundo do trabalho, política social, Política de Assistência Social, Benefício de Transferência de Renda - Bolsa Família, dentre outras categorias de análise.

No que se refere a pesquisa documental, estudamos as legislações que regulamentam a imigração e o processo de refúgio no Brasil, a destacar: Lei 9474/1997, Lei 13.455/2017, bem como as legislações que regulamentam a Política de Assistência Social, Lei 8742/93 (LOAS), e o Programa Bolsa Família com suas recentes alterações instituídas pela Lei 14.601/2023.

Analizamos os dados disponibilizados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), dados do próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, da Polícia Federal, do Congresso Nacional – Câmara e Senado, de instituições do terceiro setor que discutem a imigração, direitos humanos e temas correlatos, e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Ancur.

Coletamos informações em sites de mídia e imprensa de todo o espectro “político-ideológico” e estudamos as produções elaboradas pelo Conjunto CFESS/CRESS que tratam sobre a temática.

Encaminhamos um ofício – anexo I à Polícia Federal do município de Uberaba, solicitando a quantidade de refúgio de venezuelanos no município de Uberaba no período de 2013 a 2023 e o perfil dessa população. Recebemos os dados por email, conforme pode ser visto no anexo II. O recorte temporal se justifica, pois a crise enfrentada pela Venezuela na contemporaneidade tem relação direta com a “crise do chavismo” ou a descontinuidade do “processo bolivariano”, e mais precisamente se relaciona com os anos de governo do presidente Nicolás Maduro (2013 – 2024), como apresentamos ao longo da dissertação.

Destacamos ainda que encaminhamos um segundo e-mail à Polícia Federal na perspectiva de sanar dúvidas sobre os primeiros dados fornecidos pelo órgão, conforme pode ser visto no anexo III, todavia, a Polícia Federal não nos retornou em tempo hábil.

Sinalizamos aqui a dificuldade de acessar os dados estatísticos nas plataformas disponibilizadas pela Polícia Federal, principalmente pela complexidade e inoperância dos sistemas.

À Secretaria de Desenvolvimento Social de Uberaba- SEDS, encaminhamos um ofício anexo IV requisitando dados sobre o número de famílias venezuelanas referenciadas, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, beneficiadas pelo Programa de Transferência de Renda - Programa Bolsa Família, e registradas no Programa A Social, bem como o perfil socioeconômico dessa população. Recebemos os dados por e-mail, conforme pode ser visto no anexo V.

Para analisarmos os dados fizemos uma abordagem quantitativa e qualitativa que nos possibilitou interpretar os dados estatísticos coletados e correlacioná-los a determinações universais em uma perspectiva de totalidade. Chizzotti (2009) afirma que nas pesquisas qualitativas “o pesquisador participa, compreende e interpreta” os dados coletados.

Por meio do método – materialista histórico e dialético estabelecemos algumas mediações entre os dados coletados no município, indicadores sociais mais abrangentes e aspectos teóricos e conceituais mais amplos/universais.

Assumimos o materialismo histórico e dialético como teoria e método pois ele é “o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. A dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação” (Minayo, 2013, p. 107-108).

A partir da leitura marxiana da realidade, a vida social e os fenômenos que dela decorrem não são explicados em si mesmos, mas se relacionam a uma totalidade universal, na qual são produzidos e reproduzidos.

Na perspectiva marxista, o pesquisador assume uma posição ativa diante do objeto pesquisado no momento da investigação. O pesquisador observa a realidade

posta para a partir dela extrair as múltiplas determinações que perpassam pelo objeto inserido numa totalidade concreta. O pesquisador através de sucessivas aproximações reproduz idealmente as múltiplas determinações que perfazem o objeto na sua processualidade histórico-social, deslocando-se da superficialidade imediata para a análise da essência e da estrutura dos fenômenos sociais (Pontes, 2008).

Compreendemos que as determinações que perpassam sobre nosso objeto de estudo “o acesso dos imigrantes e refugiados venezuelanos ao programa bolsa família no município de Uberaba/MG” é uma fenômeno da vida social que sintetiza múltiplas determinações: as características da formação social da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, a conjuntura política social e econômica da Venezuela, as características da política social e da transferência de renda no Brasil, dentre outras multifacetadas determinações sobre as quais discorreremos no texto.

O capítulo um “Fluxos migratórios e a crise do capitalismo na América Latina” está dividido em quatro tópicos. No primeiro, que leva em seu título um trecho da música “*latinoamerica*” da banda porto-riquenha calle 13, “Soy América Latina un pueblo sin piernas pero que camina”, apresentamos algumas considerações sobre a formação sócio histórica latino americana e questões contemporâneas que marcam a condição de dependência dos países latino americanos – entre os quais a Venezuela e o Brasil na engrenagem do capitalismo global.

No tópico 1.2 “A Venezuela no contexto latino-americano: questão social no capitalismo petroleiro-rentista” discorreremos sobre a formação da Venezuela como Estado Nação e as características que marcam o desenvolvimento do capitalismo naquele país com destaque para as fragilidades e a dependência de sua economia na exportação de petróleo. O tópico 1.3 “Que pasa?” A crise na Venezuela e seus impactos na vida da população venezuelana” apresentamos o desenrolar da conjuntura política e econômica da Venezuela nas últimas duas décadas e como isso se relaciona com a crise humanitária que se passa naquele país.

O último tópico do capítulo um, 1.4 discorre e apresenta números sobre “O movimento migratório da população Venezuelana para o Brasil”.

No capítulo dois, *“Política social no Brasil: fundamentos e particularidades”* apresentamos alguns elementos para o debate da política social no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-crítica.

No tópico 2.1 “Fundamentos e concepções da política social no capitalismo” - tecemos reflexões sobre os fundamentos e concepções da política social no capitalismo, localizamos brevemente o surgimento da política social nos países de capitalismo central e sua contradição fundamente desde a acumulação primitiva ao atual estágio do desenvolvimento capitalista. No tópico 2.2 “A política social no capitalismo tardio brasileiro e a seguridade social brasileira na contemporaneidade” discorreremos sobre a particularidade da política social no capitalismo tardio brasileiro e as conformações atuais das políticas sociais brasileiras pós constituição de 1988 em seus processos de contrarreforma.

Essa discussão é importante para nossas análises e para uma apreensão crítica do objeto – o acesso da população migrante/refugiada venezuelana ao programa bolsa família estudado pois os fundamentos que desenham as políticas sociais brasileiras determinam e circunscrevem a política de assistência social na qual está inserido o programa bolsa família.

O capítulo três “Imigração venezuelana, transferência de renda e a política de assistência social no Brasil”, está dividido em três partes. No tópico 3.1, intitulado “A trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil: dilemas, contradições e limites para a sua efetivação na sociedade capitalista”, apresentamos uma retrospectiva histórica da Política de Assistência Social no Brasil, destacando os principais marcos da sua constituição enquanto parte da Seguridade Social e os limites e possibilidades para sua efetivação no contexto atual.

No tópico 3.2, “Programa bolsa família, mínimos sociais e transferência de renda” destacamos as normativas que regulamentam o programa bolsa família, discutindo sua contribuição para o atendimento dos mínimos sociais da classe trabalhadora, além de apontar e problematizar seus limites e contradições como “transferência de renda”.

O último tópico se subdivide em dois subtópicos: 3.3.1 “O perfil da população imigrante/refugiada venezuelana em Uberaba” no qual analisamos o perfil dessa população com base nos dados fornecidos pela Polícia Federal, e o 3.3.2 “O acesso

dos imigrantes/refugiados venezuelanos ao bolsa família no município de Uberaba/MG”, onde apresentamos e analisamos os dados coletados junto à SEDS referentes ao perfil dos imigrantes/refugiados venezuelanos beneficiários de bolsa família e discutimos sobre as perspectivas que a população venezuelana enfrenta para acessar o programa, considerando os aspectos legais, sociais e políticos que influenciam esse processo.

CAPÍTULO I FLUXOS MIGRATÓRIOS E A CRISE DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes (Gramsci, 2020).

1.1 Breves considerações sobre a formação sócio histórica latino americana e questões contemporâneas

A formação sócio-histórica da América Latina, ou melhor, dos Estados Nacionais latino-americanos - entre os quais a Venezuela e o Brasil, possuem características peculiares que produziram (e ainda produzem) determinações e consequências para a formação e desenvolvimento do capitalismo nesses países. À luz dessas determinações apreendemos as particularidades da questão social latino-americana, da crise do capital e dos fluxos migratórios nesta região.

Concordamos com Prado (2009, p. 1) quando a autora diz que “é preciso entender como se formaram os Estados Nacionais latino-americanos para que se possa ter clareza da situação política atual do continente e das possibilidades de uma transformação mais efetiva das nossas sociedades numa direção mais justa e democrática.”

Consideramos também que apesar dos elementos universais e gerais que marcaram a formação das nações latino-americanas, existe a particularidade e singularidade de cada Estado-Nação no seu processo constituinte, ou melhor, a Venezuela possui elementos em sua formação sócio histórica que lhe são peculiares e particulares.

Nesse sentido, para não cairmos em uma perspectiva homogeneizante e generalizadora - como se todos os países latino americanos tivessem a mesma formação sócio histórico, aqui, temos a intenção de apresentar – ainda que de forma breve - tantos os elementos universais – aqueles que marcaram a formação do continente latino americano na engrenagem global, quanto os elementos particulares

e singulares – que desenharam o quadro político, social e econômico da Venezuela e do Brasil contemporâneo.¹

Josiane Santos afirma (2012) que para apanharmos a particularidade do capitalismo e da questão social no Brasil – e o caso se aplica às demais nações latino-americanas, precisamos ultrapassar no nível universal do debate, irmos além das categorias fundantes – capital e trabalho e apreender as mediações singulares da formação social do país.

Para apresentarmos as particularidades da questão social no Brasil precisamos [...] ultrapassar o nível universal do debate, referido ao modo de produção e suas categorias centrais (capital e trabalho), e apanhar as mediações próprias da formação social. Ou seja, para explicar a “questão social” no Brasil, não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista — a relação antagônica entre capital e trabalho, por exemplo — que compõem o nível da universalidade. Há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes da sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (Santos, 2012, p. 433).

De igual modo, concordamos com a autora que para uma leitura de realidade sobre o capitalismo e da questão social latino-americana – seja na dimensão continental ou da singularidade de cada Estado nacional, precisamos ultrapassar o nível universal – capital/trabalho² - e adentrarmos na particularidade da formação sócio histórica da América latina.

Aqui na América Latina, a configuração dos Estados Nacionais foi determinada numa gama de particulares se comparados aos países de capitalismo central – Estados Unidos e Europa. Nessa perspectiva, faz-se necessário apreender as múltiplas determinações que perpassam a singularidade da formação social e histórica dos países latinos americanos: qual foi o sentido da colonização espanhola e portuguesa nesses países? O processo de independência e por conseguinte o fim

¹ Por elementos universais, nesse parágrafo, entendemos os determinantes sócio-históricos gerais e comuns que marcaram a formação dos países latino-americanos, tanto o Brasil quanto a América espanhola. Esses elementos serão apresentados no tópico 1 deste capítulo. Obviamente, cada Estado-Nação redesenhou-se com base em elementos particulares e singulares, determinados pelas forças políticas internas na luta de classes de cada país. Desse modo, no tópico 2 desse primeiro capítulo apresentamos a discussão da questão social na Venezuela.

² À luz da perspectiva marxista as categorias capital e trabalho são fundamentais para a compreensão das sociedades sob o modo de produção capitalista.

da era colonial findou a condição de subserviência da América Latina aos países de capitalismo central ou a colonização nos deixou “heranças sociais”? De que modo os vastos anos de exploração, trabalho escravo e o tardio assalariamento da força do trabalho, e por conseguinte, do desenvolvimento do capitalismo marcaram as sociedades latino americanas? Como as ditaduras do século XX redesenharam a espectro geopolítico latino americano? Existe uma relação dessas ditaduras com o atual fluxo migratório, a “crise da democracia” e a própria crise estrutural do capital na América Latina?

Nossa pesquisa não tem a pretensão de responder a todas essas indagações, sobretudo, entendemos que à luz desses questionamentos apreendemos o objeto aqui estudado numa perspectiva crítica, dialética e de totalidade. A interpretação de alguns fatores externos e internos que se deram na América Latina durante o vasto período de colonização nos permite compreender os fundamentos sobre os quais se constituíram as sociedades latino-americanas, que são fundamentais para a compreensão da relação entre capital e trabalho na particularidade do continente.

No século XVI, o Brasil, a Venezuela, e toda a América estavam engendrados num contexto de conquista marítima e expansão do domínio da Europa sob terras ocidentais. Trata-se de um período histórico onde a expansão territorial é supervalorizada pelos europeus – principalmente Portugal e Espanha.

Caio Prado Júnior (1981) nos mostra que países americanos - América do Sul, Central e do Norte - passaram por distintos sentidos de colonização, seja de povoamento, seja de exploração. Em linhas gerais, a diferença entre povoamento e exploração nos processos de colonização das Américas está relacionada aos objetivos dos colonizadores. Nas colônias de povoamento – como nos Estados Unidos, buscava-se estabelecer comunidades permanentes nas terras colonizadas, por meio do cultivo de terras, e desenvolvimento de uma vida social, política e cultural própria – ainda que sob domínio da metrópole colonizadora. Ao verso disso, nas colônias de exploração – leia-se nos países latino-americanos, tinha-se como objetivo principal é insaciável a extração de recursos naturais, como o ouro e a prata, sem a intenção de estabelecer uma autonomia política, identitária e cultural.

Fato é que, apesar das particularidades de cada Estado-Nação, todos os países latino americanos (Brasil e América Espanhola) estiveram – e ainda estão

sujeitos a dominação e exploração dos países de capitalismo central – como veremos mais adiante. Esse interesse colonialista de exploração esteve sempre presente nos portugueses e espanhóis em suas relações com a América Latina. Isto fica explícito em um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao rei de Portugal como texto descritivo da terra encontrada em 1505 – o Brasil. É o primeiro documento escrito da história do país. Em um trecho de sua carta, Vaz de Caminha relata que:

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra. [...] Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos.

Em relação à “América Espanhola”, Stein (1977, p. 31) afirma que com base no trabalho escravo indígena os espanhóis desenvolveram ao longo dos primeiros 200 anos de colonização um setor mineiro que permitiu a manutenção da economia metropolitana e da posição internacional espanhola em meio às demais nações da Europa Ocidental.

Para as nossas análises é fundamental compreendermos que não havia preocupação por parte dos colonizadores europeus – portugueses e espanhóis - em firmar na América Latina uma sociedade emancipada, e tão pouco se pensar em um projeto de nação que impulsiona autonomia às terras recém-descobertas. Aqui, se assistiu durante todo o período colonial a um intenso quadro de exploração e dominação (Prado Jr. 1981, p. 30).

Essa relação colonialista “modelou a história dos países ibéricos e suas possessões coloniais, condicionou a sociedade, a economia e a política colonial bem como o curso da história latinoamericana até os dias de hoje” Stein (1977, p. 10):

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nos dias atuais, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte americano, e como tal se tem acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os

homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. [...] Para os que concebem a história como disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial (Galeano, 1992, p. 14).

Nessa perspectiva, não apenas o (sub)desenvolvimento econômico da América Latina, mas toda a sua formação social, cultural, histórica e política foi tramada tendo a exploração e o sucateamento pelos europeus como constituinte de todo o processo: o modo de vida e existência das populações latino-americanas foi forjado na exploração e espoliação europeia.

Toda colonização – seja a antiga, pela invasão dos territórios, seja a moderna, pela integração forçada no mercado mundial – significa sempre um ato de grandíssima violência. Implica o bloqueio do desenvolvimento autônomo de um povo. Representa a submissão de parcelas importantes da cultura, com sua memória, seus valores, suas instituições, sua religião, à outra cultura invasora. Os colonizados de ontem e de hoje são obrigados a assumir formas políticas, hábitos culturais, estilos de comunicação, gêneros de música, e modos de produção e consumo dos colonizadores (Boff, 1997, p. 21-22).

Na América Latina, portanto, a colonização europeia não significou apenas um domínio sobre terras e não produziu apenas um efeito econômico como causa do subdesenvolvimento da economia latino americana: a colonização determinou condições de produção e reprodução de relações sociais, redesenhou modos de ser e de existir.

Havia aqui, antes da colonização espanhola e portuguesa, culturas autóctones, que se rebelaram e lutaram para sobreviver depois do impacto da chegada dos europeus. E junto a elas estavam os negros africanos, que também foram incorporados a esse continente. Espanha e Portugal quiseram se sobrepor e engolir as demais culturas, num processo de homogeneização praticado por meio da língua, da religião, dos padrões econômicos. Foram vencedores apenas em parte: essa simbiose constituiu o cimento das futuras nações latino-americanas (Prado, 2009, p. 2).

A intensa exploração do período colonial, ao passo que enriquecia Espanha e Portugal, consolidava na América Latina uma sociedade profundamente desigual,

patriarcal, religiosa, racista, sexista, oligárquica, com pouca ou inexistente mobilidade social, próximo das sociedades feudais ou estamentais. As relações de poder que se constituíram a partir da exploração e do próprio processo de miscigenação produziram (e ainda produzem) vínculos de dependência, submissão e alienação nos povos latino-americanos.

Isso pode ser visto nas palavras de Prado (2009, p. 8) quando a autora descreve a América Espanhola do século XIX “os criollos – filhos de espanhóis nascidos na América enfrentavam grande obstáculo à sua livre ascensão social, que consistia nos privilégios outorgados aos nascidos na Espanha. Estes ocupavam os cargos mais importantes na burocracia administrativa, no Exército e na Igreja”.

A questão que se coloca, que é de suma importância para nossas análises, é que a independência dos países latino-americanos, ou seja, sua desvinculação política de Portugal e Espanha, não rompem com essas características sociais.

“A fazenda, as grandes plantações e seus padrões sociais associados, os enclaves de mineração, a síndrome de exportação e a mentalidade e mecanismos comerciais correlatos; o elitismo e o racismo, o nepotismo, o clientelismo e uma tradição de direito privado na administração pública” são padrões de comportamentos que Stein (1977, p. 10) identifica ainda persistentes na economia e cultura política latino-americana.

Nessa perspectiva, ainda que os países latino americanos tenham se tornado independentes, como Estado Nação, a postura econômica de subserviência aos países de capitalismo central, bem como a cultura política tramada por meio de relações paternalistas e clientelistas se manteve - e ainda se mantêm - nas sociedades latinas. Apesar de independente, a América Latina seguiu com suas “veias abertas”, no seu propósito histórico de dominação dentro da engrenagem do capitalismo/imperialismo global³.

³ A história da América Latina encerra uma série de intervenções e agressões estrangeiras. Nos três séculos de colonização, os países latino-americanos estiveram subservientes às suas respectivas metrópoles – Brasil à Portugal e a América espanhola à Espanha, mais tarde a dominação se deu por meio do controle dos norte-americanos, “por intermédio do financiamento de projetos de apoio a regimes ditatoriais, de operações militares, ou de busca de consenso em torno de estratégias como a política da boa vizinhança de Franklin Delano Roosevelt, a partir de 1933, da Aliança para o Progresso, firmada em Punta del Este, no Uruguai, em 1962 e do Consenso de Washington, a partir de 1990.” (Silva, 2010, p. 98).

Prado (2009), ao analisar o processo de independência do Brasil e da América espanhola afirma que

Houve um rompimento político evidente. Discordo daqueles que afirmam que nada mudou depois da independência. Não mudou na direção que gostaríamos, já que a dominação social permaneceu, às vezes de forma mais violenta, na medida das necessidades impostas pelo comércio capitalista internacional. Assim, a escravidão não desapareceu, a exploração do trabalho indígena se manteve, as sociedades não se tornaram igualitárias nem mesmo do ponto de vista jurídico-político. [...] O que permanece não me parece que seja tipicamente colonial; continuamos a ser os sócios minoritários no grande jogo do capitalismo internacional. A Inglaterra manteve as rédeas da economia latino-americana durante todo o século XIX, passando depois o cetro para os Estados Unidos no século atual. Isso significa que se sustentaram as regras do capital, isto é, quem manda é o lucro, à custa de quem quer que seja (Prado, 2009, p. 2-3).

Nas palavras de Amenta, na América Latina

O poder político segue concentrado firmemente nas mãos de alguns poucos democratas ricos, geralmente muito ricos, que controlam tudo – meios de comunicação, bancos, importações e exportações etc. - e que parecem viverem um passado colonial que deveria estar superado e esquecido. A corrupção é a regra, política e tribunais inclusive, e os poucos homens honestos não tem vida fácil. A religião católica é praticada pela maioria, mas há uma contradição que reúne todos os países pobres: o alto clero vive e atua junto ao poder dos ricos, intervindo pesadamente na vida política, não para defender os direitos das minorias marginalizadas, mas para proteger os interesses econômicos próprios e de seus amigos (Amenta, 2010, p. 12).

Nessa perspectiva, Silva (2010, p. 89) destaca que as análises atuais da América Latina têm girado em torno das categorias analíticas democracia, dívida externa, drogas, desemprego e desigualdade social.

Destacamos a questão da *democracia*, da *dívida externa*, e da *desigualdade social*. A primeira porque a consolidação da ordem democrática sempre foi uma problemática nos Estados Nacionais latino-americanos, seja pela cultura política marcada pelo ranço colonial, seja pelas marcas das ditaduras do século XX.

Durante a segunda metade do século XX, sob financiamento e apoio dos Estados Unidos, a América Latina foi tomada por ditaduras militares, em suma, como

forma de resistência ao comunismo e como forma de ampliação da hegemonia e poder norte-americanos no contexto da Guerra Fria. Entre 1954 e 1989, o Paraguai foi governado pelo general Alfredo Stroessner. Na década de 1960, Brasil, Bolívia, Peru e Argentina caíram nas mãos dos militares; na década de 1970, foi a vez de Uruguai e Chile, onde – neste último, o militar Augusto Pinochet derrubou o governo do primeiro socialista eleito por voto popular no continente americano - Salvador Allende. Todos esses governos foram marcados por terrorismo do Estado para com a sociedade civil, violação de direitos humanos e tortura.

Mais recentemente, apesar do processo de reabertura política no contexto geral dos países latino-americanos, o restabelecimento da ordem democrática por meio de constituições populares que instituíram o voto direto à presidente da república, não foi suficiente para firmar a democracia no continente – a democracia nunca foi algo dado na América Latina, ao contrário, sempre esteve – e ainda está -, em disputa.

Só para ilustrar

[...] nos últimos 30 anos, a América Latina vivenciou nove processos de impeachment de chefes de Estado. Em sua maioria, os motivos estavam associados a acusações de corrupção e de mau uso da máquina pública, além de comportamento incompatível com as promessas feitas ao eleitorado antes de assumirem o cargo. Em alguns destes casos, o impeachment pareceu indicar golpes parlamentares, como no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016, enquanto em outras ocasiões foi visto como parte da vida institucional dos países (Gomes, 2022, p. 1).

A esse respeito Silva (2010, p. 94) citando Boron (1994, p. 167) aponta as condições adversas que enquadram a atual luta pela democracia na América Latina:

[...] uma onda longa do tipo “estagnacionista”, saqueio de excedentes mediante o endividamento externo; políticas econômicas recessivas, sobrevivência dos bastiões sociais do autoritarismo e um clima ideológico francamente cético em relação as virtudes da democracia, configuram uma constelação de circunstâncias muito pouco propícias para o sucesso de uma transição democrática.

Sobre a categoria dívida externa, destacamos a subserviência do nosso continente aos Estados Supranacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI),

Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), que endividaram os países latino-americanos como meio de reprodução e ampliação do capital na engrenagem do capitalismo financeiro global.

Grande parte dos países da América latina tem o endividamento externo como algo em comum. Esses países contraíram – e ainda contraem - dívidas exorbitantes a partir de empréstimos realizados junto às instituições financeiras internacionais e países credores. Em geral, o endividamento da maioria dos países latinos teve início no processo de descolonização com a finalidade de financiar os gastos para o desligamento com a metrópole. No século XX, os recursos foram destinados principalmente para obras de infraestrutura além de fortalecer e ampliar o processo de industrialização nacional e a estabilidade monetária.

Desde fins da década de 50, a recessão econômica, a instabilidade monetária, a seca de crédito e a derrubada de poder aquisitivo do mercado interno, contribuíram fortemente na tarefa de revirar a indústria nacional e pô-la aos pés das corporações imperialistas. Sob pretexto da mágica estabilização monetária, o Fundo Monetário Internacional que interessadamente confunde a febre com a doença e a inflação com a crise das estruturas em vigência, impõe na América Latina uma política que aguça os desequilíbrios em vez de aliviá-los. Liberaliza o comércio, proibindo os câmbios múltiplos e os convênios de troca, obriga a contrair até as asfixia os créditos internos, congela os salários e desalenta a atividade estatal. Agrega ao programa as fortes desvalorizações monetárias, teoricamente destinadas a devolver seu valor real à moeda e a estimular as importações. Na realidade, as desvalorizações só estimulam a concentração interna de capitais e propiciam a absorção das empresas nacionais por parte dos que chegam de fora com um punhado de dólares na pasta (Galeano, 1992, p. 238).

Com a crise da década de 1970/80, as políticas adotadas pelos países devedores foram ditadas pelo FMI e Banco Mundial, na perspectiva da austeridade fiscal pregada pelo Consenso de Washington como discutiremos de forma breve no capítulo 2. A trama da cena contemporânea não é diferente: os países latino-americanos seguem endividados e subservientes ao FMI.

Em 2018 a Argentina tomou um empréstimo de 44 bilhões de dólares junto ao fundo, como forma de enfrentar uma das piores crises de sua história, a dívida foi renegociada em 2022 mediante dificuldades de honrar seus compromissos frente ao organismo multilateral (O Globo, 2023). Em 2023, o FMI aprovou um acordo de linha

de crédito flexível de dois anos para o Chile no valor de 18,5 bilhões de dólares, visando aumentar as reservas do país e fornecer seguro contra cenários adversos. (CNN BRASIL, 2023). Em abril deste ano – 2024 - foi a vez do Equador solicitar ao FMI um empréstimo de 4 bilhões de dólares como forma de combate à inflação, rombo fiscal e desaceleração do crescimento econômico (Isto é dinheiro, 2024).

Sobre a *desigualdade social*, esta se apresenta como algo estrutural na América Latina, categoria *sine qua non*, sem a qual o continente não pode ser analisado.

Galeano, ao analisar a sociedade latina da década de 1960, com base em indicadores das Nações Unidas, afirma que

[...] pelo menos a quarta parte da população das cidades latino-americanas habita “assentamentos que escapam às normas modernas de construção urbana”, extenso eufemismo dos técnicos para designar os tugúrios conhecidos como favelas no Rio de Janeiro, *callampas* em Santiago do Chile, *jacales* no México, *barrios* em Caracas e *barriadas* em Lima, *villas miseria* em Buenos Aires, e *cantegrilles* em Montevideu. Nos casebres de lata, barro e madeira que brotam antes de cada amanhecer nos cinturões das cidades se acumula a população marginal jogada nas cidades pela miséria e pela esperança. [...] Dentro de cada país se reproduz o sistema internacional de domínio que cada país padece. A concentração da indústria em determinadas zonas reflete a concentração prévia dos grandes portos ou zonas exportadoras. Oitenta por cento das indústrias brasileiras está localizada no triângulo do sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte -, enquanto que o nordeste famélico tem uma participação cada vez menor no produto industrial nacional; dois terços da indústria argentina estão em Buenos Aires ou em Rosário; Montevideu abarca três quartas partes da indústria uruguaia, o que também ocorre em Santiago e Valparaíso no Chile; Lima e seu porto concentram 60% da indústria peruana. O crescente atraso relativo das grandes áreas do interior, submergidas na pobreza, não se deve a seu isolamento, como sustentam alguns (Galeano, 1992, p. 268-269).

Ademir Silva (2010, p. 103) analisando a sociedade latina da última década dos anos 1990, afirma que

A América latina é a terra mais desigual do mundo (apud Kliksberg, 2000, p 15). [...] *la pobreza afecta a más personas que antes*. Em 1999, 43,8 % (três décimos a mais que em 1997) da população encontra-se em situação de pobreza. A indigência diminuiu de 19 para 18,5% no mesmo período. Trata-se de 211 milhões de pessoas

em situação de pobreza das quais 89 milhões se encontravam em condição de indigência. O percentual de pobres que decresceu ao longo da década, voltou a subir em 1999, tendo sido maior que há dez anos atrás. Quanto a renda, em países como o Brasil, Bolívia e Nicaragua, a renda dos 20% mais ricos supera em 30 vezes a renda dos 20% mais pobres (Silva, 2010, p. 103).

Nessa perspectiva, a condição de pobreza⁴ de grande parte da população latino-americana, bem como a profunda desigualdade social, longe de serem superadas, agravou-se sob o modelo econômico neoliberal, e mais recentemente, pela pandemia de COVID-19. Na última década fatores como a baixa no preço das *commodities*, e a crise econômica da China – principal importador de matéria-prima latino-americana, contribuíram ainda mais para a recessão econômica dos países latino-americanos, e por conseguintes, em agravamento das condições de vida e da pobreza dos povos latinos.

O elevado crescimento econômico de muitos países da região fez acreditar que a América Latina havia superado os problemas estruturais que impediam os países de se desenvolverem. Essa prosperidade levava a crer que estavam ultrapassados os estudos respaldados na teoria estruturalista, promovidos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), principalmente na década de 1950, sobre os problemas gerados pela forte dependência das exportações somente de *commodities* (Carneiro, 2012). Isso porque a região vinha crescendo com o aumento dos preços das matérias -primas, motivado principalmente pela forte demanda chinesa. A nova realidade suscitou a elaboração de diversos trabalhos que buscavam mostrar que a América Latina estava passando por um processo de “reprimarização” (Rosales & Herreros, 2014; Rosales & Frohmann, 2013). Entretanto, a desaceleração econômica da China, com a consequente redução dos preços das commodities, vem criando incertezas quanto à manutenção do progresso econômico latino -americano. As economias menos diversificadas, ou seja, mais especializadas na exportação de matérias- -primas, deverão sentir um maior impacto com a diminuição de suas receitas, que pode refletir em uma piora em seus indicadores econômicos (Cepal, 2014). [...] Para se preparar para o

⁴ Pobreza aqui entendida em seu conceito multidimensional. “As manifestações cotidianas, imediatas e visíveis da pobreza indicam estado ou condição de privação, de vulnerabilidade, de fragilidade, de dificuldade ou de insegurança. É o que convencionou chamar de carentes, ou pessoas carentes de certos recursos para a satisfação de certas necessidades tidas como básicas e vitais. [...] Trata-se, com efeito, de um fenômeno multidimensional que, embora se expresse, preponderantemente, pela ausência ou insuficiência de renda resulta da combinação e condensação de outras formas de subalternização e apartação social, tais como o modo de inserção ocupacional, o local de moradia, as relações de gênero, as formas de inserção ou alijamento sociopolítico, as relações inter-raciais, as formas de convívio intergeracional, entre outras” (Silva, 2010, p. 106).

novos contextos internacionais, a América Latina precisa modificar as estruturas produtivas para se tornar menos vulnerável aos fatores exógenos, tal como a desaceleração de um grande parceiro comercial ou a redução de preços de seus principais produtos de exportação. Para tanto, a região necessita executar políticas que possam garantir uma maior diversificação produtiva e, assim, melhorar a qualidade de inserção mundial dos países latino-americanos (Oliveira, 2015, p. 276-277).

Como vimos, desde o período colonial às primeiras décadas do século XXI, o desenvolvimento econômico, a constituição de sociedades democráticas, e a integração continental dos países da América Latina – de forma autônoma e independente, sempre esbarraram na subserviência ao imperialismo e aos oligopólios norte-americanos e europeus.

Durante a segunda metade do século XIX e todo o século XX – o bolivarismo, o pan-americanismo, o desenvolvimentismo –, a América Latina “experimentou diversas estratégias voltadas à integração continental que sucumbiram, invariavelmente, em face do fortalecimento da hegemonia norte-americana, especialmente após a segunda guerra mundial” (Silva, 2010, p. 98).

Apesar disso, o povo latino-americano existe e resiste por meio de sua diversidade cultural e geográfica, reinventando lutas de resistência e variadas estratégias de sobrevivência contra a opressão e dominação do capital estrangeiro. Parafraseando o trio musical *Calle 13* em *latinoamerica*, a América Latina é o território de um “*pueblo sin piernas pero que camina*”, uma terra de “mar limpo, praias cândidas, palmeiras inclinadas pelo vento, gente pobre, mas acolhedora e alegre, música ensurdecidora, gaitas, salsa e merengue, cores vivas, perfumes intensos [...]” (Amenta, 2010, p. 11).

No tópico a seguir analisaremos a conjuntura especificamente venezuelana, inserida nessa malha de determinações sociais, culturais, políticas e históricas da América Latina.

1.2 A Venezuela no contexto latino-americano: questão social no capitalismo petrolero-rentista

El territorio que hoy ocupa Venezuela pasó siglos siendo pobre y de escasa relevancia en la América Latina. En los albores del siglo XX Venezuela era, como es bien sabido, pobre y rural, con la población mayoritariamente analfabeta y palúdica. Pero con el nuevo siglo se inicia uno de los procesos modernizadores más exitosos de la región. A mediados de la década de los años setenta, para citar datos que hoy pueden sorprendernos, el ingreso per cápita venezolano doblaba el de Italia e igualaba el de Alemania Occidental [...] Pero la bonanza que el destino petrolero le otorgó a Venezuela no estuvo libre de contradicciones. La modernización financiada con los petrodólares tuvo siempre pies de barro. El carácter 'rentista' de la economía moldearía un aparato de Estado y una sociedad acostumbrados a la riqueza fácil y dependientes en extremo de los vaivenes del mercado petrolero internacional. A pesar de los esfuerzos realizados a lo largo del siglo por construir una economía más diversificada, aún hoy [2005] la participación del petróleo en el PIB es de más de un cuarto, en el ingreso fiscal de más de 50% y las exportaciones petroleras superan el 80% del total de las exportaciones venezolanas" (Lander, 2005 *apud* Cícero 2015, p. 19).

Como ponto de partida sinalizamos que o que se passa na Venezuela nos últimos anos – e no decorrer de toda a sua história -, é um processo conjuntural e estrutural complexo, permeado de conspirações e teorias, contradições e (in)constitucionalidades, golpes e instabilidades políticas, no qual interesses divergentes disputam pela ocupação do Estado e consequentemente por poder econômico, político e social).

Não temos como pretensão criar consenso sobre o que se passa na Venezuela, tão pouco inferir se o que se passa naquele país é ditadura ou democracia. Para nossa pesquisa, nos importa destacar que o desenrolar dos acontecimentos sócio históricos na Venezuela nas últimas décadas produziu e reproduziu – e ainda produz e reproduz – miséria e, por conseguinte um êxodo forçado da população venezuelana – principalmente para o Brasil.

Apesar de viver um dos piores momentos sociais e econômicos de sua história, todo o processo de formação da Venezuela enquanto Nação independente – e colonizada, foi forjado por momentos de crise econômica, política e social – violência, autoritarismo e violação de direitos humanos.

No tópico anterior vimos que toda a formação social e histórica da América Latina, quase que sem exceção, se desenrolou com base na exploração de suas riquezas, na violação de direitos de seu povo, o que estabeleceu sociedades

profundamente desiguais e miseráveis. A Venezuela é apenas mais um Estado-Nação inserido nesse contexto – sem desconsiderar suas nuances particulares: desde a sua independência, com o fim da colonização espanhola, até os dias atuais, o país esteve afundando em crises econômicas e instabilidades políticas e sociais que produziram miséria e fome para o seu povo, como demonstraremos a seguir.

O território venezuelano foi colonizado pelo Império Espanhol de 1522 à 1811, quando o departamento da Grã-Colômbia tornou-se uma das primeiras colônias hispano-americana a declarar a independência, sob a liderança de Simon Bolívar, um dos libertadores da América. A Grã Colômbia constituía os territórios onde hoje chamamos de Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador.

A sociedade e economia “grãcolombiana” reproduzia a realidade geral latinoamericana do período colonial: uma sociedade profundamente desigual, escravocrata, sem participação popular na vida política e movida pela agroexportação.

A estratificação social da Capitania Geral da Venezuela para o ano de 1800, segundo Federico Brito Figueroa (1979: 160) resumia-se em: “brancos espanhóis 12.000 (1,3%); brancos americanos, também chamados de *criollos*, 127.727 (19,0%); pardos 407.000 (45%); negros livres e *manumisos* 33.362 (4,0%); Negros escravos 87.800 (9,7%); negros *cimarrones* 24.000 (2,6%); índios tributários 75.564 (8,4%); índios não tributários 25.590 (3,3%); população indígena isolada 60.000 (6,7%). Esses números são importantes para se entender o fato de que não era muito difícil haver uma rebelião popular generalizada, quando se analisa a estratificação social venezuelana para o momento da proclamação da república e da independência. [...] Todo o movimento político venezuelano para a ruptura radical com a Espanha foi controlado pelos grandes proprietários de terras e escravos (Dancini; Melo, 2016 p. 116-117).

Prado (2009, p. 12) descreve que “às vésperas da independência, a mão de obra escrava constituía a base do trabalho em faixas da costa da Colômbia, no Equador e particularmente na Venezuela onde a produção do cacau florescia”.

Foi em 1830 quando a Venezuela deixou de ser um departamento da Grã-Colômbia, que de fato o país se tornou independente, como Estado-Nação soberano. Sobretudo

A conquista da independência não trouxe mudanças para a vida da maior parte dos trabalhadores do campo e das cidades, os quais continuaram a se submeter aos ditames dos grandes proprietários de terras, que passaram a dominar o cenário político. A continuidade das contradições sociais da ordem colonial, aliada aos conflitos políticos entre liberais e conservadores, e à falta de consciência política da maior parte das camadas pobres da população, fez com que a figura do caudilho predominasse na luta política durante todo o século XIX e boa parte do século XX (Dancini; Melo, p. 115, 2016).

As primeiras décadas “independentes” da Venezuela – e todo o século XIX, foram marcados por confrontos e guerras civis entre os *criollos* – representantes das elites oligárquicas que queriam a manutenção de seus poderes políticos e privilégios sociais e os *caudilhos*⁵ – representante das camadas populares – negros, campesinato, e classe trabalhadora – escravizada ou não, que queriam a instituição de valores republicanos e melhores condições de vida⁶.

⁵ O conceito de caudilho foi construído sob certo consenso pela historiografia latino-americana do século XX. Suas principais características eram o poder centralizado em uma liderança oriunda do campo, a existência de um momento político confuso e anárquico sem instituições capazes de garantir a ordem social necessária, e a violência como fator político essencial. [...] Na Venezuela, o caudilhismo foi uma constante em sua história republicana. Uma frágil e segregada democracia, aliada às difíceis condições econômicas da maior parte da população foram ingredientes que tornaram a história do país marcada por guerras civis no século XIX, constituindo-se em espaço fértil para a existência dos caudilhos. A primeira experiência foi na Guerra de independência. (Dancini; Melo, p. 116, 2016)

⁶ A proclamação de independência, ocorrida em 5 de julho de 1811, foi a síntese de um movimento político que, desde 1808, havia mobilizado, principalmente nos centros urbanos, todos os interesses sociais daquela complexa sociedade com traços estamentais e de castas. Por um lado, os *criollos* almejavam a autonomia política e a instauração do livre comércio com países europeus, ao mesmo tempo em que não cogitavam perder seus privilégios jurídicos e políticos garantidos, no período colonial, pela proibição da mobilidade social dos pardos e negros livres e pelo sistema escravista. Por outro, todo o estrato de pardos, negros livres e escravos, que continha mais de 60% da população, via em todo aquele processo a possibilidade de garantir a liberdade e a igualdade que há tempos almejavam. Porém, a Constituição de 1811 não aboliu a escravatura e reduziu o conceito de liberdade política à posse de propriedades. Essas medidas excluíram cerca de 90% dos pardos das instâncias políticas que eles esperavam participar. Para agravar as contradições desse processo, os setores mais pobres observavam os brancos ricos ocuparem os cargos políticos e jurídicos antes ocupados por espanhóis que, em algumas ocasiões, decidiam em seu favor. Nos primeiros anos da guerra de independência, os estratos sociais populares não se definiram no apoio à causa patriótica ou realista. De modo geral, a exclusão social a que era mantido esse amplo setor, principalmente os escravos, não lhes permitia estabelecer uma relação política entre os conceitos de pátria, independência e soberania como parte de sua luta imediata. Não lhe interessava as categorias liberais e republicanas, mas sim, o rompimento com sua atual condição de vida. A luta se estabelecia, portanto, entre os realistas que defendiam a continuidade do controle espanhol, os *criollos* ávidos pelo controle político e econômico, mas sem alterações na estrutura social, e os setores populares, notadamente compostos por mestiços e mulatos pobres, livres ou não, que lutavam por melhorias em suas condições de vida, independentemente do modelo político existente (Dancini; Melo, p. 117, 2016).

Esses conflitos civis pela disputa de poder e implementação de projetos societários antagônicos, a destacar a “Guerra Federal⁷”, foram ferrenhos e sangrentos, a ponto de Dacnici e Melo (2016, p. 117) afirmarem que “nenhuma outra nação da América espanhola teve seus elementos humanos e físicos tão devastados por guerras civis ao longo do século XIX como a Venezuela”.

A nascente república venezuelana do século XIX portanto foi marcada por essas características: guerras civis, disputa política entre a oligarquia proprietária de terras e as camadas populares, além da continuidade e o aprofundamento dos problemas sociais que envolvia os setores pardo livre e os negros livres e escravos e uma economia sustentada pela agro exportação.

Ferreira (2012, p. 46) descreve a Venezuela das últimas décadas do século XIX da seguinte forma:

Ainda que a economia baseada na produção de café, cacau e gado tenha conseguido uma via precária de reprodução social no último quarto do XIX, o país chegou a 1920 em uma situação de extrema pobreza. A condição de vida da população venezuelana, com o PIB por habitante de US\$ 433,00, não era comparável nem com uma parte importante dos demais países latinoamericanos, que apresentavam um PIB médio anual superior a US\$ 1.040,00 por habitante, e menos ainda com aquela dos países centrais, que se aproximava a US\$ 2.700,00/ano. A taxa de mortalidade estava entre 30 e 20 por cada 1.000 habitantes, o que corresponde a um elevado nível de pobreza, e a esperança de vida oscilava entre 31 e 34 anos (Baptista, 2006, p. 30). O analfabetismo atingia 75% da população (Astorga, 2003, p. 281).

A primeira metade do século XX traz significativas transformações para a economia e a política venezuelana: a importância mundial assumida pelo petróleo bem como a descoberta de uma abundante reserva petroleira nas águas da Venezuela insere de modo significativo a economia do país na engrenagem do mercado capitalista mundial. Foi no governo de Juan Vicente Gómez (1908-1936) que as primeiras jazidas de petróleo venezuelanas foram descobertas e a sua

⁷ Entre os anos de 1858-1863 a Guerra Federal repetiu o caráter libertário da guerra da independência. A luta da população camponesa pobre, composta essencialmente por ex-escravos, mulatos, mestiços e zambos, adquiriu o aspecto de profunda oposição à oligarquia venezuelana (Campos Ferreira, 2006, apud Dancini; Melo, 2016, p. 117).

exploração trouxe grandes lucros, permitindo ao Estado investir em obras de infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento econômico e o capitalismo no país.

Sobretudo, no campo político, a Venezuela continuou sendo governada pela burguesia/oligarquia, e o crescimento econômico era desigual: a maioria da população continuava vivendo na pobreza com inexpressivos investimentos no campo social, educação e saúde. Em outras palavras, nas primeiras décadas do século XX, a exploração do petróleo não trouxe desenvolvimento social para a grande parte da população, a estrutura social marcada pela desigualdade social foi mantida uma vez que o poder político continuou na mão de quem mantinha o poder econômico.

No começo do século XX, o país esteve governado por ditaduras que representavam as oligarquias rurais (café, cacau e pecuária), a exemplo dos demais países da região. Representando as oligarquias rurais, Cipriano Castro governou a Venezuela entre 1899 e 1908, e Juan Vicente Gómez, entre 1908 e 1935. Nesse último período foram descobertas as primeiras jazidas de petróleo exploradas por companhias inglesas e norte-americanas. Entre 1948 e 1958, a Venezuela foi governada por uma ditadura militar, chefiada por Marcos Pérez Jiménez. Nesse período de dez anos, ocorreu um processo de industrialização incipiente e as elites burguesas se organizam em dois partidos: um partido social democrata, a Ação Democrática (AD), e outro representando a democracia-cristã, o Comitê Pró-Eleições Independentes (COPEI). As coincidências entre a Venezuela e os demais países da região param por aí. A partir de 1959, a burguesia venezuelana fez uma aliança em nome da estabilidade e da alternância no poder que perdurou por 30 anos, consagrada através do Pacto do Punto Fijo. Durante grande parte desse período, os países da América do Sul estavam sob a égide de ditaduras de segurança nacional, com os partidos políticos desarticulados, eleições suspensas e garantias individuais ameaçadas (Wasserman, 2013, p. 2).

Nesse contexto da década de 1950 – e dos anos que se seguem, enquanto os países latino-americanos são tomados por ditaduras militares, a Venezuela vive uma “democracia”. Destacamos o termo democracia, entre aspas, pois apesar de características democráticas como eleições diretas para presidente da república e participação popular no pleito, o que se passou na Venezuela entre os anos 1958 e 1998, foi um pacto de coalisão (Ferreira, 2012, p. 55) ou uma democracia pactuada

(Wasserman, 2013, p. 2) no qual a burguesia se manteve no poder por meio do tratado de Punto Fijo.⁸

O Punto Fijo, ou *puntofijismo*, foi o período “democrático” pós 1958 no qual as forças políticas venezuelanas representadas pelos partidos políticos, com exceção do partido comunista venezuelano, firmaram um acordo pela estabilidade política no país, cujo programa de governo – ao centro do espectro político, seria redigido previamente e adotado por quem quer que vencesse o pleito. Em linhas gerais, foi uma estratégia civil formada pelos grupos políticos da elite frente a uma possível retomada militarista ao poder.

Sobretudo, apesar da estabilidade política firmada em prol dos interesses da burguesia, em termos de indicadores sociais e condições de vida e trabalho a Venezuela nesse contexto perpetuava a mesma estrutura colonial. Galleano (1992), ao analisar as condições de trabalho da década de 1960 na Venezuela, com base em indicadores das Nações Unidas, afirma que

Em Caracas os *toderos* fazem de tudo: os marginalizados vivem de biscates. Mordiscando trabalho aos pedacinhos e de quando em quando ou cumprem tarefas sórdidas ou proibidas; são serventes pedreiros ou marceneiros eventuais, vendedores de limonada ou de qualquer coisa; ocasionais eletricitistas ou bombeiros ou pintores, de paredes, mendigos, ladrões, guardadores de carros, braços disponíveis para o que der e vier (Galleano, 1992, p. 268-269).

Observamos que durante grande parte do século XX a riqueza gerada pelo petróleo não era distribuída para as camadas populares da sociedade venezuelana. Ao verso disso

[...] o petróleo financiava o desenvolvimento urbano, o crescimento do setor de serviços e a burocracia estatal, mantinha os setores médios urbanos razoavelmente acomodados e um nível de emprego minimamente aceitável. Entre a destruição das guerrilhas e a segunda crise do petróleo, aproximadamente os dez anos que transcorrem entre 1968 e 1978, a burguesia venezuelana esteve

⁸ Punto Fijo é o nome da localidade onde foi assinado um acordo de partilha civil do poder que pôs fim a dez anos da ditadura militar encabeçada por Pérez Jiménez (1948-1958). Constituiu-se como um sólido arranjo institucional conciliatório e de alternância no governo nacional entre os dois partidos hegemônicos, o social-democrata Acción Democrática (AD) e o democrata cristão COPEI, construído sobre a pujança dos petro-dólares. Vigorou entre 1958 e 1998, tendo seu marco final definido pela eleição do Presidente Hugo Rafael Chávez Frías (Ferreira, 2012, p. 55).

solidamente consolidada no poder. Os distúrbios sociais começaram a crescer a partir da segunda crise do petróleo, não apenas porque o país dependia unicamente das rendas provenientes no setor, mas também porque havia um descalabro enorme nas contas públicas. O petróleo, que sustentava corrupção e mordomia, pagava igualmente os juros da dívida externa que eram gigantescos. Diante da inexistência de uma economia mais diversificada, de gastos governamentais astronômicos e da queda paulatina do preço do petróleo entre 1978 e 1988, o presidente Jaime Lusinchi, da AD, chegou a suspender o pagamento da dívida no final da década de 1980. A partir de 1989, Carlos Andrés Pérez, também da AD, adotou medidas de austeridade fiscal, monetária e cambial, reproduzindo o receituário neoliberal já adotado por outros governantes da América do Sul, caso do Brasil e da Argentina, por exemplo (Wasserman, 2013, p. 2).

Carlos Eduardo Martins, professor adjunto e chefe do Departamento de Ciência Política da UFRJ, e coordenador do Grupo de Integração e União Sul-Americana do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) assim define a situação social da Venezuela em seu texto publicado no portal contemporâneo da América Latina e Caribe:

A situação social era dramática: o índice de pobreza saltara de 24,2% da população, em 1978, para 68,9% em 1990, agravando-se em 1996 ao atingir 77,1%; em 1998, os preços do petróleo haviam chegado ao nível mais baixo da série deflacionada iniciada em 1946; a renda petroleira caíra, também em 1998, ao patamar inferior da série iniciada em 1950; e a renda per capita diminuiu de US\$ 11.251 para US\$ 8.906, entre 1977 e 1998 (Martins, [s.d.]).

Na medida em que a população estava imersa na desigualdade social – a burguesia gozando da riqueza do petróleo por meio da corrupção e manutenção dos seus privilégios e as camadas populares na miséria, os governos burgueses firmando pelo Punto Fijo, principalmente a partir da década de 1980 – implementava o receituário de austeridade e ajuste fiscal na perspectiva neoliberal. As crises do petróleo dos anos 1973-1974 e 1979-1981, a profunda desigualdade social corroborada pelas medidas de austeridade neoliberais, bem como a falta de legitimidade da opinião pública, e a classe trabalhadora organizada, contribuíram para a derrocada do *puntofijismo*.

A mais emblemática manifestação da classe trabalhadora e das camadas populares venezuelanas em resistência ao neoliberalismo, e por conseguinte, ao

puntofijismo, foi o *Caracazo* em 1989. Nas palavras de Wasserman (2013, p. 2) “O Caracazo pode ser considerado o primeiro grande protesto contra o neoliberalismo na América Latina.”

Para Armenta (2010, p. 16-17) o Caracazo

[...] foi um levante da massa pobre, das favelas, desesperada e faminta, que desceu dos morros (a periferia dos entornos de Caracas) saqueando e destruindo tudo que encontrava. [...] A perda do poder de compra da moeda, as especulações dos poderosos com bens acumulados, perspectivas de desenvolvimento nulas, trabalhadores sem emprego aos montes, caos nas instituições, chantagens dos políticos às empresas, comissões nas licitações públicas e aduanas, são só alguns ingredientes. Os políticos ladrões e corruptos confiaram no uso da força pública e das Forças Armadas, sobretudo porque eram comandadas por pessoas corrompidas; mas se esqueceram que, ao fim e ao cabo, elas são compostas em sua maioria pelos filhos do povo humilde e pobre. Naquele dia Caracas e seus arredores foram saqueados. A fúria das pessoas se manifestou de repente, enquanto os políticos buscavam desesperadamente uma saída. A solução inevitável foi recorrer ao Exército e reprimir o motim com fuzis. Milhares foram os mortos e feridos e muitos desapareceram do nada. Circulavam versões de que foi o próprio governo que provocou o motim popular, porque justamente naquele dia, nos Estados Unidos, representantes do governo venezuelano se reuniam com o FMI para pedir dinheiro. No entanto, os acontecimentos se deram com tanta rapidez e de maneira tão difusa que não puderam ser controlados. Será verdade? O certo é que assim parece e que muitos acreditam nisso (Armenta, 2010, p. 16-17).

Segundo Wasserman (2013, p. 2) o levante

Iniciou no dia 27 de fevereiro em uma cidade-dormitório a 30 km de Caracas em função do aumento das passagens de ônibus e se estendeu para toda a região metropolitana e demais cidades importantes do país. Durante uma semana os pobres desceram dos morros e passaram a saquear a capital, seguiu-se repressão intensa com centenas de mortes (a cifra oficial é de 372 mortos, mas outras fontes calculam mais de duas mil mortes, somente em Caracas).

O episódio, apesar da desorganização, teve grande significado social porque marcou o fim do *puntofujismo* na Venezuela, regime formalmente democrático, mas corrupto, mantenedor de miséria e das desigualdades sociais. Mais que isso, a insatisfação e a mobilização social iniciada e expressa no Caracazo se estenderam até 1998 com a eleição de Hugo Chávez para a presidência da República.

No início dos protestos não havia articulação entre os diversos setores da sociedade descontentes: população metropolitana pobre, oficialidade das Forças Armadas, policiais, setores médios urbanos empobrecidos com as medidas de austeridade. Havia, entretanto, um consenso sobre a corrupção dos governos signatários do Punto Fijo, muito especialmente o de Carlos Andrés Pérez. Aos poucos, nos nove anos que se passaram entre o Caracazo e a ascensão de Hugo Chávez, foram sendo erguidas as organizações que dariam sentido à insatisfação coletiva, assim como, foram surgindo as lideranças que levariam adiante as transformações requeridas pela sociedade venezuelana (Wasserman. 2013, p. 2).

A instabilidade política dos anos que seguiram o *Caracazo* foi a base para a chegada de Chávez ao poder. Hugo Chávez Frías surgiu como uma espécie de caudilho para conduzir as camadas médias e populares descontentes com as medidas neoliberais do presidente Carlos Andrés Pérez e reunia as esperanças de boa parte da população para solucionar os problemas econômicos e sociais pelos quais passava a Venezuela de então.

Hugo Chavéz se insere na cena política venezuelana mais precisamente após ter liderado duas tentativas frustradas de golpe de Estado em “febrero de 1992 y una segunda intentona, organizada diez meses después” (STEVE ELLNER *Apud* DANCINI; MELO, 2016. p 121).

Após a tentativa frustrada de golpe, Chávez se tornou uma referência política no país, mesmo sem ter uma carreira política de inserção em partidos, movimentos sociais ou centrais sindicais. Como criador e figura central do Movimento BoliVariano Revolucionário – 200 (MBR-200), Chávez atuava politicamente dentro dos quartéis com pouca inserção política na vida civil do país. Entretanto, depois de que ele assumiu toda a responsabilidade pela organização do golpe em 1992, tornou-se o centro das esperanças políticas para as classes média e operária, as mais afetadas pelo governo neoliberal de Andrés Pérez. Eleito em 1998, começou a organizar a Aliança Patriótica (Mancilla, 2015), que contava com a participação de partidos da esquerda venezuelana, bem como das principais organizações sindicais e movimentos sociais progressistas (Dancini; Melo, 2016, p. 121).

Chávez apoiava-se na proposta de refundar o Estado venezuelano, criando a V República da Venezuela, ou a República Bolivariana da Venezuela, como foi

posteriormente instituído por meio da Constituição de 1999⁹ – já no período chavista. Ao ser eleito, Chávez implementou uma agenda política e econômica que priorizava as necessidades humanas sobre as do neoliberalismo e do capitalismo, subordinando as políticas macroeconômicas às macrosociais. As variáveis estratégicas passaram a ser o combate à desnacionalização, à pobreza e desigualdade, bem como a promoção da democracia participativa e o protagonismo do Estado.

Em fevereiro de 2000, Chávez enviou ao Congresso o projeto das Leis Habilitantes, que daria ao governo poderes para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais, sem passar pelo parlamento. Essas leis foram promulgadas em novembro de 2001 pelo executivo nacional. Essa lei permitiu ao governo Chávez decretar um pacote com 49 leis, que incluía leis muito polêmicas. Destacam-se a Lei de Hidrocarbonetos, que tinha como objetivo controlar a riqueza do país; a Lei de Terras, que facilitou a reforma agrária; e a Lei da Pesca, que destinou as melhores regiões de pesca para pequenos pescadores. [...] Outro grande feito do governo Chávez em relação à política social foi a, a criação das Missões Sociais em 2003 (Souza, Souza, 2009, p. 32).

A nova República Bolivariana da Venezuela fundada por meio do que se convencionou chamar de *revolução bolivariana*¹⁰, *processo bolivariano*,

⁹ Entre as inúmeras alterações da nova Constituição, podem ser citadas: eliminação do Senado e criação de uma Assembléia Nacional unicameral; ampliação do mandato presidencial para seis anos, com possibilidade de reeleição; possibilidade de expropriação da propriedade privada para uso social; fortalecimento do controle do Executivo sobre o Banco Central da Venezuela; redução da jornada semanal de trabalho, de 48 horas para 44 horas; garantia de saúde, educação e aposentadoria para toda a população; garantia ao Estado das reservas de petróleo e de outras atividades estratégicas, com a proibição de o governo vender sua participação acionária na PDVSA, podendo, contudo vender subsidiárias (Cano, 2003, *Apud* Souza, Souza, 2008, p. 31).

¹⁰ O uso do termo “revolução” para caracterizar o processo político em curso na Venezuela é polêmico. Autores como Cícero (2015) indicam que não há elementos que sustentem a materialização de um processo revolucionário de cunho socialista no país. Tampouco se trata de uma revolução burguesa. A ascensão do projeto bolivariano culminou, sim, na reconfiguração do cenário político e da correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais estabelecidas no país. Não houve, porém, modificações de grande monta em sua estrutura produtiva. Assim, não é conceitualmente acurado classificar a experiência bolivariana como revolucionária. Entretanto, ao acentuar as consequências causadas pelas profundas transformações institucionais e políticas efetuadas pelo governo comandado por Hugo Chávez Frías, grande parte dos estudos sobre o caso em pauta - entre os quais o livro de Armenta (2010) - optaram por classificar o processo como “revolucionário”. O governo, por sua vez, e em inúmeras ocasiões, também faz uso desta denominação. Por isso, em que pesem as considerações acima elaboradas, o presente trabalho referir-se-á ao momento histórico iniciado em 1999 como o período da “Revolução Bolivariana” “processo bolivariano” ou simplesmente *chavismo*.

*bolivarianismo ou somente chavismo*¹¹, apesar de suas limitações e contradições¹², fundou uma repartição social do rentismo petroleiro jamais vista na história do país.

Cícero (2015) em sua dissertação de doutoramento analisou como a política de exploração do petróleo foi administrada na Venezuela no período de 1927 a 2013, ou seja, desde a descoberta das grandes reservas de petróleo, na década de 1920, passando pelo *puntufujismo*, ao *chavismo*. O autor analisou as implicações decorrentes do rentismo petroleiro tanto para a estrutura político-econômica doméstica quanto para a política externa exercida pela Venezuela nesse período. Segundo Cícero (2015) toda a riqueza e economia do país após a segunda década do século XX, foi e continua sendo gerada, majoritariamente, pelo comércio do petróleo no exterior.

Cícero (2015) ainda destaca o que *chavismo/bolivarianismo* não foi capaz de livrar o país tanto das consequências adversas ocasionadas pelo rentismo petroleiro como de sua dependência em relação ao capital transnacional que, em grande medida, limita e pauta sua inserção internacional do trabalho. Por outro lado, apesar de Chávez ter regulado o mercado petroleiro por meio da manutenção da iniciativa privada transnacional - empresas mistas - como sua principal beneficiária, reconhece-se a importante inovação realizada pelo governo bolivariano ao investir boa parte da renda no financiamento de programas de inclusão social.

¹¹ *Processo bolivariano, bolivarianismo ou chavismo*, são categorias de análises utilizadas no âmbito das ciências sociais, políticas e econômicas para analisar a conjuntura e o processo histórico de países latino-americanos – e no caso de *chavismo*, especificamente da Venezuela. O *bolivarianismo* consiste em uma perspectiva político-ideológica baseada nas ideias de Simon Bolívar. O *processo bolivariano*, em suma, caracteriza-se pelo processo de implementação de medidas progressistas e anti-imperialistas na direção de uma integração e autonomia dos povos latino-americanos. O termo *chavismo*, é utilizado para definir o período político iniciado com ascensão de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, inclusive com o seu sucessor Nicolás Maduro. A associação do termos é que a base ideológica do *chavismo* é o *bolivarianismo*. O *chavismo* seria uma atualização à esquerda das ideias de Simon Bolívar. Para mais, ver Armenta (2010) e Ferreira (2012).

¹² Dancini e Melo (2016) criticam que após sua eleição Chávez foi concretizando sua estratégia política e levando a reboque as organizações políticas que o seguiam. Ou seja, a Revolução Bolivariana era mais uma realização do seu projeto político alicerçado nas ações e pensamentos de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez do que a construção coletiva de todas as forças políticas envolvidas no processo. Constituiu-se um movimento que se iniciava de cima para baixo, ou, das instâncias da superestrutura para a infraestrutura. Além disso diversas medidas consideradas antidemocráticas foram – e ainda são – implementadas pelo *chavismo*, a destacar a monopolização do Estado por meio do legislativo e judiciário como forma de se manter no poder. Além disso *chavismo/bolivarianismo* “não foi capaz de livrar o país tanto das consequências adversas ocasionadas pelo rentismo petroleiro como de sua dependência em relação ao capital transnacional que, em grande medida, limita e pauta sua inserção internacional do trabalho” (Cícero, 2015).

“Em 2004, Hugo Chávez criou o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA) com recursos provenientes do petróleo. A estatal PDVSA – Petróleos de Venezuela SA - transformou-se em um instrumento financeiro dos programas sociais de Chávez” (Souza, Souza, 2009, p. 32).

[...] os recursos arrecadados por meio dos royalties - que correspondiam a aproximadamente 4% do PIB nos primeiros anos do governo Chávez - mais do que dobraram, chegando a compor 8,7% do produto interno bruto venezuelano no ano de 2005 (*apud* Barros, 2007). Assim, com os cofres cheios, a administração logrou dispor das condições financeiras necessárias para, em âmbito interno, desenvolver uma estratégia políticoeconômica mais dispendiosa e agressiva. O plano colocado em prática foi o de ampliar os investimentos em políticas públicas sociais – as chamadas *misiones sociales bolivarianas* - com o intuito de materializar um processo de inclusão social massivo e acelerado na Venezuela. Como forma de viabilizar tal proposta – e, aqui, uma diferença tão importante quanto clara em relação à política petroleira estabelecida durante a era puntofijista – o governo bolivariano optou por investir parte significativa do lucro gerado pelo comércio internacional de hidrocarbonetos não mais nas atividades econômicas e administrativas da própria PDVSA, mas, sim, no financiamento das *misiones bolivarianas* e dos diversos outros programas sociais e de distribuição de renda estabelecidos durante o segundo termo presidencial cumprido por Hugo Chávez (Cícero, 2015, p. 131).

Cícero (2015, p. 133) ainda destaca que o *chavismo* representou “certamente o maior esforço já feito na história daquele país para combater a pobreza e promover a dignificação da vida”. Durante os anos de 1998 a 2006, a partir dos proventos oriundos do comércio internacional de hidrocarbonetos, o governo venezuelano “aumentou os investimentos em políticas sociais de maneira constante e ininterrupta. A ampliação e qualificação do sistema público de saúde e o aumento ao acesso à educação pública e gratuita são ganhos conquistados durante o governo bolivariano.” (Cícero, 2015, p. 133)

Os gastos sociais totais passaram de 8,2% do PIB, em 1998, para 13,6% do PIB em 2006. Neste ano, a maior participação no gasto total foram os gastos com educação (5,1%) e com Seguridade social (3,6%). Foram esses gastos que mais cresceram entre 1998 e 2006. [...] Os gastos com saúde merecem atenção, pois em 1998 havia apenas 1.628 médicos para toda a população venezuelana (23,4 milhões de pessoas). Já em 2006, 19.571 médicos atendia cerca de 27 milhões de pessoas. [...] O substancial aumento de gastos em

educação ocorreu exclusivamente em escolas públicas, cujo número passou de 3.629, em 1999, para 20.873 em 2005. A taxa de matrícula subiu de 60,1% em 1998, para 72,2 em 2007 (Souza, Souza, 2009, p. 32).

Souza e Souza (2009, p. 32) ainda destacam que as missões bolivarianas implementadas por Chávez constituíam, nas palavras do próprio governo, o “socialismo do século XXI” e se materializaram nas seguintes ações:

a) Misión Robinson, Misión Ribas e Misión Sucre alfabetizou mais de um milhão de venezuelanos e permitiu o acesso de jovens ao ensino primário, secundário e superior; b) Misión Barrio Adentro e Misión Milagro: acesso integral à saúde, com distribuição gratuita de medicamentos; intervenções cirúrgicas de cataratas para pacientes venezuelanos em hospitais cubanos; c) Misión Deporte: prática esportiva nos bairros periféricos das cidades; d) Misión Mercal: abastecimento alimentar de comunidades carentes; e) Misión Zamora: reforma agrária integral, com terras “improdutivas” desapropriadas; f) Missão Vuelvan Caras: geração de empregos; g) Misión Vivienda e Identidad: moradia e cidadania a estrangeiros com muitos anos de residência no país (Souza, Souza, 2009, p. 32).

Na era Chávez, “os números demonstram a progressiva conversão do crescimento econômico em desenvolvimento social” (Souza, Souza, 2009, p. 32). Todo o investimento do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA), materializado por meio dessas missões, produziram um desenvolvimento social que pode ser visto por meio dos seguintes indicadores sociais:

[...] redução do desemprego de 19,2% em 2003, para 9,3% em 2007. O IDH subiu de 0,75 em 2000 para 0,88 em 2006. O coeficiente de Gini caiu de 0,486 em 1998 para 0,424 em 2007; no mesmo período, os 20% mais pobres da população aumentaram sua participação na renda de 4,1% para 5,1%; o índice de pobreza extrema caiu de 24,7% da população total, para 9,4% e o número de indigentes se reduziu de 4,5 milhões, para 2,6 milhões (Souza, Souza, 2009, p. 30).

Além desses avanços sociais expressos nos “anos gloriosos” do *chavismo*, destacamos que o *processo bolivariano* no governo de Chávez se destacou pela implementação de medidas democráticas que contribuíram para o avanço da

democracia direta no país, além da adoção de medidas anti-imperialistas que buscaram a integração dos países latino-americanos.

O “chavismo” foi responsável por implementar iniciativas como os conselhos comunais e as comunas venezuelanas, iniciadas em suas administrações e que garantiram um maior poder decisório e participativo – incluindo experiências de autogestão – em boa parte do território venezuelano. As populações dos *barrios*, por meio dessas ferramentas, conseguiram definir prioridades e objetivos para o espaço onde moram, como a construção de escolas ou melhorias em saneamento básico, auxiliando na formulação de políticas públicas. [...] Em outros momentos, Chávez também utilizou o voto da população como ferramenta participativa para tomadas de decisão, como em um referendo de 2000, que permitiu a renovação de lideranças sindicais, e no referendo revogatório de 2004 (Coelho; Rosa; Mendes, 2021, p. 142).

Na política externa Chávez promoveu medidas alicerçadas na integração regional, abrindo novos marcos de cooperação econômica, política e militar para o sul da América e Caribe, com um viés fortemente integracionista, institucionalista e contra-hegemônico. Sua liderança representou uma mudança do paradigma de integração na região, de um enfoque mercantilista para outro dedicado à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais dos povos, ao multilateralismo, à redução de assimetrias e ao fortalecimento regional.

Entre essas medidas destacamos a denúncia ao imperialismo presente na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a promoção de uma agenda social, soberana e cooperativa de integração cuja principal expressão é a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP), a participação na criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, cujo objetivo é a redução das desigualdades e assimetrias, a cooperação e promoção dos direitos sociais, econômicos e culturais dos povos sul-americanos. Da mesma forma, teve papel decisivo na criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na sua agenda, orientada para a solução pacífica de controvérsias, para a garantia da autodeterminação, para a promoção de uma arquitetura financeira regional, para a erradicação da fome e da pobreza.

Nos cabe, pois, questionar: como se findou esses anos gloriosos do chavismo? De que modo a Venezuela saiu desses indicadores sociais de “excelência” e do destaque na geopolítica internacional para se afundar na atual crise humanitária, social, política e econômica sem precedentes? No próximo tópico estabeleceremos algumas mediações que nos permitirão responder e entender o desenrolar dessa conjuntura.

1.3 “*Que pasa?*” A crise na Venezuela e seus impactos na vida da população venezuelana

A crise enfrentada pela Venezuela na contemporaneidade tem relação direta com a “crise do chavismo” ou a descontinuidade do “processo bolivariano”, e mais precisamente se relaciona com os anos de governo do presidente Nicolás Maduro (2013 – 2024). Dizer isso não significa personalizar na figura do chefe do executivo a “culpa” da crise, no sentido de estabelecer uma relação de causa e efeito entre suas medidas de governo e os efeitos da crise. Essa análise seria simplista e reducionista.

Partimos da perspectiva de que a atual conjuntura política, social e econômica da Venezuela desenrolou-se por meio de uma gama de determinações que se deram tanto no contexto doméstico quanto no cenário internacional dos últimos anos. Nas palavras de Alves (2021, p. 45) “a crise que acontece na Venezuela é complexa, pois envolve outros países, petróleo e luta pela liderança do país”.

Mas de que crise estamos falando? “*Que pasa?*” na Venezuela?

Desde os primeiros anos da segunda década do século XXI, de acordo com Callais (2020) assistimos a uma crise humanitária de caráter crônico na Venezuela. Entre os anos de 2013 e 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) reduziu em 37%, a hiperinflação chegou a 800% que levou a perda do poder de compra do salário-mínimo, colocando 87% da população na linha da pobreza.

Nos anos de 2015 e 2016, 74% da população perdeu oito ou mais quilos de massa corporal. As origens da carestia estão no fato de que, além de não haver alimentos disponíveis para todos, os altos preços impedem que a maior parte da população consiga comprar o necessário para sua subsistência. No final de 2016, 93,3% dos venezuelanos afirmaram não ter como cobrir as despesas de alimentação e garantir a dieta mínima de 2.000 calorias diárias.

Obrigados a fazer a própria alimentação, os venezuelanos passaram a abandonar os animais domésticos nas ruas. Um pacote de vinte quilos de ração para cachorro chegou a custar o equivalente ao dobro do salário-mínimo (Filho, 2022, p. 22 *apud* Coutinho, 2018, p. 217).

Para trazer dados e elementos mais recentes, analisamos os três últimos relatórios emitidos pela Human Rights Watch (HRW)¹³. Pelos dados da organização, a crise humanitária se arrasta de 2013 até os dias atuais, com graus variados a depender do contexto e determinações específicas de cada período. Os relatórios emitidos nos três últimos anos nos mostram a um retrato da situação social, econômica e política da Venezuela entre os anos de 2021 a 2023.

A HumVenezuela, uma plataforma independente de organizações da sociedade civil monitorando a emergência humanitária, estima que 66 por cento da população venezuelana precisa de assistência humanitária e 65 por cento sofreu “uma perda ou esgotamento irreversível de seus meios de subsistência”. [...] Em agosto de 2023, mais de 72 por cento da população não tinha acesso aos serviços públicos de saúde quando necessário, em comparação a 65,5 por cento em julho de 2021. A escassez de medicamentos atingiu o patamar de 26,3 por cento, em agosto de 2023, estimou a organização humanitária Convite. Apesar da redução da escassez, os medicamentos têm custos inacessíveis para muitos. A falta de energia elétrica e água encanada compromete os hospitais. Infraestruturas deterioradas e a falta de serviços básicos em áreas rurais têm levado pessoas a se mudarem para os centros urbanos. Devido a doenças e escassez de serviços básicos, alimentação e material escolar, mais de 20% das crianças de 0 a 17 anos encontram-se fora da escola. (HRW, 2024)

Nesse sentido, quando nos referimos à “crise humanitária” na Venezuela estamos falando em uma situação crônica de pobreza externa enfrentada por aquele país em decorrência de uma crise política e econômica, crise de abastecimento, falta

¹³ A Human Rights Watch (HRW) – Vigilância dos Direitos Humanos na tradução literal, é uma organização internacional não governamental que defende e realiza pesquisas sobre os direitos humanos. A HRW age por meio da criação de relatórios sobre violações à Carta dos Direitos do Homem, bem como a outras normas relativas a direitos humanos a nível internacional. Com o objetivo de chamar a atenção da comunidade global para abusos existentes, e também para criar pressão sobre os governos, esses relatórios resultam em cobertura nos meios de comunicação locais e internacionais.

de acesso a serviços públicos e à bens e serviços, dentre outros elementos que discorreremos a seguir.

Passemos a questionar como a Venezuela chegou a esses indicadores sociais de pauperismo e miséria? Como se findou os anos gloriosos do governo Hugo Chávez com seus indicadores sociais de excelência?

Trata-se de uma análise complexa, permeada de determinações, contradições, conspirações e nuances. Longe de esgotar essa análise, nos propomos em apresentar a seguir, por meio de sucessivas aproximações, elementos para esse debate.

Chávez morreu em 2013, num cenário de imensa comoção nacional. São decretados 7 dias de feriado nacional na Venezuela e seu rosto é estampado na capa de jornais do mundo todo: “*El caudillo se calla*” diz o *el periódico* e “*La muerte de Chávez sacude a Venezuela*” diz o *La Vanguardia*, ambos da Espanha.

Nícolas Maduro, então vice-presidente, assume o governo, em uma manobra constitucional – a constituição bolivariana previa que com a morte do chefe do executivo, quem assumiria era o presidente da assembleia nacional. Maduro, ex-maquinista, membro do Movimento V República, ex-presidente da Assembleia Nacional Venezuelana, entre 2005 e 2006, e Ministro das Relações Exteriores, entre 2006 e 2013, tomou para si a missão de continuar o legado chavista na Venezuela. (Coelho; Rosa; Mendes, 2021, p. 144).

Ocorre que Maduro não teve as mesmas características, pessoais e de governabilidade, do antecessor. Hugo Chávez era um estrategista, populista, e “ainda que Maduro tenha construído sua imagem à sombra de Chávez, a ausência de um poder carismático e o distanciamento de um tom conciliatório colocaram em pauta a viabilidade da existência do “chavismo sem Chávez” (Coelho; Rosa; Mendes, 2021, p. 144).

Além das características diferentes entre os dois chefes do executivo – ao se comparar Chávez e Maduro, - Dancini e Melo (2016, p. 116 - 117) nos mostram que a própria forma que Chávez conduziu o processo bolivariano, de modo figurativo, personalizado e centrado em sua imagem, “de cima pra baixo”, contribuíram para o enfraquecimento bolivariano no país após a sua morte.

Considerar Chávez como um caudillo não desmerece todos os feitos positivos da Revolução Bolivariana, mas coloca um questionamento

sobre a continuidade do processo e das características que poderá assumir. É possível afirmar que durante o governo Chávez a base chavista foi, em grande medida, conduzida por ele, que também conduzia estrategicamente a Revolução. Não eram as bases organizadas que conduziam o processo, mas iam a reboque dos projetos de um grande estrategista. Por isso, o futuro da Revolução Bolivariana se encontra não no governo de Nicolás Maduro ou na cúpula que o circunda na administração do Estado e/ou do PSUV. A Revolução Bolivariana terá futuro se as bases chavistas organizadas em sindicatos, movimentos sociais e nas comunas tiverem a capacidade de se auto-organizarem e inverterem a relação que hoje estabelecem com o governo. Essas bases ainda continuam sendo guiadas pelo que restou do caudilhismo chavista. Somente uma reviravolta nessa relação, fazendo com que a direção do processo revolucionário saia da esfera do governo e se desloque para as organizações de base fará com que ainda haja uma possibilidade de a Revolução Bolivariana seguir seu curso de transformações estruturais na Venezuela. Se isso não ocorrer, as forças moderadas do chavismo assumirão o controle de modo definitivo e regressarão a um modelo socialdemocrata, implodindo qualquer perspectiva de uma transição socialista na República Bolivariana da Venezuela (Dancini, Melo, 2016, p. 116-117).

Aliado a isso, a forte dependência da economia venezuelana ao comércio do petróleo – num cenário de queda do preço do hidrocarboneto nos mercados foi um golpe duro à continuidade do financiamento das políticas sociais chavistas e por conseguinte da manutenção dos indicadores sociais de excelência.

Na época de Chávez, a aprovação do governo do qual Maduro fazia parte beirava os 64%. Maduro, contudo, herdou uma economia em frangalhos ocasionada, principalmente, pela queda do petróleo – o país detém a maior reserva de petróleo do mundo e tem a economia totalmente atrelada à venda dessa mercadoria, cuja receita financiava os programas e serviços sociais. Dessa forma, a população venezuelana começou a sofrer com a falta de alimentos e de remédios e com os altos índices de desemprego e violência, situação que desencadeou uma crise de caráter humanitário, quando houve a saída maciça das pessoas para outros países em busca de melhores condições de vida (Alves, 2021, p. 46).

A dependência da economia venezuelana em relação à exportação de petróleo nunca foi superada. Muito pelo contrário. O país, inclusive, é chamado por alguns de nação petroleira. No período chavista – e em todos os outros períodos de sua história política, a Venezuela não desenvolveu uma economia industrial, com uma base produtiva e econômica diversificada.

Cicero (2015) observou o aprofundamento, e não a quebra, da situação de dependência designada à Venezuela no contexto da globalização econômica de matriz capitalista-neoliberal.

Esta argumentação parte da impossibilidade de se compreender a dimensão do “projeto bolivariano” sem, antes, conhecer e reconhecer os impactos sociais, políticos e econômicos decorrentes do acúmulo de décadas nas quais a Venezuela concentrou suas atividades econômicas capitalistas, quase exclusivamente, na exploração do petróleo. Tais condições resultaram no estabelecimento de uma estrutura monoprodutora que, apesar de extremamente rentável, se mostra instável e frágil na conjuntura atual das relações econômicas internacionais (Cícero, 2015, p. 4).

Nessa perspectiva, a volatilidade do preço das commodities – em especial do petróleo, aliada à dependência econômica da Venezuela da comercialização do hidrocarboneto, se mostrou – e continua se mostrando como um dilema para a estabilidade econômica e consequentemente financiamento das políticas sociais no país. Fato é que o fortalecimento de políticas sociais e o avanço do projeto bolivariano se deteriorou diante da instabilidade do preço do barril de petróleo.

Conforme Coelho, Rocha e Mendes (2021, p. 147 *apud* Maya, 2016) em 2010 o preço do barril de petróleo venezuelano era vendido à 71,73 dólares, em 2012 a 103,44 e em 2015 a 49,70 dólares.

[...] o país enfrentou uma significativa mudança no cenário político, econômico e social, com a queda na produção do petróleo e no preço internacional das commodities . A redução de recursos provenientes da extração do hidrocarboneto aconteceu paralelamente ao aumento da dependência nacional da exportação desse insumo, que se intensificou após a sucessão de Nicolás Maduro. Tais mudanças acabaram por inviabilizar o avanço das transformações sociais de outrora e reduziram o espaço de manobra internacional do novo presidente (Coelho; Rosa; Mendes, 2021, p. 144).

Outro elemento doméstico a se considerar como determinante da crise humanitária no país é o acirramento político entre chavistas e opositores bem como a ingerência, perseguição a opositores, falta de governabilidade e o aparelhamento do estado assistido nos anos de governo de Maduro – o que gerou e tem gerado uma crise política/institucional sem precedentes.

Todos os processos eleitorais, regionais ou nacionais, ocorridos na Venezuela durante o governo de Maduro, tiveram questionamentos – nacionais e internacionais, seja pelas mídias de direita ou de esquerda¹⁴ - em relação à sua lisura, transparência e até mesmo sobre sua validade democrática. De 2013 ao ano corrente tivemos três pleitos à presidência da república, todos eles sob fortes indícios de irregularidades e vencidos por Maduro por uma margem apertada.

Em 2013, a Carta Capital e a BBC, com base nas informações divulgadas pelo CNE – Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, divulgaram que Maduro derrotou Henrique Capriles numa diferença mínima – 50,6% dos 19 milhões de eleitores votaram em Maduro e 49% em Capriles (Carta Capital, BBC, 2013).

O derrotado não aceitou o resultado, convocou um panelaço e exigiu a recontagem dos votos. Esta foi realizada pelo Conselho Nacional Eleitoral, e o resultado foi confirmado pelo Tribunal Superior de Justiça. Mesmo assim, Capriles não reconheceu a resposta e apresentou um pedido de anulação das eleições junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. No dia seguinte à entrega deste pedido, a Venezuela se retirou da CIDH, acusando-a de ser um instrumento do imperialismo norte-americano.

Cinco anos mais tarde, nas eleições presidenciais de 2018 Maduro derrota novamente a oposição, desta vez representada por Henri Falcón e por uma margem maior: 67% dos votos válidos para Maduro e 21% dos votos para o segundo colocado. Ocorre que nesse pleito, em decorrência do boicote da oposição, apenas 46% do eleitorado compareceu às urnas, uma abstenção recorde de mais da metade da população votante da Venezuela, conforme dados do CNE.

As manchetes dos jornais de diversos países questionaram a lisura, transparência e a validade do pleito. “Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude”, noticia o El País da Espanha. “Maduro se reelege em votação contestada dentro e fora da Venezuela” diz a Folha de São Paulo. “Venezuela: Maduro vence eleições, mas a situação do país é crítica” sinalizou a página Esquerda online.

¹⁴ No levantamento documental utilizamos informações e dados de mídias e veículos de imprensa de todo o espectro político. Observamos elementos que questionam o processo democrático na Venezuela em todos eles, seja nos veículos considerados historicamente como direita ou de esquerda, como demonstraremos no decorrer do texto.

Fato é que a conturbada eleição presidencial de 2018 agudizou a crise econômica e social da Venezuela uma vez que produziu uma ingerência institucional tanto em âmbito interno quanto na geopolítica internacional. Em 23 de janeiro de 2019 Juan Guaidó, presidente da assembleia nacional e líder da oposição naquele contexto se autoproclama presidente da Venezuela.

A Carta Capital noticiou que

Um bloco liderado pelos Estados Unidos reconheceu rapidamente Guaidó como chefe de Estado legítimo do país em detrimento da posição do cada vez mais autoritário Nicolás Maduro, cuja reeleição ao cargo máximo do Executivo venezuelano no ano passado foi repudiada pela maior parte da comunidade internacional após acusações de fraude e intimidação. Outro bloco, no qual se destacam a China e a Rússia, anunciou que segue apoiando Maduro. Já um terceiro grupo, que tem como destaque a União Europeia, vem mantendo uma posição mais cuidadosa quanto ao reconhecimento de Guaidó, preferindo se limitar a pedir novas eleições no país sul-americano (2019).

Esse cenário agregou novos elementos à crise econômica e de abastecimento pela qual o país vivia desde 2013: produziu uma forte crise nas instituições democráticas venezuelanas com uma ingerência entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, e por conseguinte nas relações internacionais e política externa. Várias sanções e bloqueios foram impostos pelos países, em especial, pelos Estados Unidos, o que potencializou ainda mais a crise econômica e social.

Soma-se a esse contexto, as graves violações de direitos humanos impetradas pelo governo de Maduro, perseguições a opositores, violência e tortura. O governo de Nicolás Maduro e suas forças de segurança são responsáveis por execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados de curta duração, além de prender adversários políticos, processar civis em tribunais militares, torturar presos e reprimir manifestantes. Eles se utilizaram do estado de emergência implementado em resposta à Covid-19 como subterfúgio para punir a oposição e intensificar o controle sobre a população. A falta de independência do poder judiciário contribuiu para a impunidade desses crimes. As autoridades judiciais participaram ou foram cúmplices dos abusos (Human Rights Watch, 2022).

Entre 2016 e 2019, a polícia e outras forças de segurança mataram mais de 19 mil pessoas, alegando “resistência à autoridade”. Em junho de 2021, o ACNUDH informou que as mortes causadas por forças de segurança diminuíram ligeiramente, mas continuaram altas. Muitas delas eram consistentes com os padrões comuns de execuções extrajudiciais, disse o ACNUDH (Human Rights Watch, 2022)

As forças de inteligência e segurança torturaram vários detidos e seus familiares. Em 2020, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) relatou casos de supostas torturas e maus-tratos, incluindo espancamentos com tábuas, sufocamento com sacolas plásticas e produtos químicos, afogamento, choques elétricos nas pálpebras e genitais, exposição a baixas temperaturas e indivíduos algemados por longos períodos (Human Rights Watch, 2022).

Em janeiro de 2024 a Carta Capital noticiou, com base nas informações do Ministério Público venezuelano que as autoridades daquele país prenderam 32 pessoas, entre civis e militares, acusadas de “traição à pátria” por cinco supostas “conspirações” para assassinar o presidente do país, Nicolás Maduro, com o apoio dos Estados Unidos (Carta Capital, 2024).

Nesse contexto, destacamos que a conjuntura política, econômica e social que se instaurou na Venezuela, desde 2014 ao corrente ano, configura-se como uma crise humanitária sem precedentes, ocasionada pelas instabilidades políticas, pelo autoritarismo, altas inflações, violação aos direitos humanos e falta de recursos básicos de reprodução social.

Essa crise tem gerado um êxodo forçado da população venezuelana para diversos países, dentre eles, o Brasil, e, como veremos a seguir, o caos social instaurado desenhou o fluxo migratório originado na Venezuela como a mobilidade humana mais expressiva das Américas na contemporaneidade.

1.4 O movimento migratório da população Venezuelana para o Brasil

É de conhecimento geral que os fluxos migratórios, caracterizados pelo êxodo de uma população de um território para outro, fazem parte da ocupação humana no seu processo de produção e reprodução do espaço terrestre. Todavia, no modo de produção capitalista, esse processo migratório é determinado por questões universais e estruturais: catástrofes ambientais, crises socioeconômicas, guerra civil, perseguição política, violação dos direitos humanos, entre outros.

A expressão quantitativa e qualitativa do fenômeno [migração] na atualidade sugere não se tratar de uma questão residual e passageira e sim de um elemento sintomático e característico do capitalismo globalizado. Especialmente a partir da crise de 2008, as bases de acumulação de capital vêm sendo renovadas através de investimentos especulativos de capital financeiro exigindo para sua expansão a reestruturação produtiva do trabalho e reconfiguração dos Estados-Nacionais, em escala mundial. A proliferação de conflitos armados e expulsão de trabalhadores do campo seja pela mecanização dos processos produtivos ou pela degradação ambiental se somam as drásticas transformações que afetam as condições de vida e trabalho e dinamizam o crescimento dos deslocamentos humanos no mundo, tanto na dimensão nacional com os deslocamentos internos, quanto na travessia de fronteiras internacionais (Dias, 2020, p. 2).

Desse modo, partimos da perspectiva de que os fluxos migratórios, mais especificamente – os deslocamentos forçados, são, no atual estágio do desenvolvimento capitalista, expressões da questão social, ou seja, são produzidos pelas contradições entre o capital e o trabalho. Os fluxos migratórios sintetizam múltiplas determinações que perpassam pelas contradições do próprio modo de ser do sistema capitalista.

Em termos de América Latina, Bógus, Baeninger e Magalhães (2019) destacam que a análise histórica da imigração internacional no continente nos permite discernir pelo menos três grandes momentos ou fases deste processo quais sejam, a migração de ultramar, vinda sobretudo do continente europeu nos séculos XIX e XX; as migrações dentro do continente (migração intrarregional), com destaque para a emigração brasileira ao Paraguai, a migração andina à Argentina e a imigração na Venezuela, nos anos 1970; e os processos de emigração da América Latina para outros continentes, especialmente para a América do Norte, Europa e para o Japão. Essa última fase circunscreve-se em um sistema migratório Sul –

Norte, predominante até a crise econômica de 2007 (Bógus; Baeninger; Magalhães, 2019, p. 24)

Em um panorama contemporâneo, o site *médicos sem fronteiras*, em matéria sobre a característica do movimento migratório na América do Sul informa que no continente a migração tem caráter regional.

Violência, violações dos direitos humanos, insegurança, empobrecimento, desigualdade social, lento crescimento econômico, falta de empregos dignos, necessidades do mercado de trabalho nos países de destino, instabilidade política, impacto da pandemia da COVID-19, desastres naturais, degradação ambiental, mudanças climáticas e laços familiares são alguns dos fatores que impulsionam esse fenômeno, levando migrantes e refugiados a se mudar para outro lugar na sub-região. Os números da migração inter-regional cresceram significativamente, com movimento de quase 7 milhões de venezuelanos que deixaram seu país desde o início da crise, enquanto 6 milhões deles residem em algum lugar da América do Sul (MSF, 2023).

Numa perspectiva global, conforme dados da ACNUR, em notícia publicada pelo G1, o número de pessoas deslocadas à força no mundo bateu o recorde de 117,3 milhões em 2023. Esse número representa um aumento de 8 milhões de pessoas em um ano, e conforme estimativa da instituição, o total de deslocados tenha chegado a 120 milhões em 2024. Entre as causas desses deslocamentos forçados estão os conflitos armados – como a guerra entre HAMAS e Israel na faixa de Gaza, Ucrânia e Rússia, o próprio caso da crise humanitária na Venezuela, além de fatores que envolvem fenômenos da natureza e crises humanitárias de outros lugares.

No que se refere especificamente ao fluxo migratório da população venezuelana, Zero (2017) aponta que o êxodo tem ocorrido em função do “aprofundamento das crises neste país – como já discutimos no tópico anterior -, sobretudo com o autoritarismo, falta de acesso aos produtos básicos, aumento do desemprego e a hiperinflação”, o que fez com que milhares de Venezuelanos comessem a passar pelas necessidades mais prementes, levando ao colapso social (Zero, 2017).

Mais de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2014, com cerca de 6,5 milhões realocando-se dentro da América Latina e do Caribe. O número de

peessoas cruzando a Região de Darién, uma selva perigosa na fronteira entre a Colômbia e o Panamá, disparou, em parte devido às restrições de visto que efetivamente fecharam as rotas mais seguras. Mais de 440.000 venezuelanos fizeram essa travessia entre janeiro 2022 e outubro de 2023 (HRW, 2024).

Bógus, Baeninger e Magalhães (2019) caracterizam esse tipo de migração, entre dois países da América latina, como sul-sul.

As migrações Sul – Sul, na medida em que apresentam características opostas àquelas que definiam a terceira etapa da migração internacional na América Latina, nos oferecem a possibilidade teórica de entendê-las como uma quarta etapa, existente, é verdade, desde antes de nosso século, mas que ganha força com algumas transformações importantes, tais como: - Maiores restrições à entrada de imigrantes e refugiados em destinos tradicionais dos países centrais; - Crise no mercado do trabalho e aumento da concorrência, inclusive com trabalhadores não imigrantes, no chamado mercado de trabalho secundário dos países centrais; - Expansão, em determinados países do Sul global, de setores econômicos de baixa qualificação de mão de obra e contratantes, por isso, de força de trabalho imigrante, como é o caso da construção civil e da indústria de alimentos. - Crescimento econômico em países do Sul global e maior participação na geopolítica internacional de países da América Latina, que passam a inserir-se no rol dos destinos migratórios de diversos fluxos com dificuldades de entrar nos destinos tradicionais, como Estados Unidos e Europa (p. 25).

Destaca-se que o Brasil tem sido uma importante rota da imigração venezuelana. De acordo com o relatório anual publicado em 2022 pelo Observatório das Migrações Internacionais, entre 2010 e 2021, as principais nacionalidades solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio no Brasil foram os venezuelanos (59%), haitianos (13,3%), cubanos (4,1%) e senegaleses (3%). Quando destacamos o período 2016-2021 temos que os venezuelanos foram (174.945), haitianos (33.533) e cubanos (11.425) que em conjunto concentraram 85,2% do total de solicitações de refúgio registradas no Brasil entre 2016 e 2021.

Esses dados dão conta de que os migrantes venezuelanos ocupam o topo do ranking nos dados da imigração de estrangeiros no Brasil. Mas quais são as determinações societárias que perpassam esses números? Por quais motivos os Venezuelanos saem de seu país de origem, e mais, por quais motivos eles buscam o Brasil como país de destino no fluxo migratório?

O Brasil ocupa uma posição estratégica tanto geograficamente quanto economicamente. Além de possuir a maior economia latino-americana, o que por si só significaria um atrativo para a população migrante, o Brasil faz fronteira com a Venezuela – conforme mostra a figura 1 abaixo, o que se apresenta como um fator facilitador da mobilidade migratória.

Fonte: PODER360, on line, 2024.

Figura 1 - Figura SEQ Figure * ARABIC 1: Fronteira Venezuela/Brasil



Os estados do Amazonas e Roraima juntos fazem uma fronteira de 2.199,0 km de extensão dos quais 90,0 km são por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas. A região Norte do Brasil é a principal porta de entrada dos Venezuelanos, em especial nas localidades situadas na fronteira Brasil-Venezuela no estado de Roraima, principalmente os municípios de Boa Vista e Pacaraima (Fechine, 2021).

Existem estratégias dos governos federal e estaduais para capilarizar e distribuir a ocupação dos refugiados venezuelanos pelo vasto território nacional brasileiro. Em 2018 a Lei n. 13684 regulamentou medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, entre as quais a “Operação Acolhida”.

Esta operação se caracteriza como uma ação do governo federal brasileiro para a população venezuelana que vive em Roraima que visa, com segurança, mudar para outras partes do Brasil. O programa atende venezuelanas(os) que estão em situação de vulnerabilidade em grande parte na cidade de Boa Vista e Pacaraima, tanto em abrigos quanto fora deles. O processo de interiorização é completamente voluntário e gratuito (Acnur, 2024).

Ao interiorizar milhares de venezuelanos do remoto estado de Roraima para cidades com melhores perspectivas de emprego, a estratégia de interiorização, que opera com o apoio da Agência da ONU para as Migrações (OIM) e outras agências da ONU, ajuda refugiados e migrantes venezuelanos a recomeçarem suas vidas no Brasil. Desde abril de 2018, o governo brasileiro realocou milhares de venezuelanos de áreas de fronteira no Norte para outras cidades, oferecendo melhores oportunidades para que os refugiados alcancem níveis satisfatórios de autonomia e integração. Mais de 100 mil pessoas já foram realocadas para mais de 930 cidades em todo o país. Com a ajuda da equipe da OIM, refugiados e migrantes encontram alojamento e opções de trabalho (Acnur, 2024).

Essa estratégia de interiorização é fundamental para que os refugiados se dissipem pelas diversas regiões do país e cheguem às cidades do interior, como é o caso de Uberaba/MG, cenário da atual pesquisa.

Dito isso, outro fator que explica o Brasil como destino do êxodo da população venezuelana – além da posição da economia brasileira no continente e da posição geográfica estratégica, é o aparato legislativo brasileiro no que tange à pauta dos refugiados e da (i)migração.

Nos últimos anos, o Brasil conquistou marcos legais que garantem e autorizam a permanência dos migrantes e refugiados no país com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, junto à Organização das Nações

Unidas (ONU) – do qual o Brasil é signatário e que tem como premissa garantir que todo ser humano tenha capacidade para gozar os direitos fundamentais.

A lei 9474 de 1997 regulamentou os mecanismos para a implementação de refúgio no país, e definiu como refugiado “todo indivíduo que sai do seu país de origem devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas imputadas, ou devido a uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no seu país de origem” (Brasil, 1997).

A lei 13445 de 2017 que institui a migração no país traz alguns conceitos fundamentais e assim define

II - **imigrante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; III - **emigrante**: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; IV - **residente fronteiriço**: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; V - **visitante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional (Brasil, 2017).

Desta forma, os venezuelanos que chegam ao Brasil são considerados refugiados e pela lei do refúgio (Lei 9474/1997) têm sua permanência legal garantida no país. Mais do que isso, com base na lei da migração (Lei 13445/17) possuem uma permanência garantida com direitos (e deveres), na perspectiva básica de cidadania do Estado democrático e de direito.

Para Milanovic (2020) a Lei de migração de 2017 é considerada como a mais moderna do mundo, pois ela trata o movimento migratório como um direito humano e apresenta uma perspectiva de inclusão, de acessos iguais aos direitos, entre os brasileiros e os estrangeiros.

Para Mendes e Brasil (2020) a Lei de migração significou uma mudança de paradigma no trato do Estado brasileiro aos estrangeiros no país uma vez que

[...] a nova Lei de Migração substituiu a Lei n. 818/49 (regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos) e a Lei n. 8.615/80 (Estatuto do Estrangeiro), que tratava o não nacional como uma ameaça aos brasileiros e à

imigração como uma questão de segurança nacional. O artigo 2º do antigo Estatuto do Estrangeiro previa que na aplicação da lei atenderia precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil e à defesa do trabalhador nacional. O artigo 3º acrescentava que “[...] a concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais”, dando uma conotação ainda mais discricionária para a concessão ou a prorrogação do visto (Menes; Brasil, 2020, p. 66).

Importante destacar que as conquistas legais no campo da migração e refúgio no Brasil foram tramadas por conflitos de interesses entre os campos progressista e nacionalista – os quais ainda se encontram em disputa. O campo progressista embasado na perspectiva dos direitos humanos e no princípio da solidariedade da Constituição Federal de 1988. O campo nacionalista, inspirados na lógica da segurança nacional corroborada pelos países de capitalismo central – Estado Unidos e Europa.

Apesar de extensa, vale destacar os princípios e diretrizes abarcados pelo artigo 3 desta lei.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil; VIII - garantia do direito à reunião familiar; IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas; XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas

públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço; XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XVIII - observância ao disposto em tratado; XIX - proteção ao brasileiro no exterior; XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas; XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (Brasil, 2017).

O Estado tem o controle de suas fronteiras e a discricionariedade em regular a entrada ou não do imigrante. Entretanto, ao fazê-lo terá que se nortear pelos tratados internacionais aos quais estão obrigados e aos princípios constantes em sua própria Constituição Federal (Menes; Brasil 2020, p. 73).

Desta forma, o Estado Brasileiro precisa garantir aos refugiados acesso às políticas públicas que contemplem suas necessidades sociais básicas de reprodução social, inclusive às políticas de seguridade social – assistência social, objeto da presente pesquisa.

Conforme aponta Milanovic (2020) embora o aparato jurídico-legal, possua essa concepção de inclusão, o que se observa na prática, é que existe a ideia de “punição de cidadania”, ou seja, para as/os migrantes conseguirem a cidadania brasileira, os mesmos precisam se sujeitar a situações como condições de trabalho precários, insalubres, com baixos salário e jornadas de trabalho extensas.

Segundo Jaime Osório (2018), nos países do centro do capitalismo, a intensidade do trabalho tem um peso maior e há muito menos pagamento de salários abaixo do valor. Isto torna possível que a maioria dos trabalhadores, nessas economias, tenham um peso relevante na conformação do mercado interno e tenha acesso a um bem-estar socioeconômico mais generalizado. Por outro lado, esta realidade é bem diferente no capitalismo periférico e dependente, onde predominam o pagamento de salários abaixo do valor e a prolongação da jornada de trabalho, processos que afetam a maioria da população trabalhadora nesses países, gerando estruturas produtivas voltadas fundamentalmente, para os mercados externos e para o estreito mercado interno de alto poder de consumo. São os capitais menos poderosos que direcionam sua produção para o mercado interno dos assalariados, mercado esse reduzido pelos efeitos da superexploração (OSÓRIO, 2018) e pelo enorme número de trabalhadores confinados na superpopulação relativa, expressa igualmente pela grande massa de refugiados e migrantes de diversos países latinos que têm entrado no Brasil nos últimos anos, com destaque para os venezuelanos e haitianos. Desse modo, para a

reprodução do capital no capitalismo dependente, a superexploração é fundamental (Souza, 2022, p. 7-8).

Além disso, “ao chegar nas fronteiras e ingressar em novos países, esta população, em muitos casos, recorre aos serviços da política de assistência social e é atendida por assistentes sociais, para acessar direitos e políticas públicas.” (CFESS, 2021). Grande parte dos refugiados venezuelanos possuem dificuldades de acessar as Políticas Públicas, seja de Assistência Social, Saúde, Educação, Previdência Social, Trabalho, entre outras. Isso ocorre, em função de diversos fatores, sobretudo pela burocracia para acessar esses serviços, a morosidade para emitir os documentos de identificação, a barreira linguística, os episódios de xenofobia e o racismo que atravessam o cotidiano dessa população. Além da própria precariedade das políticas sociais brasileiras, que seguem a orientação neoliberal e que são marcadas pela focalização, restrição e pelo seu caráter seletivo.

Segundo Brito (2013, p. 91), as dificuldades do Welfare State e o mercado de trabalho cada vez mais competitivo estão entre as causas das políticas restritivas à entrada de imigrantes e do ambiente cada vez mais adverso para eles. Concomitantemente, tem sido notável o ressurgimento de movimentos nacionalistas, principalmente na Europa, como se o reforço da identidade nacional por meio de concepções étnicas de nacionalidade, alimentadas por ideologias raciais antigas na cultura europeia, pudesse compensar as adversidades postas pela nova realidade econômica e demográfica. (Menes; Brasil, 2020, p. 66).

Os migrantes Venezuelanos que estão residindo no Brasil, se apresentam em condições de desproteção social, para além do acesso às políticas e serviços sociais, mas sobretudo do ponto de vista da ausência de renda. Para Boschetti (2017) esta condição se caracteriza como pauperismo, que constitui o mais profundo sedimento da população relativa. Nas palavras de Marx e Engels

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico, portanto, a produção dos meios que para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há

milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (Marx; Engels, 2009, p. 40-41).

Considerando que os venezuelanos que migram para o Brasil, precisam de estar em “condições de viver para fazerem sua história” e mais, “para comer, beber, habitar e vestir”, dentre outras demandas básicas de reprodução social, como tem se dado o acesso à renda por parte dessa população? Compreender essa realidade [o acesso à renda], portanto, é apreender como os migrantes Venezuelanos têm se organizado, na produção de suas vidas materiais, para ter suas necessidades humanas básicas atendidas.

Nessa perspectiva as expressões da questão social, dentro da temática do refúgio, se apresentam cada vez mais agudas, pungentes, e se manifestam no cotidiano profissional do Serviço Social reafirmando que a crise do capital afeta, de diversas formas, as sociedades, em que todos os tipos de fronteiras devem ser suprimidos, para preservar direitos humanos elementares de pessoas que precisam migrar de maneira forçada (CFESS, 2019).

Nessa dinâmica, o Serviço Social atua nas áreas de acolhimento e na integração local, que promove não somente o atendimento direto, como também em grupos, além da produção de conhecimento e divulgação/formação sobre a temática, articulação com as políticas intersetoriais e o sistema de garantia de direitos. No entanto, como de praxe para essa profissão que está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, esse espaço sócio-ocupacional se localiza na contradição entre as prerrogativas da lei e proteções ao/à refugiado/a e as possibilidades de efetivação na sociedade capitalista. (CFESS, 2019).

Nos capítulos a seguir apreenderemos como a política social brasileira está estruturada, mais especificamente as políticas de seguridade social com destaque para a assistência social. São essas políticas – as de seguridade social, que se apresentam em grande parte como porta de entrada da população – de modo geral e dos migrantes venezuelanos – aos serviços sociais ofertados pelo estado brasileiro. O programa bolsa família pela sua importância no que tange ao acesso a renda imediata assume papel de protagonismo na assistência social à população.

CAPÍTULO II “POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: FUNDAMENTOS E PARTICULARIDADES”

Neste capítulo, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, apresentamos alguns elementos para o debate da política social no Brasil.

No tópico I apresentamos algumas reflexões sobre os fundamentos e concepções da política social no capitalismo, localizamos brevemente o surgimento da política social nos países de capitalismo central e sua contradição fundamental desde a acumulação primitiva ao atual estágio do desenvolvimento capitalista.

No tópico II discorreremos sobre a particularidade da política social no capitalismo tardio brasileiro e as conformações atuais das políticas sociais brasileiras pós constituição de 1988 em seus processos de contrarreforma.

Essa discussão é importante para a nossa pesquisa e para a apreensão crítica do objeto estudado - o acesso da população imigrante/refugiada Venezuelana ao Bolsa Família em Uberaba, uma vez que os fundamentos sobre os quais se fundaram as políticas sociais brasileiras determinam e circunscrevem a Política de Assistência Social na qual está inserido o Programa Bolsa Família, seus critérios de acesso e elegibilidade.

2.1 Fundamentos e concepções da política social no capitalismo

As políticas sociais foram historicamente implementadas pelos Estados Nacionais como direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, determinadas pela luta entre as classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado - e pelas particularidades do capitalismo em cada país, seja de capitalismo central ou periférico.

Desse modo, a apreensão dos fundamentos da política social perpassa pela apreensão da forma como o Estado capitalista responde ao movimento inerente à luta das classes sociais fundamentais e seus interesses antagônicos de ordem social, política e econômica.

Aqui entendemos a política social como um elemento determinante para a manutenção do sistema capitalista. É a política social que reproduz o trabalho e o

capital como elementos fundantes, como faces da mesma moeda, que determinam o modo de viver no capitalismo.

Nessa perspectiva, ao passo em que a política social é “demandada pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos” (Pereira, 2013, p. 67), ela tem se constituído historicamente como mediação necessária para a reprodução do capital, promovendo a subsistência necessária da classe trabalhadora para contribuir no processo de acumulação capitalista.

Eis portanto a contradição fundante da política social demonstrada nas citações a seguir:

A extensão das leis fabris a todos os ramos se tornou indispensável para proteger mental e fisicamente a classe trabalhadora [...]; em consequência, acelera a concentração do capital e o domínio exclusivo do sistema fabri (Marx, 2012, p. 567). Marx ao analisar os direitos dos trabalhadores implementados pelas leis fabris no século 19.

Daqueles dias resultou o new deal (nova política), decisiva e contundente interferência do Estado na economia com o fito de fazê-lo voltar a crescer. A nova política tinha, em linhas gerais, os seguintes traços: a atuação decisiva do Estado para dirigir investimentos e a retomada do processo produtivo que se fez por audacioso plano de obras públicas que intencionou alcançar o pleno emprego. (GRANEMANN, 2008, p. 15) Sara Granemann ao analisar as medidas implementadas pelo governo de Franklin Roosevelt em resposta à crise de 29 nos Estados Unidos.

A formatação do Estado de bem estar social realizava a intervenção do Estado na economia ao direcionar investimentos, estimular a produção, efetivar obras públicas, controlar os níveis de emprego e promover políticas sociais de proteção ao trabalho, dentre as quais saúde, previdência, habitação, educação e várias outras. Essa possibilidade rendeu sucesso e muitos lucros ao capital, com uma considerável melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e do proletariado ao longo das três décadas chamadas os anos de ouro do capitalismo (Granemann, 2008, p. 16) Sara Granemann ao caracterizar o Welfare State na Europa.

Nessa perspectiva, delimitamos que a política social ao proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores, não elimina as formas de exploração do capital. Assim tem sido desde a acumulação primitiva ao atual estágio de acumulação capitalista: “a era das finanças”. Segundo Marx (2012, p.720-721)

“roupa, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado”. As políticas sociais mediam, contraditoriamente, a proteção social e as condições básicas de vida dos trabalhadores, bem como do pauperismo e a miséria oriundas da relação desigual entre capital e trabalho.

Nesse sentido, é importante destacarmos o posicionamento do Serviço Social à luz do projeto ético e político profissional hegemônico no que se refere às políticas sociais. Por meio dos seus conselhos representativos – conjunto CFESS/CRESS, o Serviço Social tem se posicionado, desde à “intenção de ruptura¹⁵”, na defesa das políticas sociais e de uma seguridade social ampliada como direitos sociais e possibilidade de melhores condições de vida à classe trabalhadora, porém tendo como horizonte – e sem perder de vista - a luta anticapitalista.

De acordo com Brant (2014, p. 81) “o projeto ético-político apresenta a defesa de níveis crescentes de emancipação, ainda que dentro do capitalismo, mas em uma perspectiva de reformas desse capitalismo, tensionando para sua superação”.

Esse posicionamento pode ser visto na Carta de Maceió, documento emitido pelos delegados reunidos no XXIX Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL), entre os dias 3 e 6 de setembro de 2000, representando o conjunto dos assistentes sociais brasileiros, na qual afirmaram publicamente a importância da luta em defesa da Seguridade Social pública no país.

A defesa da Seguridade faz parte da agenda do Conjunto CFESS/CRESS, balizada no projeto ético-político profissional do Serviço Social. Hoje, diante da investida do grande capital especulativo, insistimos entre os segmentos dos trabalhadores que mantêm a sua defesa. É sabido que muitos abandonaram a luta e

¹⁵ A categoria “intenção de ruptura” foi um termo adotado pelos pensadores do Serviço Social e seus fundamentos para se referir às inquietações da categoria profissional e o repensar das práticas conservadoras, durante os encontros ocorridos no Movimento de Reconceituação profissional. Num processo cumulativo, aos poucos a identidade da profissão foi construída e direcionada na busca pela criticidade nas ações profissionais. A interlocução teórico-metodológica do Serviço Social ao pensamento marxista se iniciou no final da década de 1970, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ou Congresso da Virada, como ficou conhecido por representar o marco de ruptura com o conservadorismo e a aproximação profissional hegemônica à vertente crítico-dialética. Esse período, conforme aponta NETTO (2009) [...] marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.

pragmaticamente aderiram à proposta focalista e privatista em curso. Outros priorizaram a inserção e mobilização em torno das políticas setoriais. Poucos mantiveram a perspectiva da seguridade social, a qual vimos reforçar neste momento como parte de uma agenda estratégica da luta democrática e popular no Brasil, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária (CFESS, 2000, p. 1).

As políticas sociais têm se consolidado no Brasil como o maior campo empregador de assistentes sociais, no cumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores. Sobretudo a política social, no capital, ao mesmo tempo em que oferece as condições mínimas de vida da classe trabalhadora, reproduz seus membros enquanto pertencentes à classe subalternizada e pauperizada. Por essa ótica, a política social, base material do trabalho profissional, está imbricada na própria contradição de interesses, luta de classes, e antagonismo do modo de produção capitalista.

Perceber que o trabalho do assistente social é perpassado por essa contradição é também compreender que o mesmo não deve se limitar ao aparelho do Estado, na implementação e operacionalização de políticas sociais.

Posto isso, as expressões da questão social só podem ser superadas na crítica radical ao modo como os homens produzem seus meios de vida nesse modo de produção específico – o capitalista, sob condições de alienação, estranhamento e dominação, ou seja, pela crítica radical à produção de mais valia e à expropriação dos meios de produção da classe proletária. Limitar-se à luta por direitos e pela ampliação dos serviços sociais significa limitar-se ao próprio modo de produção capitalista, numa luta endógena ao capitalismo.

Partindo da premissa de que “não se pode enfrentar a questão social sem enfrentar o capitalismo” (MOTA, 2010), a superação das precárias condições de vida da classe trabalhadora não se esgota na política social, mas passa necessariamente pela divisão da riqueza socialmente produzida, pela supressão das diversas formas de opressão que estruturam e reproduzem a sociabilidade capitalista, rumo a uma sociedade emancipada.

A emancipação humana, por sua vez, é a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista. A cisão entre o “burguês” e o “cidadão” será superada por uma nova individualidade que não mais se relaciona com o gênero humano

pela alienada mediação do Estado “político” e do “dinheiro”; a cidadania terá desaparecido tal como terá desaparecido a propriedade privada. Será, no dizer de Lukács, uma “autêntica” conexão ontológica-histórica entre o indivíduo liberto das alienações que brotam da propriedade privada burguesa e o gênero humano emancipado da regência do capital (Lessa, 2007, p. 47).

Demarcado esse ponto de partida teórico-conceitual e ético-político, passamos a apresentar alguns elementos sócio-históricos que marcaram a implementação de políticas sociais e do Estado Democrático e de Direito.

Sara Granemann (2008, p. 11) aponta que “as políticas sociais como prática política têm seu surgimento associado ao trânsito do capitalismo da livre concorrência à idade dos monopólios, quando, no pós 1875, o modo de produção capitalista alcançou sua maturidade e ao Estado capitalista foram agregadas variadas funções que até então não eram objeto da intervenção organizada e sistemática do Estado”.

Ainda de acordo com Granemann (2008, p. 12), é na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista que surgem as primeiras medidas de políticas sociais.

Estudiosos da área social e econômica¹⁶ apontam que a implementação das políticas sociais nos países de capitalismo central, pioneiramente na Inglaterra, foi conformada pelas abordagens liberal, social-democrata e neoliberal, as quais se constituíram de modo particular em determinados estágios do modo de produção capitalista na consolidação do Estado Democrático e de Direito.

Independente da abordagem, a política social sempre esteve de modo a atender as necessidades da produção e reprodução da ordem capitalista.

No pensamento liberal, defendido por Adam Smith¹⁷, o Estado deveria se afastar da economia para o funcionamento harmônico da sociedade. Os produtores devem gozar de plena liberdade para terem condições de produzirem a ponto de

¹⁶ Nos utilizamos dos estudos da assistente social Elaine Behring e do economista Francisco Teixeira para traçarmos uma breve cronologia teórica e prática do desenvolvimento da política social, nos países de capitalismo central e posteriormente no Brasil, seus fundamentos e concepções.

¹⁷ Smith constrói seus conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade de seu tempo. Uma sociedade ainda dominada pela presença de resquícios feudais e com uma forte intervenção estatal, que ditava as normas de comércio e de produção. Contra esta forma de organização da produção social, considerada por ele como um dos principais obstáculos à riqueza das nações (Teixeira, 1996, p. 202).

atender o abastecimento da coletividade social. “A ausência total de regulação externa, para coordenar as diversas atividades dos indivíduos, é a melhor maneira para a sociedade alcançar a prosperidade e a felicidade de seus membros” (Teixeira, 1996, p. 202).

Smith acreditava, portanto, que os indivíduos ao buscarem bens materiais, são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que assegura a ausência da guerra de todos contra todos. A coesão social se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais, fundados na perfectibilidade humana. Não há para ele, portanto, contradição entre acumulação de riqueza e coesão social (Behring, 2006, p. 18).

Nessa perspectiva, em tese, o Estado não deveria intervir nos processos econômicos, pois o mercado resolveria todas as questões deste âmbito. Entretanto, “isso não passava de uma tese, ou melhor, de uma ideologia, porque o Estado, desde que o capitalismo se instituiu como modo de produção, sempre agiu em proveito das funções da burguesia que o comandam” (Granemann, 2008, p. 12).

Esse Estado Liberal reconheceu o indivíduo enquanto sujeito de direito, dotado de liberdade, racionalidade e autonomia, cabendo ao próprio Estado a garantia de direitos naturais inerentes à condição humana: o direito à vida e à propriedade privada.

No capitalismo concorrencial cabia ao Estado algumas funções que ainda hoje podemos observar, tais como: 1) proteger a propriedade privada; 2) agir em situações emergenciais; e 3) formar e controlar os efetivos de defesa e repressão, os exércitos. (Granemann *apud* Netto, 2008, p 12).

A incorporação desses direitos – zelados pelo Estado Liberal, inaugura nas sociedades burguesas europeias o Estado Democrático e de Direito, como consequência das Revoluções Inglesa e Francesa, e legitimado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa de 1789. De acordo com Teixeira (1996) esses acontecimentos históricos varreram da memória social, especificamente das sociedades europeias, os resquícios civilizatórios do feudalismo, do coronelismo e do escravismo.

Sobretudo, conforme aponta Granemann (2008), esses direitos assegurados

pelo Estado liberal, ainda não são entendidos como política social. A questão social nesse momento histórico era tratado como caso de polícia, e não como questão pública e política de importância estatal. É no capitalismo monopolista, com as alterações significativas que se deram no tecido social – passagem da era concorrencial à era dos monopólios, que o Estado conjuga para si funções econômicas e políticas, na perspectiva de preservar e expandir a acumulação de capitais.

No capitalismo monopolista - séc XIX, a centralização do capital em grandes grupos, através dos trustes e carteis¹⁸ reatualiza novas formas de exploração do homem pelo homem, no sentido de que “[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada [...]” (Netto, 2009, p. 23-24).

Por outro lado, o mesmo processo de acumulação capitalista se manifesta na generalização da pobreza do trabalhador, e, em decorrência disso, o sistema produz rebeldia e manifestações da classe trabalhadora.

Dessa forma, os trabalhadores não assistiram de forma pacífica a dominação dos grupos monopólicos. “Tratava-se de uma situação que trazia a marca da transitoriedade e que não podia ser aceita passivamente. E, assim, não foi serenamente que o trabalhador assistiu à ascensão do capitalismo e à sujeição de sua vida ao domínio do capital” (Martinelli, 2011, p. 43).

Eis portanto o surgimento das políticas sociais: a expansão do capital na era dos monopólios agudizou a pobreza e o pauperismo da classe trabalhadora, e por conseguinte sua mobilização e organização política por melhores condições de vida, demandando do Estado – como entidade gestora dos interesses da burguesia medidas sociais e econômicas para manter a ordem vigente.

¹⁸ Os trustes e cartéis são constituídos pelos grandes grupos que dominam desde as fontes de matéria-prima, a industrialização até a distribuição do produto acabado em um mesmo setor da economia. Os trustes são resultado da concentração e centralização de capitais, e acabam levando as empresas de uma mesma atividade à fusão e à incorporação. Com esse tipo de estrutura empresarial, os grandes conglomerados detêm a maior parte do mercado e, por esse controle, estabelecem preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro. Os cartéis são grupos de empresas independentes que dividem o mesmo segmento de mercado e formalizam um acordo para sua atuação coordenada, com vistas a interesses comuns. Os objetivos dos cartéis são, geralmente, controle do nível de produção e venda; fixação e controle de preços; controle de fontes de matéria-prima e fixação de margens de lucro e divisão de territórios de operação.

As primeiras iniciativas consideradas as protoformas das políticas sociais remontam ao século XIX e foram de responsabilidade de um importante político alemão, Otto von Bismarck, considerado o Chanceler de Ferro por sua duríssima ação contra as organizações dos trabalhadores alemães, especificamente contra o movimento social democrata que estava em ascensão no período do seu governo. Ao longo da década de 1880, o governo de Bismarck tornou ilegal muitas organizações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que instituiu as leis de acidentes de trabalho, de seguro-doença, de proteção a invalidez, e uma certa proteção à aposentadoria. Conservador como era, na implementação de tais medidas não moveu o espírito democrático; ao contrário, impulsionava-o uma clareza enorme a respeito do papel do Estado frente às ideias políticas progressistas e revolucionárias do proletariado que se organizava (Granemann, 2008, p. 14).

Era crucial para o capitalismo manter sempre dissimulada a contraditória realidade por ele produzida, evitando que seus próprios antagonismos construíssem fatores propulsivos da organização do proletariado e da estruturação de sua consciência de classe. “De acordo com a moral burguesa, era preciso o contrário, generalizar a imagem do capitalismo como um regime irreversível, como uma ordem justa e adequada, enfim, como um ponto terminal da história da humanidade”. (Martineli, 2011, p. 61).

[...] Todavia, a consolidação da intervenção do Estado na economia, de modo particular, e de modo mais abrangente na vida social e na quase totalidade do planeta somente se operou no pós 1929, quando em 24 de outubro, um acontecimento emblemático denominado crash da bolsa de Nova York inaugurou uma crise econômica mundial que duraria pelo menos até 1933, mas que guardaria relações determinantes com o maior conflito bélico do século XX, a segunda guerra mundial (Granemann, 2008, p. 14).

Nas palavras de Teixeira (1996, p. 206).

A fase áurea do capitalismo chega ao fim com a grande crise no final dos anos vinte e início da década de trinta. A Grande Depressão joga nas ruas milhares de trabalhadores no mundo todo. Falências de empresas se seguem em uma cadeia sucessiva, arrastando na sua esteira grandes blocos de capitais. As prateleiras abarrotadas de mercadorias faziam os preços despencarem em uma velocidade aterrorizante para seus proprietários, que viam, da noite para o dia, seu capital virar fumaça. As próprias instituições políticas da sociedade viam-se ameaçadas na sua existência, pondo em risco a

própria sobrevivência do sistema. Parecia que o capitalismo estava chegando ao fim e com ele todas as teorias e ideologias liberais.

Além dos acontecimentos impulsionados pela crise de 1929, a ascensão dos trabalhadores ao poder pela Revolução Russa em 1917, produziu uma série de fatores sociais, políticos, econômicos e ideológicos que colocaram em questionamento a hegemonia da sociabilidade burguesa. Estes desdobramentos sociais mostraram que a perspectiva liberal para o Estado na defesa de que o mercado se autorregula estava equivocada.

Neste momento, gerenciando os interesses da burguesia, o Estado abandona sua posição de vigia da economia e se configura como salvador do sistema, implementando políticas de apoio direto ao processo de acumulação de capital, bem como políticas sociais compensatórias de ajuda para os excluídos do mercado.

Behring (2006, p. 21) citando Sandroni (1992) afirma que

[...] cabe ao Estado o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. Dessa política resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases da prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão.

Nessa perspectiva, esse Estado que se configura nas primeiras décadas do século XX, nos países de capitalismo central, adota uma característica social democrata. Promove políticas sociais e econômicas que oferecem bens e serviços públicos como assistência social, previdência, educação, saúde, e pleno emprego para a população na direção da garantia do seu bem-estar social. Além disso, o Estado possui um forte papel na economia devendo regular os processos macroeconômicos na direção da instabilidade e do pleno desenvolvimento.

Nas palavras de Granemann (2008, p. 15)

A consolidação e expansão das novas formas e funções do Estado capitalista teve sua plena concretização com o fim da segunda guerra mundial, em especial, no continente europeu, que havia sido significativamente destruído pelo conflito. A necessidade de

reconstrução e as enormes oportunidades de lucro delas decorrentes, de um lado, e a possibilidade de as sociedades do leste europeu – as sociedades socialistas – constituírem-se na alternativa vermelha à vida do proletariado europeu, de outro lado, levaram ao desenvolvimento, em parte da Europa, de enormes programas de intervenção estatal, em geral denominados de Estados de bem-estar social (Welfare State). A formatação do Estado de bem estar social realizava a intervenção do Estado na economia ao direcionar investimentos, estimular a produção, efetivar obras públicas, controlar os níveis de emprego e promover políticas sociais de proteção ao trabalho, dentre as quais saúde, previdência, habitação, educação e várias outras.

Todavia, como é de praxe e inerente ao modo de ser do capital, o capitalismo passa por mais uma crise da década de 1970 conhecida como crise do petróleo. De acordo com Teixeira (1996, p. 206), o Estado Social – Welfare State, na Europa, irá viver os seus "anos dourados" no período compreendido entre a Segunda Guerra Mundial até meados da década de setenta.

De acordo com os teóricos da economia política da social-democracia, assiste-se, a partir de então, a uma erosão crescente do compromisso entre capital e trabalho, da chamada "relação salarial fordista". Lutas operárias contestando a organização do trabalho, reivindicações de salários reais acima dos ganhos de produtividade, a crise fiscal do Estado, instabilidade financeira, inflação etc., tudo isso cortou o círculo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento social, jogando a economia em uma crise estrutural, que se arrasta até os dias de hoje (Teixeira, 1996, p. 220).

Esse cenário provocado pela crise do capital engendrou uma série de transformações societárias de ordem estrutural – e numa perspectiva global, seja nos países de capitalismo central, seja na América Latina - no modo de ser das relações sociais de trabalho, das políticas sociais e do próprio capitalismo. Essas transformações se gestaram num processo de reordenamento das ações do Estado nas suas relações políticas e econômicas com a sociedade civil, num cenário de recessão econômica e de reestruturação da produção.

No tópico a seguir analisamos as particularidades da política social no Brasil, o processo de construção da seguridade social brasileira - tal qual conhecemos hoje, nos marcos da particularidade da formação social e histórica do nosso país.

2.2 A política social no capitalismo tardio brasileiro e a seguridade social brasileira na contemporaneidade

Nesse tópico temos o intuito de apresentar – ainda que de forma breve – alguns elementos para pensarmos a construção e implementação da política social no Brasil, bem como as conformações atuais da seguridade social brasileira.

Fazemos um resgate histórico de alguns aspectos que marcaram a formação do capitalismo no país, e os rebatimentos da crise do Estado de Bem Estar social na Europa na constituição do Estado brasileiro, e por conseguinte, nas políticas sociais.

No Brasil, o capitalismo se constituiu de modo particular, sob determinações diferentes quando comparadas à realidade da formação do capitalismo nas sociedades europeias. Na Europa, o modo de produção capitalista se consolidou e ampliou com a difusão das ideias de “liberdade, igualdade e fraternidade” os quais destituíram da memória social os resquícios civilizatórios do feudalismo e geraram condições para que o capitalismo se universalizasse como modo de produção da vida social.

Aqui, “sem passado feudal, conforme a experiência europeia, a constituição do Estado capitalista no Brasil perseguiu o caminho liberal tradicional, com a centralização das funções de justiça, coletoria de tributos e defesa territorial.” (Pochman, 2017, p. 310)

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras (Prado Júnior, 1981, p. 30).

Desta feita, no Brasil o sentido da colonização – leia-se o sentido da construção da sociedade brasileira, foi tramado em torno de sustentar e manter a colônia portuguesa. Nos três séculos de período colonial à instituição da república, passando pela fase imperial, destaca-se, no Brasil, uma economia fundamentalmente agroexportadora sustentada pelo trabalho escravo, e uma

sociedade profundamente arcaica no sentido pré-capitalista da palavra.

Em “Formação do Brasil Contemporâneo”, Caio Prado Júnior (1981) nos mostra como os vastos anos de uma economia sustentada na agro exportação e no trabalho escravo vão marcar estruturalmente a sociedade brasileira, o tardio desenvolvimento capitalista, a particularidade da formação do Estado e as relações de trabalho no país.

No que tange à independência do Brasil, ou seja, a transição do período colonial para o imperial, Prado (2009, p. 22) afirma que

A historiografia hispano americana sustentou um interessante debate sobre o caráter revolucionário ou não do processo de independência da América Espanhola. Questionava-se até que ponto as transformações ocorridas alteraram as estruturas econômico-sociais coloniais. No caso do Brasil, essa hipótese não foi levantada, pois as mudanças provocadas pela independência política foram restritas e limitadas. Mantiveram-se os grandes fazendeiros e sua escravaria, conservou-se a produção agrária para a exportação e criou-se o regime monárquico, como uma forma de permanência da família real portuguesa.

Além de não promover mudanças estruturais, a ruptura com o sistema colonial não se desenrolou pela base das camadas populares, foi forjado “pelos setores dominantes da colônia descontentes com a impossibilidade de usufruir as novas vantagens que o capitalismo do novo século lhes oferecia” (Prado, 2009, p. 2).

Na mesma perspectiva, a transição da monarquia em república – 1889 – transforma o sistema político brasileiro mas não transforma o brasileiro em cidadão. Isso só ocorre em 1930 na era Vargas. Ainda que o país já estivesse abolido a escravidão naquele momento, as transformações sociais imediatas foram poucas, principalmente em termos de cidadania e direitos políticos, civis e sociais. José Murilo de Carvalho (2008) em “Os Bestializados” nos mostra que o povo assistiu bestializado à proclamação da república, alheio ao processo, sem organicidade e envolvimento popular.

Eis portanto que a cultura política brasileira se constituiu – e ainda se constitui – a partir dessas suas raízes sócio-históricas, com uma noção de cidadania, direito social e participação social muito restrita e limitada.

É nessa dualidade arcaico-moderno, conservadorismo-progressismo,

modernização capitalista e a conservação dos resquícios de uma sociedade fundada no escravismo moderno e nas relações coronelistas que se expressa a questão social no Brasil. Trata-se da substituição lenta e gradativa de um modelo econômico agrário exportador por um outro que tem na indústria o centro do processo de acumulação. Alguns autores classificam esse processo como “transição tardia”, ou “capitalismo tardio”¹⁹.

O predomínio de relações de trabalho herdadas do modelo agrário exportador ia de encontro com as novas relações de compra e venda da força de trabalho, assim como também com as novas técnicas de produção. Além disso o país padecia de um setor financeiro capaz de financiar o processo de acumulação industrial e, uma ausência de um setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações) e de insumos básicos (Teixeira, 1996, p. 226).

Nas primeiras décadas do século XIX, enquanto nos países capitalistas centrais, a classe burguesa era majoritariamente composta pelos grandes industriais, num cenário de revolução industrial, desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho fordista; no Brasil os grandes proprietários de terra, os latifundiários, eram os detentores do poder econômico e conseqüentemente do poder político.

A emergente burguesia industrial não tinha possibilidades de assumir e resolver as demandas requeridas pelo padrão de acumulação capitalista que emergia. Ela não dispunha de dinheiro suficiente para aplicar nos processos de modernização da produção, não estava disposta a abrir mão de seu capital-dinheiro para recuperá-lo somente depois de muitos anos (Teixeira, 1996, p. 245).

Desta feita,

Segundo argumenta [João Manuel Cardoso de Mello] , o ponto é que, desde então, o modo de produção capitalista já é dominante; contudo, não logrou engendrar, a partir de sua formação, as condições para o desenvolvimento da dinâmica de acumulação tipicamente capitalista. Não se constituíram, portanto, as forças industriais necessárias para que a reprodução ampliada do capital estivesse assegurada

¹⁹ Aqui, “Capitalismo Tardio” é entendido como a problemática de se desenvolver capitalismo de modo pleno em países periféricos como o Brasil. A discussão passa pelo entendimento de que o capitalismo se constituiu no Brasil da transição de uma economia exportadora capitalista, na qual já se constituem forças capitalistas - trabalho assalariado - mas ainda não se desenvolveu um setor tipicamente capitalista, de bens de produção (Peres, 2009).

endogenamente no país e, por isso, ainda que o modo de produção capitalista fosse dominante – devido à modernização das relações trabalhistas na economia cafeeira –, esse é ainda um momento de transição capitalista” (Peres, 2009, p. 69).

O Estado brasileiro, nesse cenário – como guardião fiel dos interesses da burguesia, é quem oferece as condições para o desenvolvimento do capitalismo no país. Regula o mercado de trabalho urbano e financia o processo de acumulação industrial. Foi depois dos acontecimentos da década de 1930 que se constituiu um aparato moderno, em simultâneo com as particularidades da revolução burguesa desencadeadora do projeto de industrialização nacional” (Pochman, 2017, p. 310). O desenvolvimento capitalista portanto ocorreu imbricado à própria constituição do Estado moderno. Nesse período foi o Estado o ente percursor no desenvolvimento das forças produtivas e da divisão técnica do trabalho.

A década de 1930 inaugura o Estado interventor no Brasil por meio de sistemática e organizada intervenção nos processos sociais e econômicos. De 1930-1964, a criação do Ministério do Trabalho, indústria e Comércio, da previdência social, e do ministério da Educação e Saúde, trouxe ganhos significativos à população, na perspectiva da garantia de direitos sociais - ainda que restritos aos trabalhadores urbanos - alternativa utilizada para impulsionar o êxodo rural e assegurar a acumulação do capital no país.

Josiane Santos (2012, p 435) citando Dedecca e Baltar (1992, p. 5) afirma que foi a partir disso que

[...] se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária para a estruturação do movimento sindical [...] é a partir do momento que ganha expressão o processo de industrialização é que vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que abre perspectivas para a estruturação de um movimento sindical em nível nacional. A industrialização ao avançar vai delineando um mercado nacional de bens, serviços e trabalho com uma dinâmica cada vez mais determinada pela indústria de transformação, bem como por uma crescente concentração das atividades no meio urbano.

A concepção de cidadania – cumprimento de direitos sociais, civis e políticos, neste período da história se restringia aos assalariados urbanos. Pela via da contribuição aos fundos previdenciários – CAPs, IAPs – eram assegurados direitos à

aposentadoria afastamentos do trabalho por doença e invalidez. Nesse sentido, as condições e relações do trabalho – urbano -, tem centralidade na constituição das protoformas da política social brasileira. Nas palavras de Onazira, Yasbek e Giovani (2007, p. 22) “ser cidadão significava ter carteira assinada e estar vinculado a um sindicato”.

Esse foi o padrão de cidadania que Santos (1987) designou por meio do já clássico conceito de “cidadania regulada”. Sua existência explicita a ausência de regulação do trabalho no meio rural, que contrasta, de modo flagrante, com a importância econômica e o volume dessa força de trabalho no país até os anos 1950. Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado o caráter primário exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardo das medidas de regulação do trabalho no campo (Santos, 2012, p. 436).

O período da ditadura militar (1964-1985), foi marcado pelo autoritarismo e por um regime de exceção que, por vinte e um anos, vigorou no país por meio da repressão política e civil, concentração da riqueza e por conseguinte aumento da desigualdade social e da pobreza. No campo da política social, as intervenções do Estado, nesse período, romperam com o populismo/desenvolvimentismo, instaurando um regime autocrático-burguês, no qual os direitos civis e políticos foram restringidos.

Foram introduzidas, “formas autoritárias de controle político, ao mesmo tempo em que proliferaram as políticas sociais como respostas estratégicas aos descontentamentos da sociedade civil” (Pereira, 2002, p. 143).

Nas palavras de Bravo (2007, p. 41)

Em face da questão social no período de 1964 a 1974, o Estado utilizou-se para sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal, com finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar as tensões sociais e conseguir legitimidade para o regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital.

Durante as décadas de 1970 e 1980 o sistema de proteção social brasileiro esteve

[...] sob a orientação do autoritarismo da ditadura militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio, aliada à grande demanda posta na conjuntura anterior. Ampliaram-se os programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical (Ozanira; Yasbek; Giovani, 2007, p. 22).

Sobretudo a estratégia de utilizar as políticas e os programas sociais como forma de controle social face à repressão não foi capaz de barrar a articulação da sociedade civil no transcorrer da segunda metade da década de 1970. Esse período foi marcado pela crise econômica, influenciada pela crise global do capital – já discutida no tópico anterior.

É nesse momento que entra em crise o Estado interventor no Brasil. Apesar de diferenças em seus sistemas de proteção social, tanto aqui como nos países de capitalismo central o Estado provedor de serviços e políticas sociais entra em crise pelos mesmos motivos: crise fiscal e pouca legitimidade.

Sobretudo é importante considerarmos que a crise estrutural do capital da década de 1970 afeta as políticas sociais – e por conseguinte as condições de vida da classe trabalhadora - de modo diferente no Brasil.

Aqui o Estado nasce para criar uma sociedade capitalista industrializada; lá, surge quando o capitalismo ingressava em sua terceira revolução tecnológica e, assim, com um modelo de distribuição de renda entre capital e trabalho mais equitativo, não marcado pelas desigualdades de renda de um país onde o grosso da população era egresso da escravidão (Teixeira, 1996, p. 252).

Ao contrário dos países de capitalismo central, nos quais a proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as taxas de lucro do período fordista, no Brasil a flexibilização e a precarização do trabalho é tomada como elemento estruturante dos processos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro (Santos, 2012, p. 437).

No nosso caso se implementam de modo muito mais grave e encontram menos resistência aos retrocessos civilizatórios implicados na ausência de proteção ao trabalho. Há certa “naturalização” de relações de trabalho precárias e, há algumas gerações, a referência de um emprego com proteção social já não

existe para várias famílias de trabalhadores brasileiros. Algo inteiramente diferente do que ocorre quando as tendências de desregulamentação tentam avançar em países capitalistas desenvolvidos haja vista os inúmeros protestos noticiados em países como a Itália, Inglaterra, Espanha e Grécia, onde a população tem se insurgido contra medidas que implicam cortes públicos no padrão de proteção social vigente (Santos, 2012, p. 438).

Por tanto, para Santos (2012), tivemos no fordismo brasileiro a presença da flexibilização e da precarização do trabalho - ao contrário da estabilidade dos países centrais, o fordismo clássico. Aqui, desde o final da escravidão, passando pelo período varguista e pela ditadura militar, tivemos a inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade.

É nessa perspectiva que, enquanto economia subdesenvolvida, o Brasil não conseguiu construir uma sociedade salarial com pleno emprego, nem a consolidação de um Welfare State como nas sociedades de capitalismo central. Sobretudo, há de se considerar que a reorganização política ocorrida no Brasil na década de 1980 colocou a luta política por direitos sociais em outro patamar (Ozanira; Yasbek; Giovani, 2007, p. 17).

O momento de recessão econômica mundial – aliada à repressão política e civil da ditadura - inflamou a insatisfação popular e efervescência dos movimentos sociais contrários à autocracia burguesa, elementos que culminaram com a reabertura política e a redemocratização da sociedade no restabelecimento dos direitos sociais, políticos e civis.

A sociedade organizada por meio de um conjunto ampliado de forças progressistas das diversas camadas populares “ensaaiou a institucionalização e constitucionalização dos primeiros passos em prol do exercício da cidadania, de formas de democracia, da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos” (Mota, 2006, p. 42).

No contexto de reabertura política, compreendido pós governos militares e anterior a promulgação da constituição de 1988, a participação popular no processo constituinte foi fundamental para a inscrição na carta magna de um sistema de proteção social ampliado com avanços legais jamais vistos no campo dos direitos sociais.

A assistência social adquiriu status de direito social e política pública de Estado para quem dela necessitar. A saúde foi assegurada como direito universal e a previdência social instituída como forma de seguro social ao trabalhador contribuinte. Este pois compõe o tripé da seguridade social brasileira na constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 instituiu que as políticas sociais devem ser financiadas pelo fundo público, recurso advindo da tributação paga ao Estado pela sociedade. De acordo com Behring (2010) “o fundo público é parte do trabalho excedente que se transformou em lucros, juros ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções”.

Ocorre pois que esses recursos do fundo público estão em disputa pelas forças sociais e políticas da sociedade civil. Logo, a forma como os recursos do fundo público são distribuídos perpassa a própria luta de classes inerente ao sistema capitalista.

Salvador (2012) destaca que essa disputa de interesses – que tem um rebatimento direto no desfinanciamento das políticas sociais, possui uma centralidade na reprodução do sistema capitalista financeiro, que se materializa de diversos modos: através dos investimentos realizados como: incentivos fiscais, subsídios, desonerações tributárias, além do pagamento da dívida pública aos organismos internacionais que sustentam o capitalismo financeiro.

No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica (Salvador, 2012, p. 5).

Este estágio de acumulação financeira do capital agudiza as expressões da questão social no Brasil por vários motivos. O Estado passa a ter uma nova função no âmbito da reprodução das relações sociais capitalistas. Agora não apenas na garantia da propriedade privada e na reprodução da força de trabalho via serviços sociais, mas também na alocação dos recursos do fundo público a fins da

valorização do capital financeiro no mercado internacional. Neste processo observa-se a perda da autonomia dos Estados Nacionais perante os organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, tanto na formulação e financiamento das políticas sociais quanto na definição das políticas macroeconômicas. Isso se justifica pelo controle que esses organismos supranacionais passaram a exercer nas políticas sociais e econômicas no Brasil e demais países da América Latina a partir da adesão à proposta neoliberal.

Com efeito, depois da Segunda Grande Guerra, assiste-se a um processo crescente de sincronização internacional do ciclo industrial, de tal forma que os movimentos conjunturais de acumulação de capital afetam indistintamente qualquer país. O desdobramento desse processo encontra seu ponto máximo de desenvolvimento com a mundialização dos circuitos financeiros, que criam um único mercado de dinheiro, virtualmente livre de qualquer ação de governos nacionais. De sorte que, assim sendo, dizem, a transnacionalização do sistema capitalista de produção representou a morte do Estado, isto é, seu poder de fazer políticas econômicas e sociais de forma autônoma e soberana (Teixeira, 1996, p. 243).

Posto isso, a implementação das políticas de seguridade social no Brasil – e não apenas elas, foi interrompida pela adoção das medidas neoliberais, instituídas pelo Consenso de Washington em 1989. Neste consenso reuniram-se representantes do governo norteamericano e dos organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no propósito de discutir reformas econômicas a serem empreendidas na América Latina na direção das novas exigências da acumulação do capital. Essa foi uma realidade mundial, na qual vários países se associaram na perspectiva do capitalismo financeiro globalizado.

A incorporação dessas medidas pelo Estado Brasileiro na prática ocasionou um desmonte da proposta keynesiana de intervenção estatal, no sentido de que retoma a livre iniciativa do mercado na regulação da vida social, devendo o Estado intervir minimamente nas mazelas sociais.

Behring (2008) sinaliza que desde que a seguridade social foi assegurada no texto constitucional de 1988, houve um processo gradativo de desmonte do sistema de proteção social no país.

No capítulo a seguir trazemos o debate da política de assistência social

inserido nessa lógica.

CAPÍTULO III IMIGRAÇÃO VENEZUELANA, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo está dividido em três tópicos. Por meio dos quais nos aproximamos dos objetivos traçados no projeto de pesquisa, a saber: Refletir sobre a legislação e o acesso da população Venezuelana às políticas sociais, em especial a Política de Assistência Social; Quantificar e analisar o movimento migratório da população Venezuelana para o município de Uberaba/MG no período de 2013 a 2023.

No primeiro tópico apresentamos uma retrospectiva histórica da política de assistência social no Brasil, destacando os principais marcos da sua constituição enquanto política de Seguridade Social. Exploraremos como ela foi estruturada ao longo do tempo e seus principais desafios e limitações no contexto do capitalismo.

No tópico 3.2, destacamos as normativas que regulamentam o programa bolsa família, discutindo sua contribuição para o atendimento dos mínimos sociais da classe trabalhadora, além de apontar e problematizar seus limites e contradições como política de “transferência de renda.

No último tópico 3.3 apresentamos e analisamos os dados coletados junto à Polícia Federal e à SEDS referentes ao perfil dos imigrantes/refugiados venezuelanos beneficiários e discutimos sobre as perspectivas que a população venezuelana enfrenta para acessar o programa, considerando os aspectos legais, sociais e políticos que influenciam esse processo.

3.1 A trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil: dilemas, contradições e limites para a sua efetivação na sociedade capitalista

A trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil é marcada por complexos dilemas, contradições e limitações, especialmente no contexto de uma sociedade capitalista. As primeiras práticas assistencialistas remetem ao período colonial, quando ações de assistência eram realizadas, em grande parte, por instituições religiosas, organizações de caridade e, ocasionalmente, pelo Estado.

Como nos aponta Oliveira (2005), por muito tempo, a Assistência Social foi

concebida como lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. Nessa lógica, a autora acrescenta que a assistência também esteve historicamente vinculada à religiosidade e conseqüentemente pressupunha a naturalização da pobreza.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (Oliveira, 2005, p. 25).

Destacamos que no Brasil até 1930, a pobreza não era entendida como um aspecto da questão social, mas sim como um problema de ordem individual e moral. Quando a pobreza se tornava visível, especialmente nas cidades em processo de urbanização, era tratada como um “caso de polícia”. A presença de pessoas em situação de miséria e exclusão era vista como uma ameaça à ordem pública, e a resposta do Estado e da sociedade se baseava em mecanismos repressivos, como prisões, internações em instituições de caridade e práticas higienistas.

Em 1936, no bojo das conquistas sociais discutidas no capítulo anterior, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social, seguido pela fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Neste último caso, a assistência social foi tratada como uma ação social e não como um direito, caracterizada por aspectos de tutela, favor e clientelismo na relação entre o Estado e a sociedade. A LBA foi instituída para apoiar as famílias dos “pracinhas” envolvidos na Segunda Guerra Mundial, sob a coordenação da primeira-dama, Sra. Darci Vargas. Esse período ficou conhecido pelo que se chamou de “damismo”, uma abordagem marcada por práticas assistencialistas e clientelistas.

Posteriormente, a LBA passou a articular a assistência social no Brasil, construindo uma rede robusta de instituições privadas conveniadas, mantendo, no entanto, sua abordagem assistencialista e seletiva. Essa característica só começou a mudar consideravelmente após a promulgação da Constituição de 1988 (Behring;

Boschetti, 2009, p. 108).

Com o golpe militar de 1964, o Brasil passou por uma profunda mudança nas relações políticas e sociais. O período ditatorial trouxe consigo restrições significativas à participação das camadas populares na esfera econômica, política e cultural. Houve uma redefinição do papel do Estado, que passou a assumir um controle autoritário e centralizado sobre a sociedade. As forças armadas tomaram o poder e estabeleceram um regime que, em nome da segurança nacional e do combate ao "comunismo", restringiu liberdades civis e direitos políticos, reprimindo movimentos sociais e sindicais.

A repressão sistemática da ditadura levou a sociedade civil a buscar formas variadas de resistência, resultando em diversas manifestações, como a guerrilha armada nas zonas urbanas e rurais, as greves e os movimentos contra a carestia. Em 1975, surgiu uma nova onda de movimentos sociais, entre eles, o movimento da teologia da libertação dentro da Igreja Católica, que defendia a superação da dominação sofrida pela população empobrecida e pelos setores excluídos. Nesse sentido, os movimentos sociais foram ganhando força e presença em áreas estratégicas como assistência social, saúde e educação. Eles atuavam para garantir que essas pautas fossem incorporadas na agenda política, preparando o terreno para sua inclusão na Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, o Serviço Social Brasileiro, exerceu um papel fundamental, atuando ativamente no fortalecimento da luta pelos direitos sociais e na construção da política de assistência social. Foram promovidas múltiplas articulações, debates e proposições para assegurar o reconhecimento da assistência social como um direito de cidadania e um dever do Estado. Assim, a atuação dos movimentos sociais e dos Conselhos de Profissão, foi crucial não apenas para questionar e resistir ao regime ditatorial, mas também para desenhar e fortalecer as políticas públicas, especialmente a Política de Assistência Social, na transição para um campo democrático de direitos sociais.

O período de grande mobilização democrática na década de 1980 trouxe consigo a necessidade de reformulação e elaboração de uma política pública de assistência social que fosse assegurada constitucionalmente. Nesse contexto, surgiu uma intensa discussão que envolveu diversos setores da sociedade, incluindo o

Estado, profissionais da área social e organizações da sociedade civil. O foco dessas discussões era a compreensão do significado político da assistência social e sua ligação direta com os setores populares. Com a transição democrática em andamento, o governo Sarney (1985-1990) deu início a uma série de reformas institucionais, visando o desenvolvimento econômico e social. Dentre essas reformas, destacou-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, formulado em 1985, que propunha um modelo de desenvolvimento baseado em critérios sociais. Tal proposta evidenciava a urgência de uma política social que reconhecesse os direitos da população em situação de vulnerabilidade.

Nesse período, Waldir Pires assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social e, por sua conhecida oposição ao regime autoritário, impulsionou inicialmente as reformas na área da assistência social. Apesar do ímpeto inicial, a continuidade dessas reformas foi prejudicada com a saída de Pires do ministério um ano após sua posse, sendo substituído por Raphael de Almeida Magalhães. Essa troca representou um revés temporário no processo de construção de uma política de assistência social mais inclusiva e democrática.

O processo de elaboração da Política de Assistência Social passou, então, por complexos debates e articulações. A pressão dos movimentos sociais, somada à mobilização das categorias profissionais e organizações da sociedade civil, conferiu visibilidade à necessidade de uma assistência social que se constitui como um direito, não mais como uma ação caritativa. Esse movimento gerou grande pressão popular e a participação de diversos setores da sociedade, forjou a inclusão da assistência social no campo da Seguridade Social.

A CF/88 representou um marco ao propor uma nova concepção para a assistência social no Brasil. No Artigo 194, ela estabeleceu a seguridade social como um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, sob a iniciativa conjunta dos Poderes Públicos e da sociedade.

Nos artigos 203 e 204, a Constituição detalhou os objetivos e as diretrizes da Política de Assistência Social. O Artigo 203 garantiu a prestação da assistência social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Além disso, definiu objetivos essenciais como a proteção à família, à

maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a promoção da integração ao mercado de trabalho, e a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência. Também destacou a garantia de um salário mínimo mensal para idosos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.

O Artigo 204 estabeleceu diretrizes fundamentais para a implementação da política de assistência social, prevendo a descentralização político-administrativa e a participação popular. A descentralização implicava na coordenação e normatização pela esfera federal, enquanto as esferas estaduais e municipais, em conjunto com entidades beneficentes, assumiram a execução dos programas. A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle das ações, era garantida em todos os níveis, reforçando o caráter democrático e participativo da nova política.

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a assistência social no Brasil passou por um processo significativo de transformação. Segundo Sposati (2004, p. 42), a CF/88 rompeu com a ideia de que a população beneficiária era apenas marginal ou carente, reconhecendo que suas necessidades derivam da estrutura social, e não de um caráter pessoal. Dessa forma, a assistência social passou a ser destinada aos segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não apenas aos pobres.

A CF/88 trouxe a oportunidade para refletir e mudar o padrão de proteção social, superando, ao menos do ponto de vista legal, práticas assistencialistas e clientelistas. Para regulamentar e consolidar os avanços propostos na Constituição, tornou-se necessário aprovar leis orgânicas. Entretanto, esse processo enfrentou diversos desafios e resistências por parte de forças conservadoras.

Ao longo dos anos a política de assistência social passou por um percurso de institucionalização e desmonte, fazendo-se necessário compreender aspectos desses processos, que moldam a política pública no país. A assistência social se estabelece como um campo de disputa evidenciando as dinâmicas de poder, os interesses políticos e econômicos, além das diferentes visões sobre a função do Estado na promoção dos direitos sociais.

Apesar de a seguridade social ter sido oficialmente reconhecida como um

direito pela Constituição, a regulamentação prática da assistência social só aconteceu em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. A LOA institui as diretrizes e critérios para a oferta de benefícios e serviços, constituindo-se um marco fundamental para assegurar os direitos dos cidadãos que se encontram em situação de desproteção social.

A lei propôs um sistema de gestão descentralizado e participativo, tendo como eixo central a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), um órgão deliberativo e controlador da política de assistência social. Esse processo deixou claro que a assistência social não "nasceu" com a CF/88 ou a LOAS, mas sim que ela existia previamente como uma prática social, alcançando com esse marcos legais o status de política social. A LOAS representou um avanço ao introduzir princípios de gestão compartilhada, cofinanciamento das três esferas de governo e descentralização político-administrativa, buscando romper com o assistencialismo e clientelismo historicamente presentes no setor.

No entanto, a implementação da LOAS enfrentou obstáculos devido à inspiração neoliberal das políticas do Estado nos anos 1990. Behring (2008), dentre outros estudiosos da política social brasileira, sinaliza que desde que a seguridade social foi assegurada no texto constitucional de 1988, houve um processo gradativo de desmonte do sistema de proteção social no país, a partir da adoção dos governos brasileiros dos preceitos neoliberais propagados especificamente durante a década de 1990, pós Consenso de Washington.

Simionato (2000, p. 18) destaca que a reforma do Estado Brasileiro implementada pós 1988 tem se materializado no campo das políticas sociais por meio da focalização, da descentralização e da privatização.

- a) Focalização - os gastos e investimentos em serviços públicos devem concentrar-se nos setores de extrema pobreza, cabendo ao Estado participar apenas residualmente da esfera pública, redirecionando o gasto social e concentrando-o em programas destinados aos segmentos pobres e carentes. Eficiência, eficácia e metas quantitativas são os objetivos centrais a serem atingidos;
- b) Descentralização - busca redirecionar as formas de gestão e a transferência das decisões da esfera federal para estados e municípios, buscando combater a burocratização e a ineficiência do gasto social. No nível local inclui, também, a participação das

organizações não governamentais, filantrópicas, comunitárias e empresas privadas;

c) Privatização - pressupõe o deslocamento da produção de bens e serviços da esfera pública para o setor privado lucrativo, ou seja, para o mercado.

As políticas sociais passaram a ter características mais seletivas e compensatórias, e o Estado transferiu muitas de suas responsabilidades para organizações da sociedade civil e para o mercado. Dessa forma, a efetivação da LOAS e a inclusão social enfrentaram dificuldades, já que a assistência social continuou fragmentada e focalizada nos mais pobres, limitando o alcance da proteção social.

Apesar dessas contradições, importantes avanços foram alcançados. Em 1997, foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica da política de assistência social, e em 1998, a primeira Política Nacional de Assistência Social foi definida. Em 2004, uma nova Política Nacional de Assistência Social foi aprovada, seguida pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

Nos anos seguintes, conferências nacionais de assistência social foram realizadas, promovendo debates, avaliações e propostas que contribuíram para formar competências de gestão e avançar na política. Atualmente, a implementação do SUAS é uma meta assumida por todos os entes federados, com estratégias e metas decenais planejadas para alcançar sua efetivação. No entanto, os desafios para a concretização do Sistema Único de Assistência Social, no Brasil, são latentes, sobretudo no que tange ao financiamento, que ainda mantém uma lógica de longa data, cujo estudo de Boschetti já apontava sobre isso no ano de 2003.

O financiamento da assistência social vem sendo marcado pela lentidão e morosidade na implementação das determinações legais pelo poder executivo, e muitas ainda nem foram cumpridas, como: garantia de um percentual fixo do orçamento da seguridade social para o FNAS; definição e aprovação em lei do percentual de cada fonte a ser destinada à assistência; definição de um percentual fixo de repasse dos recursos provenientes dos concursos de prognósticos; utilização de receitas de impostos mais progressivas e redistributivas de renda; definição do percentual de participação dos governos federal, estaduais, municipais e do DF no montante total do orçamento da assistência (Boschetti, 2003, p. 271).

Destacamos que, apesar da diversidade dos serviços e benefícios sócio

assistenciais, grande parte do orçamento da assistência social é destinado para o pagamento de benefícios de transferência de renda, especificamente para o bolsa família e o benefício de prestação continuada à pessoas idosas e com deficiência.

Conforme dados do MDS, no ano de 2023 o orçamento da política de assistência social foi de R\$ 281,7 bilhões, desse montante R\$ 100,6 bilhões foram para o pagamento do BPC e Renda Mensal Vitalícia e R\$ 167,2 bilhões foram para o pagamento de bolsa família. Ou seja, 95% do orçamento da assistência social estão destinados ao pagamento de benefícios de transferência de renda, o que demonstra a centralidade que esses benefícios ocupam no ordenamento da assistência social brasileira (Mugnatto, 2023).

3.2 Programa bolsa família, mínimos sociais e transferência de renda

O debate internacional sobre programas de transferência de renda realmente ganhou destaque a partir da década de 1980, especialmente em resposta às crises econômicas que exacerbaram as desigualdades sociais. Nesse contexto, muitos países começaram a explorar mecanismos de proteção social para mitigar os impactos da pobreza e do desemprego, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

Especificamente nos países da América Latina, os benefícios de transferência de renda, corresponde a uma resposta importante às altas taxas de pobreza e desigualdade.

Na América Latina, entre outros, merecem destaque vários programas de abrangência nacional, focalizados em famílias pobres e extremamente pobres com transferência de renda condicionada, tais como: o Programa Oportunidades do México, criado em 1997 para atender famílias pobres do meio rural, estendido, em 2001, para localidades urbanas e atingindo todo o país em 2002; o Programa Jefas e Jefes de Hogar, criado na Argentina, em 2002, dirigido a desocupados(as) que, ao mesmo tempo, sejam chefes de família e com filhos sob sua responsabilidade; o Programa Chile Solidário, criado em 2002 no Chile, constituído de três componentes: apoio à família, vários subsídios monetários e acesso prioritário a outros programas de proteção social; o Programa Avancemos, ação estratégica do Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2010 de Costa Rica e o Programa Ingreso Ciudadano, instituído no Uruguai

em 2005, no âmbito de Atencion a la Emergência Social (Silva; Lima, 2010, p. 18).

A evolução dos programas de transferência de renda no Brasil se dá de forma gradual, com um processo que se estrutura e expande os procedimentos de execução ao longo do tempo. De acordo com Silva e Lima (2010) a trajetória de implementação dos Programas de Transferência de Renda iniciou seu percurso nos anos de 1991, a partir da proposta de Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM), se estabeleceu como Renda básica de cidadania.

Esse período começou com o senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que apresentou o Projeto de Lei n. 80/1991, propondo a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima para todos os brasileiros a partir de 25 anos. O projeto foi aprovado no Senado e ficou pendente de apreciação na Câmara Federal.

Durante esses anos, Camargo (1991; 1993; 1995) sugeriu uma transferência monetária para famílias com crianças de 5 a 16 anos matriculadas em escolas públicas. Essa proposta trouxe duas inovações importantes: a inclusão da família como beneficiária em vez do indivíduo e a condição de frequência escolar para o recebimento do benefício. O objetivo era combinar políticas compensatórias com ações estruturantes para enfrentar a pobreza de forma mais eficaz.

A partir de 1995, começaram a ser implementadas experiências piloto em cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Brasília. Essas iniciativas pioneiras possibilitaram a criação de políticas públicas de transferência de renda dentro do Sistema de Proteção Social brasileiro. Iniciado em 2001, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), esse período foi caracterizado pela significativa expansão dos programas federais estabelecidos em 1996, como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Também surgiram novos programas, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda e Vale Gás, entre outros.

Esses programas foram unificados em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva com a criação do Programa Bolsa Família, que ampliou a abrangência da transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade social e contribuiu para a evolução dos mecanismos de controle e gestão de políticas públicas sociais de transferência de renda. (Santos *et al*, 2009, p.1385).

O Programa Bolsa Família foi instituído no governo Lula, unificando quatro programas existentes no governo anterior: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O programa teve como foco principal as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Um elemento fundamental para a implementação do Bolsa Família foi o Cadastro Único para Programas Sociais, criado em dezembro de 2001. Esse cadastro tornou-se essencial para as políticas públicas, sendo utilizado tanto no Programa Bolsa Família (PBF) quanto para coordenar e integrar diversas outras iniciativas, federais ou de diferentes esferas governamentais (PNAD, 2019). De acordo com o estudo da PNAD (2019) foi possível compreender a partir do banco de dados do CadÚnico a quantidade de pessoas público alvo do programa, ou seja, as pessoas em situação de pobreza, conforme a definição dos critérios de elegibilidade do programa.

No Brasil, o governo utiliza o critério de renda mensal per capita para a inclusão no Programa Bolsa Família, com categorias definindo os níveis de pobreza. As famílias são cadastradas no Cadastro Único, de responsabilidade municipal, e os beneficiários são escolhidos de acordo com os requisitos do governo para receber o auxílio.

Costa et al(2021) em sua análise aponta que do Programa Bolsa Família se estabelece como um programa de transferência de renda condicionada, pois além de adotar critérios de elegibilidade adota também critérios de condicionalidades, destaca-se entre as condicionalidade o exame pré-natal, o acompanhamento nutricional e de saúde, a frequência escolar estipulando 85% em estabelecimento de ensino regular. De acordo com Gehrman e Medeiros (2022), o principal objetivo do programa Bolsa Família é atender às famílias em situação de pobreza que estão registradas no Cadastro Único, com base em critérios de renda per capita.

Conforme Silva e Lima (2010) a questão da pobreza é central nos programas de transferência de renda. Nesse contexto, é importante destacar as diferentes concepções de pobreza, que são orientadas por valores distintos e fundamentam a formulação e o desenvolvimento de políticas e ações para a intervenção social. Desse modo, considera-se a pobreza como um fenômeno complexo e multidimensional, enfatizando suas determinações estruturais.

Nesse sentido, a pobreza deve ser entendida não apenas como a insuficiência de renda, mas também como resultado da exploração do trabalho e da desigualdade na distribuição da riqueza produzida socialmente. Ela se manifesta na falta de acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna, além de representar a exclusão da participação social e política.

Nesse estudo compartilhamos do entendimento de Potyara (2020) que conceitua “necessidades humanas básicas” como um conjunto de elementos que extrapolam o mero atendimento das demandas materiais e biológicas. Para existir o ser humano precisa comer, beber, vestir, morar, esse é o princípio básico da reprodução material e biológica da vida humana. Porém para fazer história e se objetivar enquanto ser social, o homem necessita se realizar na cultura, na arte, no lazer, tendo liberdade e condições para criar, agir e decidir.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família, enquanto transferência de renda no capitalismo cumpre a função de mitigar as expressões da questão social, por outro lado contribui também para a acumulação do capital e a manutenção da ordem vigente.

Os programas assistenciais de “transferência de renda” são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das “classes perigosas”. No entanto, para quem está desprovido de todas as condições de reprodução social no capitalismo, programas que transferem recursos públicos sob a denominação de “transferência de renda”, “renda básica” ou “renda mínima” são uma questão de vida ou de morte, ainda mais em países como o Brasil, marcado pela informalidade, baixos e instáveis salários e precarização agressiva. A bárbara condição de mais de 100 milhões de homens e mulheres se tornou explosiva na pandemia (Boschetti; Behring 2021, p. 79).

O agravamento da questão social durante a pandemia de Covid-19 trouxe à tona desafios profundos, como o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho. A perda de vidas e o impacto econômico geraram um cenário de crise sem precedentes.

Nesse contexto, a resposta do governo foi marcada pela falta de um enfrentamento efetivo. Medidas essenciais, como a distribuição de auxílios

financeiros, a compra de vacinas e a implementação de políticas de isolamento social, encontraram resistência. A postura negacionista de autoridades governamentais não apenas comprometeu a eficácia das ações necessárias, mas também minou a confiança da população nas recomendações de saúde pública.

Após pressão dos movimentos sociais, partidos políticos, entre outros, foi instituída a Lei 13.982, de 2 de Abril de 2020, que visava minimizar os efeitos econômicos da pandemia, cujo público alvo eram os trabalhadores autônomos, informais, microempreendedores e beneficiários do Programa Bolsa Famílias, inscritos no Cadastro Único. Como forma de tentar enfrentar os impactos da Pandemia da Covid, foi instituído a EC 106/2020 (Regime Extraordinário Fiscal), o que para alguns autores, foi caracterizado como o “orçamento de guerra”, cujo financiamento era considerado ínfimo diante do quadro e da complexidade da crise sanitária.

É importante não esquecer que, enquanto o “orçamento de guerra” propunha esses verdadeiros presentes ao capital, para a classe trabalhadora sem rendimento o governo federal propôs o auxílio emergencial no valor de míseros R\$ 200,00 (que foram recompostos pelo Congresso para R\$ 600,00), a suspensão dos contratos de trabalho com redução salarial e a facilidade para empregadores interromperem os contratos de trabalho. Dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros. Em contraposição, somente 4,2 milhões solicitaram seguro-desemprego até agosto de 2020. Esses números mostram a redução cada vez maior dos direitos trabalhistas e a ampliação do benefício assistencial na reprodução da força de trabalho (Behring; Boschetti, 2022, p. 13).

Embora os benefícios de transferência de renda tenham proporcionado um alívio temporário para muitas famílias, a necessidade urgente de assistência mostrou que muitos grupos vulneráveis ficaram sem acesso a esses recursos.

Em 2021, o encerramento do programa anterior e a criação do Auxílio Brasil, por meio da Lei nº 14.284, ocorreram em um contexto de agravamento das desigualdades sociais, intensificadas pela crise econômica e sanitária provocada pela pandemia. Esse novo programa foi instituído em um cenário em que as disparidades em termos de raça, gênero, classe e etnia se tornaram ainda mais evidentes.

Em 2023 com a nova conjuntura política resultou na instituição do “Novo Bolsa Família”, instituído pela Lei 14.601/2023, que passou por reformulações no que tange a sua gestão, planejamento e execução, sobretudo no que concerne a sua cobertura de acesso, definição de valores e as condicionalidades exigidas pelo programa.

Atualmente, considera-se elegíveis para acesso ao Programa Bolsa Família os usuários, cuja renda per capita da família deve ser de até R\$ 218,00 por mês. As famílias que atendem a esses critérios recebem, no mínimo, R\$ 600,00 mensais, com a possibilidade de adicionais de R\$ 150,00 por criança de até 6 anos, além de R\$ 50,00 para gestantes, crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos. Nesse sentido, elencamos alguns fatores que facilitam o acesso da população Venezuelana ao Programa Bolsa Família dentre eles:

- 1) O aparato legal que respalda os imigrantes enquanto cidadão de direitos da seguridade social brasileira, sobretudo a lei da migração e do refúgio
- 2) A ramificação dos equipamentos e atendimentos socioassistenciais nos territórios.
- 3) A não necessidade de regularização documental da condição de refugiado para se inscrever no CadÚnico, dentre outros.

Dessa forma, no âmbito da Política de Assistência Social, temos um rol de legislações que viabilizam o acesso da população Venezuelana aos seus direitos dentre eles: A Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social, A Política Nacional de Assistência Social., e a Lei que institui o “Novo Bolsa Família e a Lei da Imigração, conforme já mencionado. No tópico a seguir, apresentaremos o perfil da população imigrante/refugiada Venezuelana que reside em Uberaba, e em seguida caracterizaremos o perfil dessa população que recebe o Benefício do Programa Bolsa Família neste município.

3.3.1 O perfil da população imigrante/refugiada venezuelana em Uberaba

Para aqueles/as cuja estabilidade é provisória, em um lugar onde é possível perder tudo mais de uma vez, não há lugar seguro e o

pertencimento é sempre precário, para quem vive nessas condições: Quem viveu escorregando de todos os mapas sente a dor dessa experiência no corpo (Brum, 2018).

Nesse tópico analisamos e quantificamos o movimento migratório da população Venezuelana para o município de Uberaba/MG no período de 2014 a 2023, a partir dos dados fornecidos pela Polícia Federal.

Tabela 2 – Quantidade de pedidos de refúgios por venezuelanos no período de 2014 a 2023 na cidade de Uberaba

Registro Data Ano *	Total de Registros
2014	1
2015	1
2016	1
2017	13
2018	25
2019	45
2020	13
2021	52
2022	42
2023	39
TOTAL	232

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da Polícia Federal - 2024

Ao analisar a tabela 2, observamos que nos anos de 2014, 2015 e 2016 tivemos apenas um pedido por ano. Houve um crescimento exponencial de pedidos de refúgio de venezuelanos na cidade, sobretudo entre os anos de 2017 e 2019. Os números mostram queda significativa em 2020. E em 2021, a solicitação de refúgio por venezuelanos na cidade de Uberaba voltou a assumir uma curva ascendente, permanecendo alta até 2023, último ano do período estudado.

É importante destacarmos que esses dados podem não representar o total de venezuelanos que imigraram para Uberaba no período estudado. Os dados representam aqueles que estão em situação de refúgio, ou seja, formalizaram e legalizaram sua permanência como refugiados imigrantes junto ao Estado brasileiro.

Embora muitos governos vizinhos tenham dado boas-vindas aos venezuelanos, a falta de uma estratégia regional coordenada deixou muitos sujeitos a condições inadequadas ou incapazes de receber o status de refugiados ou outras proteções legais. Em alguns países,

os venezuelanos estão sendo deportados ou sofrendo xenofobia e dificuldades para obter assistência médica, educação ou status legal que os permitam trabalhar legalmente (Human Rights Watch, 2022).

Entendemos que a conjuntura política, social e econômica pela qual passa a Venezuela na última década é o que tem determinado o fluxo migratório, ou o êxodo forçado da população venezuelana para o Brasil. Conforme discutimos nos tópicos 1.3 e 1.4 deste trabalho, a crise humanitária enfrentada pela Venezuela tem relação direta com a “crise do chavismo” ou a descontinuidade do “processo bolivariano”, e mais precisamente se relaciona com os anos de governo do presidente Nicolás Maduro (2013 – 2024).

Entre os anos de 2013 e 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela foi reduzido em 37%, a hiperinflação chegou a 800%, o que levou a perda do poder de compra do salário mínimo, colocando 87% da população na linha da pobreza (Callais, 2020).

O crescimento exponencial de pedidos de refúgio de venezuelanos em Uberaba, sobretudo de 2017 a 2019, em nossas análises, pode ser explicado pela conjugação de dois fatores determinantes sobre esse fenômeno: a instituição da política de interiorização pela Lei n 13684 em 2018 e a agudização da crise humanitária no país no mesmo ano.

A política de interiorização, integrante da “Operação Acolhida”, consiste em uma estratégia dos governos federal e estaduais para capilarizar e distribuir a ocupação dos refugiados venezuelanos pelo vasto território nacional brasileiro. Antes dela a maioria da população refugiada se concentrava na região norte, particularmente no Amazonas e Roraima. Nas nossas análises, a política de interiorização instituída e implementada em 2018 foi um meio facilitador para que a população imigrante venezuelana chegasse em Uberaba.

A própria crise humanitária na Venezuela foi potencializada a partir das eleições presidenciais de 2018 no país onde o presidente Nicolás Maduro derrotou a oposição representada por Henri Falcón. Nesse pleito, em decorrência do boicote da oposição, apenas 46% do eleitorado compareceram às urnas, uma abstenção recorde de mais da metade da população votante da Venezuela, conforme dados do CNE.

A lisura, transparência e validade do pleito foi questionada pela imprensa de diversos países, dos mais variados espectros políticos e ideológicos. A conturbada eleição presidencial de 2018 agudizou a crise econômica e social da Venezuela uma vez que produziu uma ingerência institucional tanto em âmbito interno quanto na geopolítica internacional. Em 23 de janeiro de 2019 Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional e líder da oposição naquele contexto se autoproclama presidente da Venezuela. Mais de 50 países expressaram apoio a Guaidó naquele momento (Human Rights Watch, 2020).

A grave escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos deixaram muitos venezuelanos incapazes de alimentar suas famílias adequadamente ou acessar cuidados de saúde essenciais. [...] As forças de segurança venezuelanas mataram quase 7.000 pessoas em incidentes que alegaram serem casos de "resistência à autoridade" em 2018 e nos primeiros cinco meses de 2019, de acordo com números oficiais citados pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). [...] O êxodo em massa de venezuelanos fugindo da repressão e da escassez é a maior crise migratória na história recente da América Latina, informou a HUMAN RIGHTS WATCH, ao relatar a situação do país em 2019 (Human Rights Watch, 2020).

Isso explica o fato de o ano de 2019 ter sido o segundo ano com mais pedidos de refúgio por venezuelanos na cidade de Uberaba na última década: 45 no total.

No ano de 2020, mais precisamente no dia 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia de COVID-19. O governo de Maduro e suas forças de segurança "usaram um estado de emergência implementado em resposta à Covid-19 como uma desculpa para punir a dissidência e intensificar seu controle sobre a população (Human Rights Watch, 2021).

Esse estado de emergência e as medidas de isolamento social, em nossas análises, dificultaram o êxodo da população venezuelana e sua regularização como refugiados nos países de destino.

A dificuldade de acesso ao status legal em outros países e as dificuldades econômicas resultantes das medidas para conter a disseminação da Covid-19 levaram aproximadamente 130.000 a retornar para a Venezuela desde março de 2020. Os repatriados

foram mantidos em centros de quarentena superlotados e insalubres, sofrendo ameaças, assédio e abusos por parte das autoridades venezuelanas e dos coletivos (Human Rights Watch, 2021).

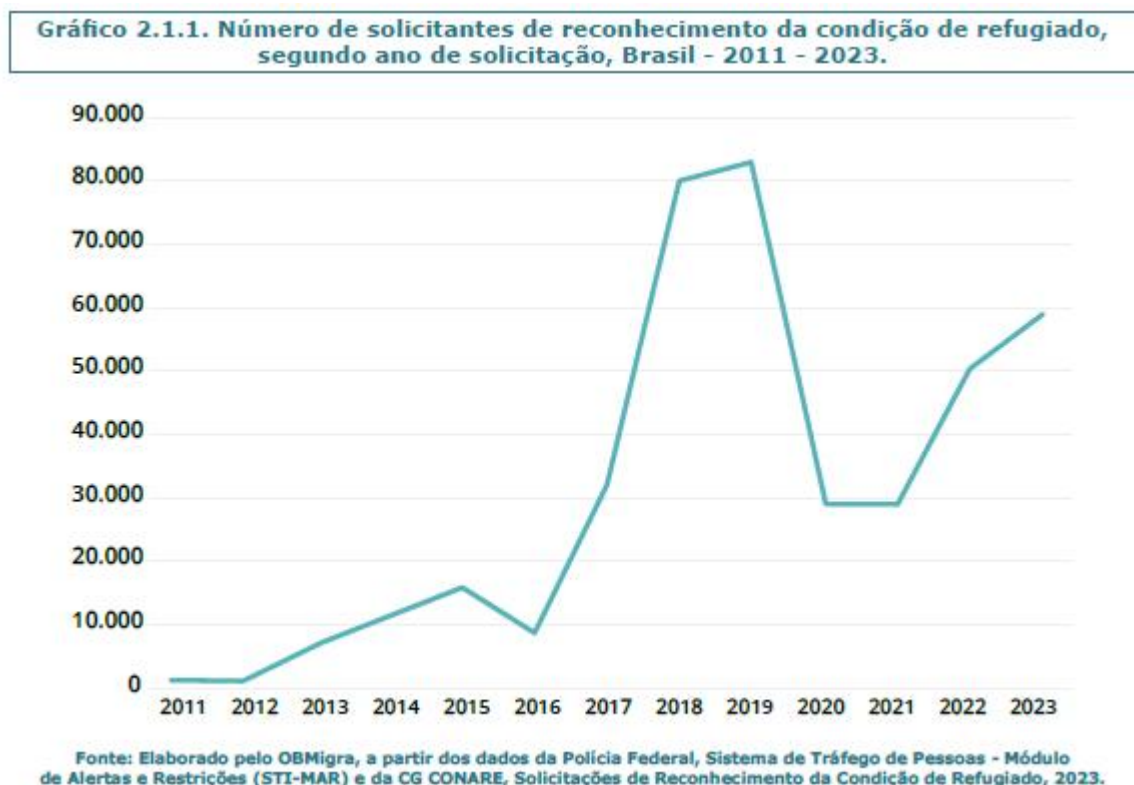
No ano de 2020 tivemos “apenas” 13 pedidos de refúgio de venezuelanos na cidade de Uberaba, uma queda de quase dois terços se comparado ao ano anterior.

O despreparo do governo da Venezuela no manejo das implicações sociais e sanitárias da pandemia, e o próprio protagonismo que Uberaba possui na oferta de serviços de saúde pública podem explicar esse crescimento expressivo de refugiados venezuelanos na cidade.

Até 28 de outubro de 2021, a Venezuela havia confirmado 403.318 casos de Covid-19 e 4.848 óbitos. Dada a disponibilidade limitada de testes confiáveis, falta de transparência governamental e perseguição a profissionais da área médica e jornalistas que fazem reportagens sobre a pandemia, os números reais podem ser muito maiores. [...] Monitor Salud, uma organização não governamental, relatou que 83% dos hospitais têm acesso insuficiente ou nenhum acesso a equipamentos de proteção individual, como máscaras e luvas, e 95% também não possuem produtos de limpeza suficientes, incluindo sabonete e desinfetante. Até 28 de outubro, 779 médicos e enfermeiras teriam morrido de Covid-19. [...] Em 27 de outubro, o governo informou que 61,6% dos venezuelanos haviam recebido pelo menos uma dose da vacina para Covid-19. No entanto, apenas 21,6% dos venezuelanos estavam totalmente vacinados até essa data, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, e 25% a 28% dos profissionais de saúde ainda aguardavam sua segunda dose em agosto (Human Rights Watch, 2022).

Quando analisamos os dados nacionais em relação aos pedidos de refúgio no Brasil, – não apenas por venezuelanos, mas sem distinção de nacionalidade, o gráfico da Obmigra abaixo aponta o mesmo comportamento: crescimento exponencial de 2016 a 2019, declínio no período pandêmico e retomada do crescimento da transição de 2021 para 2022.

Figura 2 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação, Brasil 2011 - 2023



Fonte: OBMigra, 2024.

Importante destacar que, no ano de 2023, verificou-se um acréscimo de 8.273 solicitações se comparado ao ano de 2022, quando o País recebeu 50.355 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando, 2023). Como observado na edição anterior deste anuário, trata-se de um dado significativo para a compreensão da dinâmica brasileira do refúgio no contexto de superação do período mais grave da pandemia da Covid-19, o que fica evidente quando comparado ao cenário observado entre os anos de 2020 e 2021. Nos dois anos de maior gravidade e restrições impostas pela pandemia da Covid-19, o patamar de solicitações registradas foi bem inferior àquele observado para os anos de 2017, 2018 e 2019, a exemplo do que se verifica agora para os anos de 2022 e 2023 (JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando, 2023) (Obmigra, 2024).

Como forma de ilustrar o fluxo migratório de venezuelanos para Uberaba apresentamos a seguir a tabela que mostra uma série de reportagens veiculadas sobre a matéria:

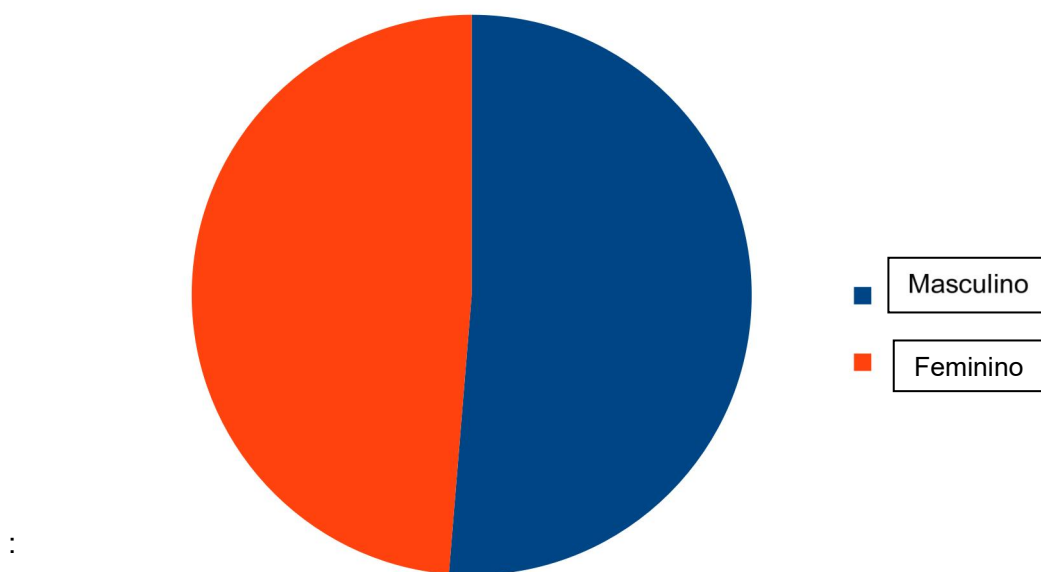
Tabela 3 – Matérias veiculadas pela imprensa local

Reportagem	Data	Nome da Matéria	Jornal
1.	19/08/2021	Cerca de 20 venezuelanos chegam à cidade por semana	Jornal da Manhã (Uberaba)
2.	20/08/2021	Projeto voluntário ajuda imigrantes sul-americanos em Uberaba	Estado de Minas
3.	03/12/2021	SEDS integra ação de abordagem a venezuelanos	Jornal de Uberaba
4.	20/02/2022	Indígenas venezuelanos refugiados da crise reclamam da falta de suporte em Uberaba: "Queremos uma vida nova".	G1 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
5.	16/03/2022	Indígenas venezuelanos refugiados em Uberaba podem ficar sem moradias	G1 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
6.	26/03/2022	SEDS articula políticas públicas para o acolhimento de imigrantes em Uberaba; cidade conta com 97 estrangeiros	Jornal da Manhã (Uberaba)
7.	06/01/2023	Uberaba recebe imigrantes de pelo menos 10 países	Jornal da Manhã (Uberaba)

Fonte: BALIANA, 2023.

Passemos agora a analisar o perfil desses 232 venezuelanos que pediram refúgio em Uberaba de 2014 a 2023 a partir do sexo, estado civil, ocupação e faixa etária.

Figura 3 - Gênero

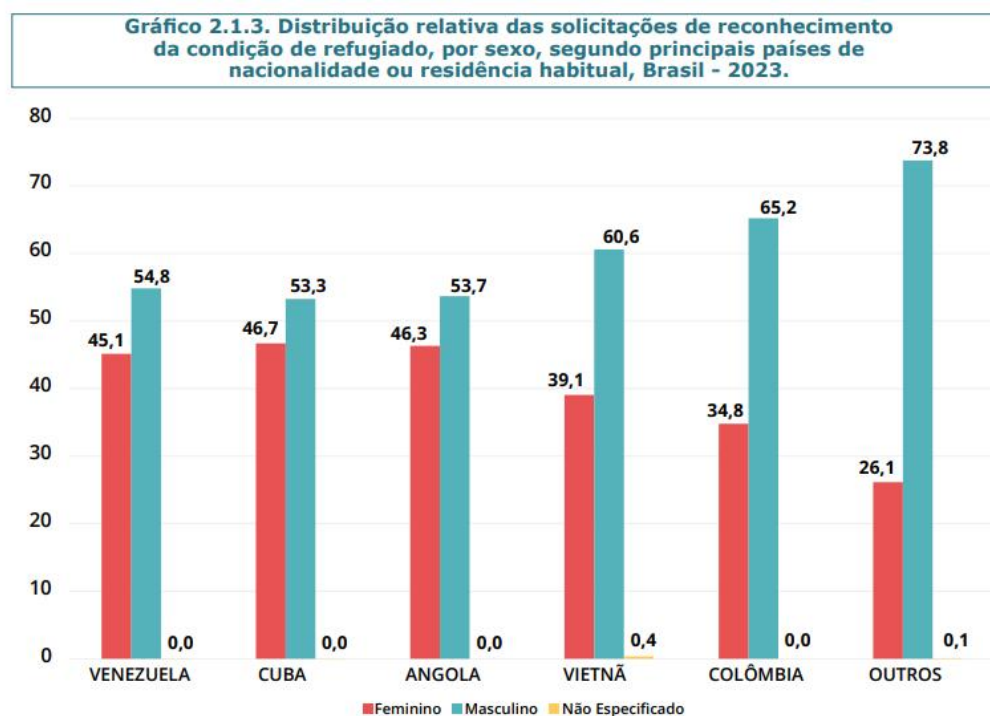


Fonte:elaborada pelo autor de acordo com os dados da Polícia Federal – 2024

Importante citar que os dados fornecidos pela Polícia Federal não trazem um campo específico referente à identidade de gênero, sem o qual não é possível categorizar a identidade auto percebida da população migrante/refugiada em Uberaba/MG entre, cisgênero/transgênero/não binário. Portanto, os números aqui analisados se referem ao gênero/sexo atribuído ao nascimento.

Ao analisar o sexo, foi possível observar que em Uberaba existe uma maior incidência de venezuelanos refugiados homens, do que de mulheres. Embora a diferença do ponto de vista percentual seja inexpressiva (119 homens e 113 mulheres), o que se percebe é que esse dado vem acompanhando a tendência do cenário nacional, conforme gráfico abaixo.

Figura 4 - Distribuição relativa das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil - 2023



Fonte: OBMigra, 2023.

Conforme estudo elaborado pela Obmigra, a partir dos dados da CG Conare, as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado 2023, apontam que há uma maior presença de homens Venezuelanos solicitando refúgio para o Brasil ao longo do recorte temporal de 2011 a 2023.

Em números mais amplos, o último censo demográfico realizado na Venezuela foi em 2011, pelo Instituto Nacional de Estadística. “Los resultados censales obtenidos del XIV Censo Nacional de Población y Vivienda (2011) señalan que la población empadronada fue de 27,2 millones de habitantes” (INE, 2014), com um percentual muito próximo entre homens e mulheres em todas as faixas etárias. O gráfico abaixo elaborado pelo instituto nos mostra a relação gênero e faixa etária nos seis últimos censos (1961 – 1971 – 1981 – 1990 – 2001 - 2011).

Tabela 4 - SEQ Tabela * ARABIC 4 - Venezuela - Estrutura de idade da população segundo sexo - Censo 1961 - 2011

VENEZUELA						
CUADRO 2.3. ESTRUCTURA DE EDAD DE LA POBLACIÓN SEGÚN SEXO						
CENSOS 1961 - 2011						
GRUPOS DE EDAD Y SEXO	CENSOS					
	1961	1971	1981	1990	2001	2011
TOTAL	7.523.999	10.721.522	14.516.735	18.105.265	23.054.210	27.227.930
0 – 14	3.439.297	4.824.282	5.797.301	6.743.851	7.634.562	7.356.774
15 – 64	3.886.982	5.579.878	8.207.696	10.635.355	14.297.435	18.250.657
65 y MÁS	197.720	317.362	511.574	726.059	1.122.213	1.620.499
HOMBRES	3.821.720	5.349.711	7.259.812	9.019.757	11.402.869	13.549.752
0 – 14	1.747.959	2.437.645	2.937.110	3.428.685	3.889.060	3.788.616
15 – 64	1.990.112	2.770.528	4.090.656	5.261.040	7.009.266	9.034.671
65 y MÁS	83.649	141.538	231.974	330.032	504.543	726.465
MUJERES	3.702.279	5.371.811,0	7.256.923	9.085.508	11.651.341	13.678.178
0 – 14	1.691.338	2.386.637	2.860.191	3.315.166	3.745.502	3.568.158
15 – 64	1.896.870	2.809.350	4.117.040	5.374.315	7.288.169	9.215.986
65 y MÁS	114.071	175.824	279.600	396.027	617.670	894.034
FUENTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA						

Fonte: Instituto Nacional de Estadística, 2011

Em relação à questão de gênero, importante destacar que toda a América Latina (portuguesa ou espanhola) constituiu-se a partir de preceitos culturais, éticos e morais estritamente religiosos, os quais determinam de modo desigual a relação entre homens e mulheres perante o Estado. Um dos valores centrais para a sociedade espanhola – colonizadora da Venezuela, seria a família, mas especificamente a família com modelo patriarcal e conservador, característicos do conceito de família burguesa ocidental.

O censo demográfico de 2011 não traz informações sobre a religião da população venezuelana. Apesar disso, pela sua formação social e histórica inferimos se tratar de uma sociedade majoritariamente cristã, com predomínio do catolicismo sobre o protestantismo, o que interfere sobremaneira nas características e políticas públicas implementadas naquele país.

O aborto é criminalizado na Venezuela, exceto quando a vida da gestante está em risco. Os serviços de saúde sexual e reprodutiva para mulheres sofrem uma

perda de capacidade, segundo um estudo da HumVenezuela, uma plataforma independente de organizações da sociedade civil que monitoram a emergência humanitária. Em março de 2022, havia uma falta de 61,7% de contraceptivos e 55,8% das mulheres grávidas “não puderam receber cuidados obstétricos adequados”. Em setembro, a Missão da ONU documentou que mulheres e meninas têm relatado violência sexual por parte de agentes da FANB trabalhando em postos de controle e de grupos armados controlando áreas de mineração (Human Rights Watch, 2023).

A Venezuela não possui legislação civil abrangente que proteja as pessoas contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, além de disposições específicas no Código do Trabalho e na lei de habitação. Não há proteção legal para casais do mesmo sexo. O Código de Justiça Militar pune com prisão de até 3 anos e demissão ato sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo. O Tribunal Supremo de Justiça anunciou que analisará o dispositivo, após um recurso do grupo Venezuela Igualitária (Human Rights Watch, 2023).

Em relação ao estado civil dos imigrantes venezuelanos que pediram refúgio em Uberaba no período estudado, há uma predominância entre os solteiros, conforme mostra a tabela a seguir. Esses dados, vão na mesma perspectiva dos apresentados no último censo demográfico da Venezuela, por meio do qual podemos afirmar que a maioria da população venezuelana se declara como solteira.

Em relação à situação conjugal a nível nacional, nota-se que a condição de solteiro é a que apresenta maior percentagem para ambas as datas censitárias. Contudo, é importante destacar que há mais homens do que mulheres que se declararam solteiros, conforme se verifica na tabela 2.7. Os dados dos dois últimos censos indicam que a proporção de solteiros passou de 40,0% em 2001 para 42,5% em 2011. No entanto, as mulheres solteiras aumentaram ainda mais a sua proporção, passando de 32,5% em 2001 para 37,0% no último censo (INE, 2014).

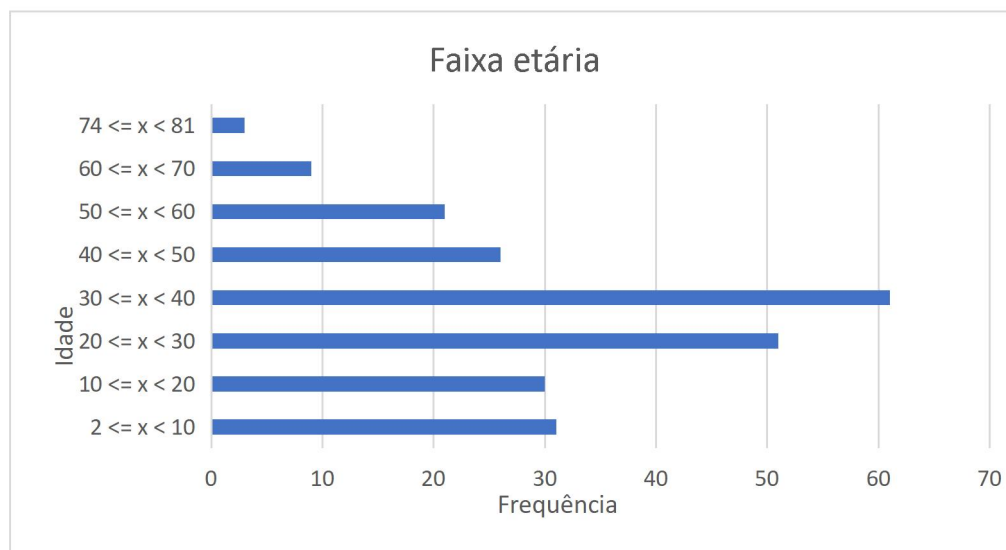
Tabela 5 – Estado civil dos venezuelanos(as)

Estado Civil	Total de Registros
SOLTEIRO	189
CASADO	36
OUTROS	4
VIÚVO	3

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com os dados da Polícia Federal – 2024.

A figura a seguir nos mostra a faixa etária dos imigrantes venezuelanos que pediram refúgio em Uberaba de 2014 a 2023.

Figura 5 - Faixa etária dos imigrantes venezuelanos que pediram refúgio em Uberaba de 2014 a 2023



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com os dados da Polícia Federal – 2024.

Observamos que existe uma variação etária no perfil dos refugiados venezuelanos em Uberaba, o que exige do poder público municipal, estadual e federal, uma rede de atenção intersectorial às demandas dessa população – que vai desde oferta da educação básica para as crianças (aproximadamente 30 crianças venezuelanas se refugiaram em Uberaba no período estudado) à oferta de benefícios previdenciários e assistenciais de proteção à idade avançada/velhice (15 idosos acima de 60 anos se refugiaram em Uberaba no período estudado).

A predominância foi de uma população economicamente ativa - faixa etária entre 30 a 40 anos, o que está em consonância com os dados nacionais de pedidos de refúgio no Brasil, sem distinção de nacionalidades.

Tabela 6 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo grupos de idade, Brasil - 2023

Tabela 2.1.4. Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo grupos de idade, Brasil – 2023.

Idade	Total	Masculino	Feminino	Não Especificado
Total	58.628	34.281	24.319	28
Menor que 15 anos	14.244	7.224	7.016	4
0 a 6 anos	6.549	3.315	3.232	2
7 a 11 anos	5.312	2.700	2.611	1
12 a 18 anos	5.579	3.005	2.572	2
15 a 24 anos	12.389	7.565	4.816	8
25 a 39 anos	20.552	12.956	7.581	15
40 a 49 anos	6.468	3.895	2.573	-
50 a 59 anos	3.140	1.746	1.393	1
60 anos ou mais	1.835	895	940	-

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da CG CONARE, Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado, 2023.
Nota: (-) Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Fonte: OBMigra, 2023.

Esses dados dão conta de que um dos principais motivos do processo migratório, historicamente, é a busca por melhores condições de vida e trabalho de uma população economicamente ativa.

A imigração é uma categoria fundamental na caracterização e análise do mercado de trabalho brasileiro. Ao observarmos a própria consolidação e expansão do capitalismo no país, observamos um protagonismo dos trabalhadores estrangeiros. Os imigrantes deram grande contribuição com sua força de trabalho para o desenvolvimento do Brasil, tanto no setor rural, como nas áreas industriais, comerciais e culturais. Contribuíram ainda para a formação do povo brasileiro, desde o século 19, quando começou a se intensificar a imigração para o país. (Pauli, Fidelis, Aranda, 2002, p. 6)

Pôde-se observar no decorrer de todo o processo de industrialização no Brasil a utilização da mão de obra dos imigrantes europeus. Neste contexto, os imigrantes eram vistos como importante mão de obra para se atingir o desenvolvimento do capital industrial: os estrangeiros traziam consigo técnicas de produção fabril, formaram uma classe média urbana consumidora e assalariada, além de “embranquecer” a sociedade brasileira que na transição do século XIX para o século XX era composta majoritariamente por negros e indígenas.

Por outro lado, hoje estes não são mais vistos como contribuintes para o desenvolvimento dos Estados, pois sua presença massiva e de proporções cada vez maiores tornou-se incômoda para os países mais abastados economicamente. Em contextos como este último citado, o migrante desperta sentimentos de discriminação e preconceito, por tratar-se do diferente, de indivíduos com culturas distintas e que, portanto, podem se constituir uma ameaça aos quais constroem também o mito de que o migrante ocupa postos de trabalho e emprego que seriam destinados aos nacionais (Pauli, Fidelis, Aranda, 2002, p. 6).

Em números contemporâneos, cerca de 5% da força de trabalho mundial é composta por imigrantes. Entre 2011 e 2021, no Brasil, o número de imigrantes no mercado de trabalho formal saltou de 62 mil para 188 mil, que se somaram aos mais de 1 milhão de imigrantes. (Agência Câmara de Notícias, 2023).

A tabela abaixo, traz os dados fornecidos pela Polícia Federal relativos à ocupação dos imigrantes e refugiados venezuelanos em Uberaba. Questionamos a Polícia Federal, por meio do anexo (tal) se esses dados se referem a ocupação que os imigrantes tinham na Venezuela ou se trata de suas ocupações atuais no Brasil, mas não obtivemos resposta em tempo hábil. De qualquer modo, foi possível inferir algumas reflexões que seguem no quadro.

Tabela 7 - Ocupação

Estrangeiro Ocupação	Total de Registros
ESTUDANTE	46
MENOR (CRIANÇA , NÃO ESTUDANTE)	19
PRENDAS DOMÉSTICAS (LIDES DO LAR)	16
SEM OCUPAÇÃO	15
COZINHEIRO, MORDOMO, GOVERNANTA, CAMAREIRO, GARÇOM , OU ASSELMHADO	10
OUTRA OCUPAÇÃO NÃO CLASSIFICADA	9
VENDEDOR OU EMPREGADO DE CASA COMERCIAL, COMERCÍARIO, VENDEDOR AMBULANTE, VENDEDOR A DOMICÍLIO, JORNALEIRO, OU ASSELMHADO	9
PROFISSIONAL LIBERAL, TÉCNICO, OU ASSELMHADO, NÃO CLASSIFICADO SOB OUTRA DENOMICAÇÃO	8
TRABALHADOR DA INDÚSTRIA QUÍMICA, DA INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, E VETERINARIOS, DA INDUSTRIA DE PERFUMARIA, SABÕES E VELAS, DA INDUSTRIA DE PRODUTOS, DE MATERIAIS PLÁSTICOS, DA INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELJAO, OU ASSELMHADO	8
ECONOMISTA, ATUÁRIO, CONTADOR, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, AUDITOR, ESTATÍSTICO, ADMINISTRADOR, OU ASSELMHADO	7

BARBEIRO, CABELEIREIRO, ESTETICISTA, ESPECIALISTA DE INSTITUTO DE BELEZA, OU ASSEMELHADO	6
PADEIRO, CERVEJEIRO, AÇÕGUEIRO, TRABALHADOR EM LATICÍNIOS OU OUTRO TRABALHADOR, NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS OU BEBIDAS	6
PORTEIRO, ZELADOR, ASCENSORISTA, FAXINEIRO, EMPREGADO DE LIMPEZA, EMPREGADO DOMÉSTICO, OU ASSEMELHADO	6
PROFESSOR, OU ASSEMELHADO	6
TRABALHADOR AGRÍCOLA JARDINEIRO, OU ASSEMELHADO, AGRICULTOR, LAVRADOR	5
APOSENTADO, PENSIONISTA, OU ASSEMELHADO	4
CAIXA, TESOUREIRO, OU ASSEMELHADO	4
ELETRICISTA, MECANICO ELETRICISTA, MECÂNICO DE ELETRONICA, REPARADOR DE APARELHOS, DE RADIO E TELEVISAO, DE INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS, E TELEGRÁFICAS, OU ASSEMELHADO	4
MECANICO, OPERADOR, AJUSTADOR, CHAPEADOR, LANTERNEIRO DE VEÍCULOS, BOMBEIRO HIDRÁULICO, ENCANADOR, SOLDADOR, GALVANIZADOR, OU OUTRO TRABALHADOR EM METAIS, NAO CLASSIFICADO SOB OUTRA DENOMINAÇÃO	4
OPERADOR DE MÁQUINA ESTACIONÁRIA, DE GUINDASTE, DE MAQUINA DE TERRAPLANAGEM, DE EMPILHADEIRA, OU OUTRO OPERADOR ASSEMELHADO, LUBRIFICADOR OU GRAXEIRO DESSAS MÁQUINAS	4
PEDREIRO, SERVENTE, LADRILHEIRO, GESSEIRO, VIDRACEIRO, OU ASSEMELHADO, A OUTRO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, NAO CLASSIFICADO SOB OUTRA DENOMIAÇÃO	4
ARQUITETO, ENGENHEIRO, AGRIMENSOR, OU ASSEMELHADO	3
EMPREGADO DE ESCRITÓRIO, SECRETÁRIA, BANCÁRIO, SECURITÁRIO ECONOMIÁRIO, TAQUIGRAFIA RECEPCIONISTA, MECANOGRFO, DATILÓGRAFO, OU ASSEMELHADO	3
BIÓLOGO, VETERINÁRIO, ZOOTECNISTA, AGRÔNOMO OU ASSEMELHADO	2
ESTIVADOR, CARREGADOR, OU ASSEMELHADO	2
LAVADEIRO, LIMPADOR A SECO, PASSADOR, OU ASSEMELHADO	2
MEDICO, CIRURGIAO, DENTISTA, OU ASSEMELHADO	2
POLÍCIAS, DELEGADO, AGENTE, INVESTIGADOR, ESCRIVÃO, PERITO, PAPILOSCOPISTA, OU ASSEMELHADO	2
PROPRIETARIO MOTORISTA, DE VEICULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	2
QUIMICO, FISICO, GEOLOGO, OU OUTRO ESPECIALISTA, EM CIENCIAS FISICAS	2
ARTISTA, ATOR, MUSICO, OU ASSEMELHADO	1
DECORADOR, COSTUREIRO, ALFAIATE, MODISTA, PELETEIRO, TAPECEIRO, OU ASSEMELHADO	1
DIRETOR , GERENTE OU PROPRIETARIO, DE CASA COMERCIAL, ATACADISTA OU VAREJISTA, EXPORTADORA OU IMPORTADORA, OU ASSEMELHADO	1

EMPACOTADOR, ETIQUETADOR, OU ASSEMBELHADO	1
ENFERMEIRO, PARTEIRA, MASSAGISTA, NUTRICIONISTA, OU TECNICO PARAMEDICO	1
JURISTA, ADVOGADO, MAGISTRADO, PROMOTOR, OU ASSEMBELHADO	1
MOTORISTA, CONDUTOR, OU OUTRO TRABALHADOR, DE TRANSPORTE RODOVIARIO	1
PATRULHEIRO, VIGIA, GUARDA, BOMBEIRO, OU ASSEMBELHADO	1
PROGRAMADOR, ANALISTA, OU OUTRO TECNICO, NO PROCESSAMENTO ELETRONICO DE DADOS	1
PSICOLOGO, ANALISTA, SOCIOLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, OU ASSEMBELHADO	1
TRABALHADOR DA FABRICACAO, DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ARTESAO OU TRABALHADOR, DOS DIVERSOS PROCESSOS DE PRODUCAO, NAO CLASSIFICADO SOB OUTRA DENOMINACAO	1
TRABALHADOR DE TRANSPORTE, OU COMUNICACOES, NAO CLASSIFICADO SOB OUTRA DENOMINACAO	1

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com os dados da Polícia Federal – 2024.

Não raro, esses trabalhadores imigrantes chegam ao Brasil com a promessa de uma vida nova e emprego digno, mas o que recebem muitas vezes – quando não o desemprego, é uma rotina de trabalhos forçados, com remuneração escassa e condições desumanas.

Em outubro de 2023, o Congresso Nacional realizou uma audiência pública para debater os desafios do acesso ao mercado de trabalho pela população de imigrantes e refugiados. “Faltam oportunidades de trabalho para migrantes no Brasil, apontou discussão realizada pela Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados em audiência pública com convidados do governo e de entidades ligadas ao mercado de trabalho e imigrantes” (Agência Câ Câmara de Notícias, 2023).

A respeito disso, em julho de 2021, a Brasil de Fato publicou em seu site uma reportagem com base em dados obtidos por meio de um pedido de Lei de Acesso à Informação (LAI) feito ao Ministério da Economia (protocolo 03005.058385/2021-85). “Entre 2006 e 2020, pelo menos 860 estrangeiros foram resgatados de trabalho escravo no Brasil – sendo que 46% deles atuavam no setor de confecção de roupas. [...] Os anos de 2013 e 2014 concentram a maior quantidade de resgates, 392. Ou seja, quase metade do total” (Brasil de fato, 2022)

Em 2 de julho, a Organização das Nações Unidas divulgou um relatório que aponta que mulheres, crianças e LGBTQI+ estão mais vulneráveis ao tráfico de pessoas no Brasil. A pesquisa também destaca a situação de vulnerabilidade de imigrantes venezuelanos no país. Segundo os dados do Ministério da Economia obtidos pela Fiquem Sabendo, pelo menos 31 pessoas da Venezuela foram submetidas a trabalho escravo no território brasileiro – sendo que 17 delas foram resgatadas em Roraima (Brasil de fato, 2022).

Nessa perspectiva, apesar da existência do Estatuto do Imigrante instituído pela lei 13445/17 - discutida no tópico 1.4 deste trabalho - e que garante direitos humanos aos imigrantes e refugiados no Brasil, situações precárias de vida e trabalho ainda são enfrentadas por essa população.

A procuradora do trabalho Alzira Melo Costa – em texto veiculado pelo site da Câmara dos Deputados em 2023 - afirmou que, apesar da existência do estatuto, os trabalhadores migrantes e refugiados ainda estão expostos "a todas as formas de exploração". Isso ocorre, segundo ela, "seja pela urgência de gerar renda para sustento de suas famílias, pela ausência de uma rede de apoio, pela dificuldade relacionada ao idioma ou pelo desconhecimento dos próprios direitos" (Agência Câmara de Notícias, 2023)

A mesma opinião tem o oficial de Meios de Vida do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Paulo Sérgio de Almeida, que citou um levantamento do Banco Mundial em 2021 com mapeamento dos desafios do imigrante no Brasil. "Pessoas refugiadas têm apenas 30% das chances de uma pessoa brasileira de conseguir uma vaga de emprego formal no Brasil. Apenas 30% das chances. E isso nos mostrou o quê? Isso claramente nos mostrou que essas pessoas estão ficando para trás no que diz respeito à inclusão no mercado de trabalho", afirmou (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Conforme os dados da Polícia Federal, de 2014 a 2023, foram aceitos 232 pedidos de refúgio por imigrantes venezuelanos em Uberaba. Em 2021 a solicitação de refúgios por venezuelanos na cidade de Uberaba voltou a assumir uma curva ascendente e permaneceu alta até 2023, ano em que a OMS decretou o fim da emergência de saúde pública em decorrência do coronavírus. Pelas nossas análises, ao que tange especificamente aos imigrantes e refugiados venezuelanos, não raro os veículos de imprensa informam, em nível nacional, situações encontradas pela

justiça do trabalho análogas a escravidão e demais violações de direitos do trabalho. O que pode ser visto na tabela a seguir

Tabela 8 – Reportagens veiculadas pela mídia brasileira

Reportagem	Data da publicação	Nome da Matéria	Fonte
1	10/02/2023	“Ministério do Trabalho e Emprego resgata 24 trabalhadores venezuelanos em condição análoga à escravidão em Santa Catarina”	GOVERNO FEDERAL, on-line
2	19/12/2023	“PF resgata 33 venezuelanos em situação de exploração em um abrigo em Pacaraima”	G1, on-line.
3	08/02/2024	“Ministério do trabalho encontra imigrantes venezuelanos em situação irregular de trabalho”	Agência GOV, on-line.
4	24/04/2024	“Após acordo de mais de R\$ 200 mil, venezuelanos resgatados de trabalho análogo à escravidão começam a receber indenização”	G1, on-line.
5	20/06/2024	“Dia Mundial do Refugiado: Brasil registra 71 trabalhadores venezuelanos escravizados”	ONG Escravo nem pensar, on-line.

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados de Brasil de Fato, 2022; Canuto, 2023; Escravo, nem pensar!, 2024; G1, 2024a; G1, 2024b, Ministério do Trabalho e Emprego 2023; Ministério do Trabalho e Emprego 2024.

Pela condição evidente de vulnerabilidade social aos quais são expostos os imigrantes ao se refugiarem no Brasil, esta população em muitos casos recorre aos serviços da política de assistência social, como meio de acessar direitos básicos de cidadania, renda, alimentação, moradia e outras demandas primárias de reprodução social.

3.3.2 O acesso dos imigrantes/refugiados venezuelanos ao programa bolsa família em Uberaba/MG

Conforme já discutimos nos primeiros tópicos deste capítulo, o programa bolsa família assume uma posição de destaque dentro da política de assistência social brasileira.

Para acessar o programa bolsa família, os refugiados devem estar inscritos no cadastro único da assistência social. Todos os refugiados e imigrantes no Brasil têm direito de se inscrever no Cadastro Único e de ser atendidos pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social, independentemente da sua condição migratória ou nacionalidade, mesmo o imigrante em situação documental irregular.

Para o cadastramento de famílias migrantes, **a Pessoa Responsável pela Unidade Familiar (RF), deve apresentar obrigatoriamente o CPF.** Para os demais membros da família, a RF deve apresentar pelo menos um dos documentos previstos no Formulário do Cadastro Único nos campos de RG: Documento de identificação estrangeiro, Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE) ou protocolos de emissão desses documentos. (MDS, on-line)

A inscrição no cadastro único é feita no CRAS, mediante agendamento, equipamento este que é a porta de entrada para os benefícios e serviços da política de assistência social.

De acordo com os dados fornecidos pela SEDS, tendo como referência dezembro de 2023: 46 famílias venezuelanas estão inscritas no Cadastro Único, e referenciadas pelos 8 CRAS do município de Uberaba conforme dispõe a tabela abaixo.

Tabela 9 – Referenciamento dos CRAS por bairros

CRAS	Bairros atendidos	Famílias venezuelanas referenciadas
CRAS 1 - Eleusa Helena Resende (Abadia)	Abadia, Bom Retiro, Cartafina, Cidade Jardim, Costa Teles I e II, Jardim	3

	América, Leblon, Nossa Senhora Aparecida, Olhos D' Água, Parque São Geraldo, Vila Esperança e Vila São Vicente.	
CRAS 2 - Luci Caxeta da Silva (Polo I)	Chica Ferreira, Gameleiras I e III, Jd. Alvorada, J. Bento, Assis Vallim, Jd. Itália, Jd. Metrópole, Jd. Santa Clara, Minas Gerais, Pq. das Aroeiras, Res. Tiago e Jéssica, Valim de Melo e Vila Conquistinha.	10
CRAS 3 - Dr. Décio Moreira	Amoroso Costa, Antônia Cândida, Cidade Nova, Domingos Mazeta, Jardim Belo Horizonte, Jardim Brasília, Jardim Elza Amuí, Jardim Elza Amuí II, III e IV, Jardim Esplanada, Jardim Primavera, Josa Bernardino, José Olavo, Mangueiras, Manhattan, Manoel Mendes, Oneida Mendes, Parque São José, Residencial Mônica Cristina, Paraíso, Residencial Paulo Cury, Residencial Zeca Mendes, Siriema, Terra Santa, Tita Resende e Uberaba I.	1
CRAS 4 - João Wagner Ribeiro (Boa Vista)	Boa Vista, Cássio Resende, Chac. Orquídeas, Estados Unidos, Europark, Fabrício Flamboyant, Frei Eugênio, Guanabara, Jd. Bela Vista, Jd. Do Lago, Jd. Eldorado, Jd. Espírito Santo, Jd. Indianópolis, Jd. Maria Alice, Jd. Nenê Gomes, Jd. Santa Adélia, Jd. São Bento, Jd. Triângulo, Lageado, Morada do Sol, Morada Verde, Pq. do Mirante, Qta. Boa Esperança, Recanto do Sol, Res. Abel	6

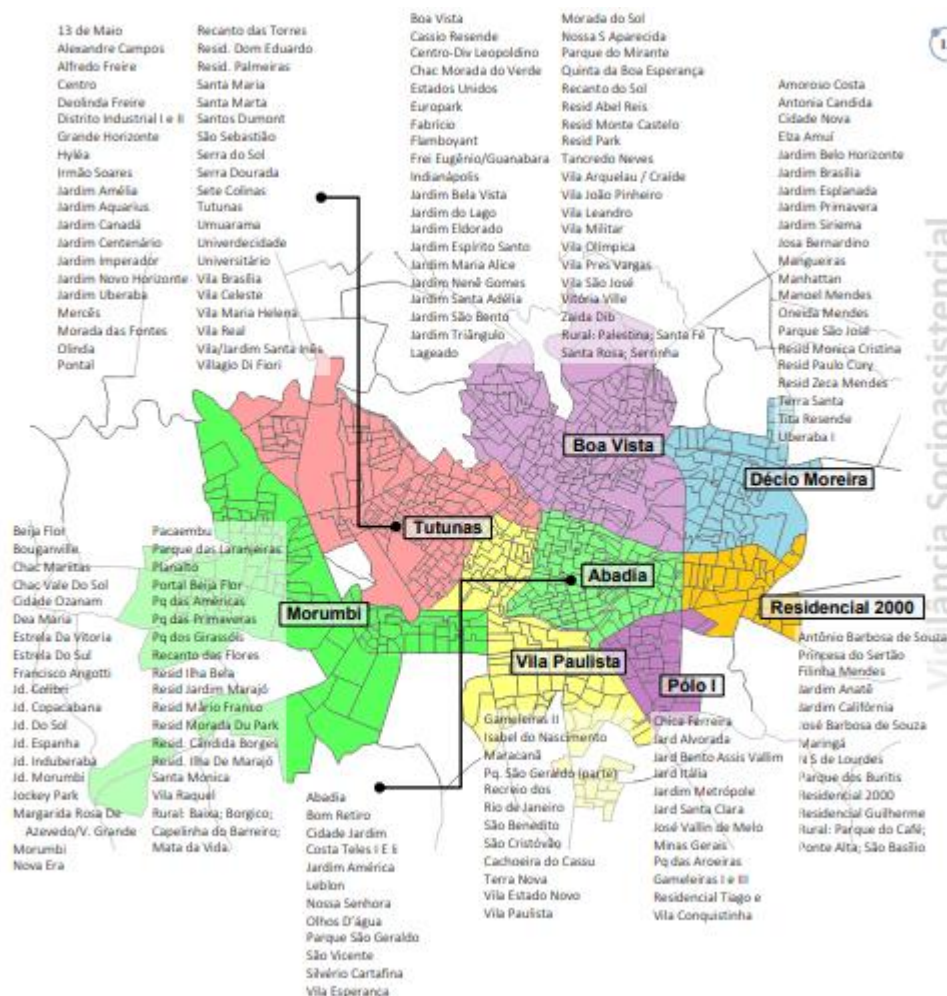
	Reis, Res. Monte Castelo, Res. Park, Santa Fé, Santa Rosa, Serrinha, Tancredo Neves, Vila Arquelau, Vila Ceres, Vila Craide, Vila João Pinheiro, Vila Leandro, Vila Militar, Vila Olímpica, Vila Pres. Vargas, Vila São José, Vitoria Villei e Zaida Dib.	
CRAS 5 - Morumbi	Beija Flor, Bouganville, Chácara Mariitas, Chácara Vale Do Sol, Cidade Ozanan, Dea Maria, Estrela Da Vitória, Estrela Indica, Francisco Angoti, Ilha Bela, Jd. Colibri, Jd. Copacabana, Jd. Do Sol, Jd. Espanha, Jd. Ipiranga, Jd. Marajó, Jd. Primavera, Jd. Tuffi Elias, Jockey Park, Lot. Jardim Do Sol, Margarida R. Azevevedo Morada Du Park, Morumbi, Nova Era, Pacaembu, Palestina, Planalto, Pq. das Laranjeiras, Pq. dos Girassóis, Recanto das Flores, Res. Cândida Borges, Res. Ilha De Marajó, Res. Mario Franco, Res. Veneza, Baixa, Borgico, Calcário, Capelinha, Mata da Vida, Palestina, Santa Mônica, Vila Inês Helena, Vila Raquel, Vila Silvia Campos, Volta Grande e Tamareiras.	2
CRAS 6 - Suzana da Graça C. Maia Stamato Bérghamo (Tutunas)	13 de maio, Alfredo Freire I, II, III e IV, Alexandre Campos, Alvorada, Bouganville, Centro, Chácaras Nagib Barroso, Distrito I e II, Grande Horizonte, Hylea, Irmão Soares, Jardim Centenário, Jardim Novo	14

	Horizonte, Jardim Amélia, Jardim Aquarius, Jardim Canadá, Jardim São Benedito, Jardim Uberaba, Loteamento del Rei, Loteamento Patrimônio, Mercês, Morada das Fontes, Olinda, Pontal, Provence del Rei, Recanto da Terra, Recanto das Torres, Residencial Dom Eduardo, Residencial Palmeiras, Santa Maria, Santa Marta, Santos Dumont, São Sebastião, Serra do Sol, Serra Dourada, Sete Colinas, Tutunas, Umuarama, Univerdecidade, Universitário, Vila Bela, Vila Brasília, Vila Celeste, Vila Geraldo Campos, Vila Prata, Vila Real, Villagio Di Fiori; Vila/Jardim Santa Inês e Vila Maria Helena.	
CRAS 7 - Vila Paulista	Antônio Caiado, Gameleiras II, Isabel do Nascimento, Jd. Induberaba, Maracanã, Pq. das Américas, Recreio dos Bandeirantes, Rio De Janeiro, São Benedito, São Cristóvão, Recreio da Cachoeira, Vila Estado Novo e Vila Paulista.	12
CRAS 8 - Ione Aparecida da Silva (Residencial 2000)	Antônio Barbosa, Antônio Bernardino Sousa, Chac. Princesa do Sertão de Lourdes, Filinha Mendes, Jd. Anate, Jd. Califórnia, José Barbosa, Maringá, Pq. dos Buritis, Res. Guilherme Borges, Residencial 2000, Peirópolis, Ponte Alta, Pq. do Café e São Basílio.	0

Fonte: elaborado pelo autor de acordo com as informações extraídas do diagnóstico socioterritorial

A figura abaixo foi extraída do diagnóstico sócio territorial feito pela vigilância sócio assistencial de Uberaba em 2021, e mostra o mapa da cidade por referenciamento dos CRAS.

Figura 6 - Mapa da cidade por referenciamento dos CRAS



Fonte: Uberaba, 2021.

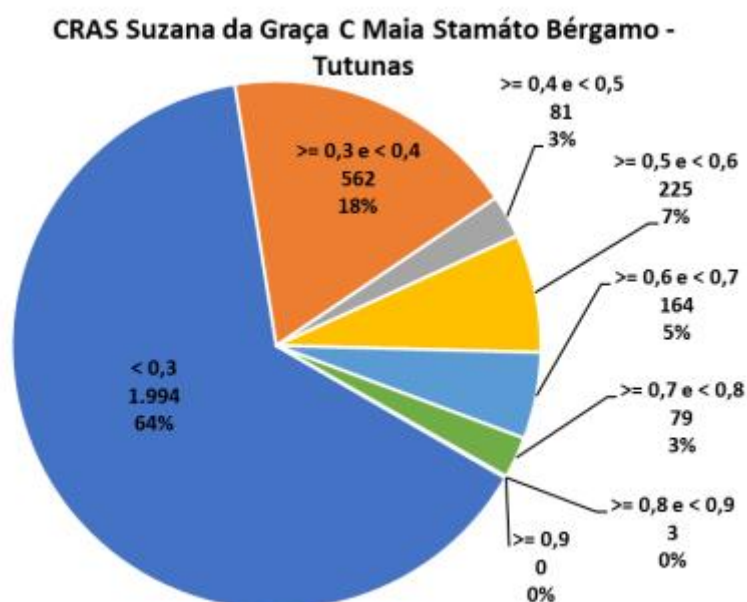
Observamos que quase 1/3 das famílias venezuelanas inscritas no CAD único em Uberaba são referenciadas pelo CRAS Tutunas, totalizando 14 famílias. Na perspectiva de entendermos a predominância dos imigrantes e refugiados venezuelanos no território de abrangência do CRAS Tutunas, analisamos o último diagnóstico sócio territorial produzido pela vigilância sócio assistencial de Uberaba e informações veiculadas pelas mídias/impressão local.

O diagnóstico produzido pela vigilância caracteriza o território da cidade por

índice de vulnerabilidade social – IVF, a partir de indicadores sociais e um escore que considera: perfil e composição familiar, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e condições habitacionais. Quanto mais próximo de 1, maior correlação entre os diferentes indicadores na caracterização da situação de vulnerabilidade e maior a vulnerabilidade dos grupos familiares.

A figura abaixo mostra os dados referentes ao território de abrangência do CRAS Tutunas, no qual podemos observar que 246 famílias se encontram com IVF entre 0,6 e 0,9, portanto, em condição “extrema” de vulnerabilidade social, na perspectiva da vigilância sócio assistencial da SEDS.

Figura 7- Território de abrangência do CRAS Tutunas



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações extraídas do diagnóstico socioterritorial de Uberaba/MG.

Observamos que a partir do ano de 2021, ocorre também o acolhimento dos imigrantes refugiados venezuelanos pelo terceiro setor, em destaque o Projeto Ágape da Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Geraldo Magela, que está localizada no Bairro Alfredo Freire, referenciado pelo CRAS Tutunas, o que pode nos explicar a incidência de imigrantes refugiados de venezuelanos no território.

O Projeto Agapé realizava o acolhimento e encaminhamento dos

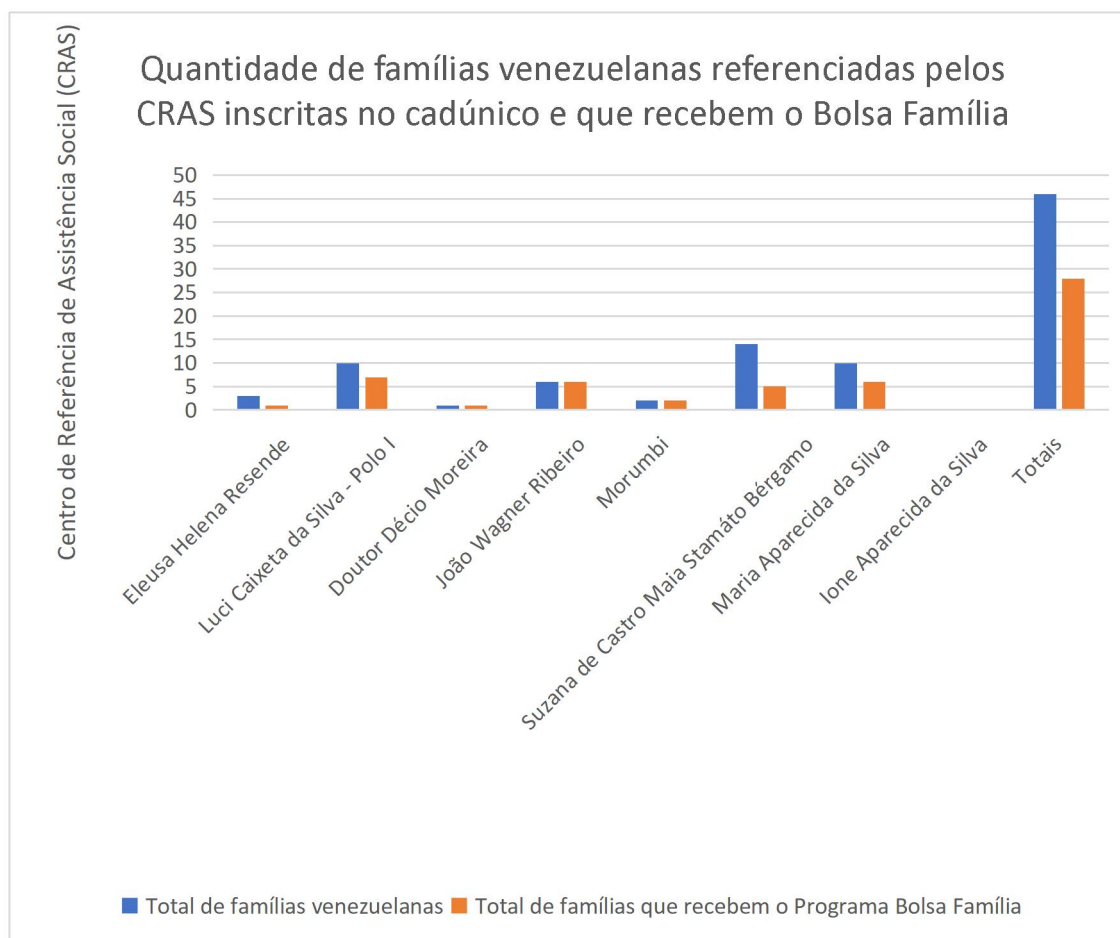
Venezuelanos para os serviços de assistência social, saúde, educação, Polícia Federal entre outros. No entanto, percebe-se que diante da ausência da responsabilidade do poder público no atendimento das demandas da população venezuelana, as respostas se davam a partir das ações de caráter voluntário e assistencialista, como base de pressuposto de solidariedade.

Com base no pensamento de Yasbek (1995), Montano discorre que essa tendência ainda permanece em curso e aponta para:

[...] re-filantropização das respostas à “questão social”. Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da “sociedade civil” a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda-mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal (Montano, 2004, p. 4).

O gráfico a seguir mostra a relação de famílias venezuelanas inscritas no Cadastro Único que recebem o bolsa família, agrupadas por CRAS de referência.

Figura 8 - Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos CRAS inscritas no cadúnico e que recebem o Bolsa Família



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do Cadastro Único- referência- Dezembro 2023.

O gráfico indica que das 46 famílias venezuelanas inscritas no Cadastro Único em Uberaba, 28 recebem o Bolsa Família.

Esses números evidenciam uma inserção no SUAS e de um trabalho intersetorial em relação o atendimento desta demanda, dentre considerável das famílias no programa, o que sugere que existem determinantes que facilitam e dificultam o acesso:

- o aparato legal que respalda os imigrantes enquanto cidadão de direitos da seguridade social brasileira, sobretudo a lei da migração e refúgio;
- a ramificação dos equipamentos e atendimentos sócio assistenciais nos territórios;

- a não necessidade de regularização documental da condição de refugiado para se inscrever no cadúnico, dentre outros.
- algumas famílias não atendem aos requisitos de elegibilidade – sobretudo pela focalização e os critérios de acesso restritivos do programa;
- desconhecimento por parte da população imigrante sobre seus direitos e os meios de exercê-los;
- a barreira linguística;
- a burocratização no atendimento;
- ausência de formação continuada para os técnicos.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as famílias possuem particularidades no acesso ao programa bolsa família, se comparadas às famílias em geral.

O processo de chegada em um novo contexto, uma nova cultura, com códigos e nuances distintas reflete um desafio para os/ as refugiados/as em qualquer lugar do mundo e demanda o reconhecimento e compreensão desses elementos. [...]. Em um contexto de avanços e retrocessos, observa-se, na atual conjuntura política, econômica e social de retração de direitos historicamente conquistados, a agudização da vulnerabilização de pessoas que cruzam fronteiras em busca de proteção e o recomeço de suas vidas. Inevitavelmente, esses processos atingem visceralmente o acesso a seus direitos mais básicos e às políticas sociais, ainda que sejam direitos garantidos constitucionalmente para estrangeiros/as e por legislações específicas (CFESS, 2019).

Eis portanto uma demanda de atuação dos profissionais do serviço social quando nos referimos aos imigrantes e refugiados: a necessidade de alargar o acesso dessa população às políticas públicas de proteção e implementação dos direitos sociais.

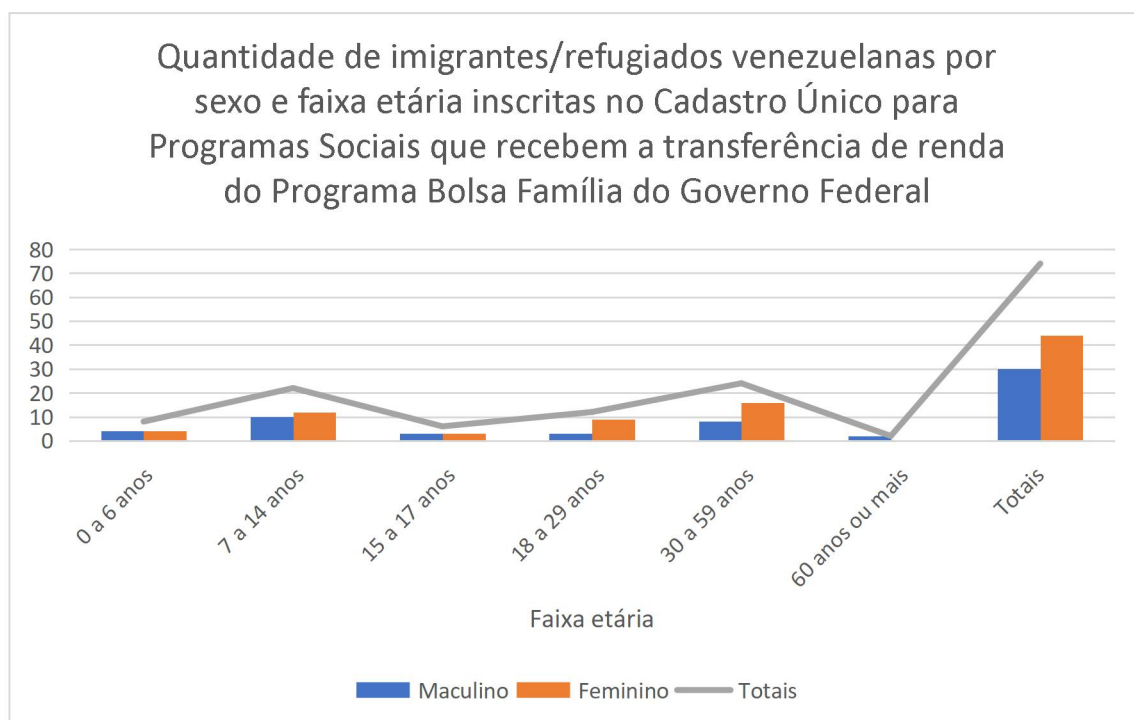
[...] em muitos casos [a população imigrante e refugiada] recorre aos serviços da política de assistência social e é atendida por assistentes sociais, para acessar direitos e políticas públicas. E sabe qual o primeiro passo para se definir o direito socioassistencial de pessoas em situação migratória? No caso do Brasil, reconhecer que migrantes são sujeitos de direitos, com direitos e proteções

asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro, quanto no plano internacional. Daí a importância do papel do Serviço Social neste espaço e também do diálogo de entidades profissionais, como é o caso do CFESS, com instituições de outros países e também com a Federação Internacional de Assistentes Sociais (Fits), da qual o Conselho Federal é associado. (CFESS, 2021)

Nessa direção, o CFESS (2023) reitera o seu compromisso com a defesa de uma renda básica universal no Brasil, destacando-a como uma política pública fundamental, e que a renda deve ser baseada nas necessidades da classe trabalhadora, reconhecida como um direito social sem condicionalidades. Além disso, a renda básica pode potencializar o acesso a outras políticas sociais, como saúde e educação.

Passemos a analisar em seguida, o perfil dos imigrantes venezuelanos que recebem bolsa família na cidade de Uberaba, por idade, sexo, cor/raça, e escolaridade.

Figura 9 - Quantidade de imigrantes/refugiados venezuelanos por sexo e faixa etária inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal



Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do Cadastro Único- referência- Dezembro 2023.

O gráfico acima indica que há 74 venezuelanos recebendo o bolsa família, que totalizam 28 famílias. Desse total, 30 são do sexo masculino e 44 do sexo feminino. Ao categorizar por faixa etária, observa-se que existem 17 crianças e adolescentes do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Nos adultos com idade entre 18 e 60 anos, há 13 homens e 38 mulheres.

Importante citar que os dados fornecidos pela SEDS não traz um campo específico referente à identidade de gênero, sem o qual não é possível categorizar a identidade auto percebida da população migrante/refugiada venezuelana beneficiária de bolsa família, cisgênero/transgênero/não binário.

Sobre esses dados destacamos dois aspectos: a incidência importante de crianças e adolescentes dentre os venezuelanos beneficiários do bolsa família em Uberaba, e o protagonismo das mulheres se comparadas aos homens.

Isso sugere que essas famílias possuem um número considerável de crianças e adolescentes, e que o bolsa família cumpre um papel fundamental no desenvolvimento da primeira infância e adolescência no que se refere à renda e aos mínimos sociais.

É importante ressaltar que, conforme a seção V da Lei 14.601/2023, que institui o Programa Bolsa Família, o cumprimento das condicionalidades relacionadas à educação e à saúde é um requisito para a continuidade do recebimento do benefício, especialmente para as famílias que têm crianças e adolescentes.

No entanto, pressupomos que essas crianças e adolescentes enfrentam desafios no cumprimento das condicionalidades, haja vista que a questão da barreira linguística, a dificuldade de adaptação a cultura brasileira, a estrutura das políticas educacionais que não consideram as especificidades dessa população podem contribuir para a evasão do contexto escolar, bem como a desproteção nas questões que envolvem a saúde. Diante desse quadro, apontado acima, constata-se que esses dilemas, expõe essa famílias com crianças e adolescentes, a situação de desproteção social, aprofundando assim a condição de pobreza e possíveis violação dos direitos, os quais estão assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que tange à questão de gênero, percebe-se que há uma predominância de

mulheres venezuelanas que recebem o bolsa família. Esse dado reafirma a posição histórica da mulher para com os cuidados de âmbito doméstico e privado, ao passo que revela a responsabilização das mulheres, no que tange a administração do benefício, bem como nos cuidados dos seus filhos.

Dessa forma, segundo Castilho e Carloto (2006), as transformações na sociedade capitalista afetam diretamente a vida das famílias. Em nosso estudo problematizamos a centralidade da família na Política de Assistência Social, pois essa perspectiva reforça a ideologia do familismo, que promove um modelo de proteção social que responsabiliza unicamente as famílias, sem oferecer a devida contrapartida do Estado.

Sunkel (2006) em sua análise a respeito da permanência do familismo nas políticas sociais na América Latina, especialmente após os anos de 1990, alerta-nos sobre as transformações que as famílias vêm passando nas últimas décadas. Dentre as transformações elenca a alteração no modelo tradicional de homem provedor e mulher dona-de-casa e ainda a tendência crescente das famílias chefiadas por mulheres. Enfatiza que este modelo de proteção “familista”, sobrecarrega a mulher, pois insiste no modelo tradicional de família- “hombre proveedor- mujer cuidadora” (Sunkel *apud* Castilho; Carloto, 2006, p. 5).

A partir da reflexão do autor, evidencia-se que a Política de Assistência Social está estruturada a partir de um traço conservador, sobretudo quando destaca a questão do eixo da “matricialidade sociofamiliar”, o que reforça a desigualdade de gênero, e responsabiliza as mulheres pelos cuidados dos seus filhos.

A tabela a seguir categoriza os imigrantes/refugiados venezuelanos que recebem bolsa família em Uberaba por raça/cor declarada.

Tabela 10 – Raça/etnia

Cor	Quantidade de imigrantes/refugiados venezuelanos
Branco	16
Preto	2
Amarelo	0
Pardo	56
Indígena	0

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do Cadastro Único- referência- Dezembro 2023.

A tabela mostra que, dos 74 imigrantes/refugiados venezuelanos que recebem bolsa família em Uberaba, 56 se identificam como pardas, 16 como brancas e apenas 2 como pretas.

Observamos uma predominância dos beneficiários pardos, o que se relaciona com a característica geral da população venezuelana. Conforme discutimos no capítulo 1 deste trabalho a sociedade venezuelana se constituiu a partir da miscigenação entre espanhóis, indígenas e negros, e a população parda é maioria naquele país deste o período colonial à contemporaneidade conforme ilustra a citação a seguir:

A estratificação social da Capitania Geral da Venezuela para o ano de 1800, segundo Federico Brito Figueroa (1979: 160) resumia-se em: “brancos espanhóis 12.000 (1,3%); brancos americanos, também chamados de *criollos*, 127.727 (19,0%); **pardos 407.00 (45%)**; negros livres e *manumisos* 33.362 (4,0%); Negros escravos 87.800 (9,7%); negros *cimarrones* 24.000 (2,6%); índios tributários 75.564 (8,4%); índios não tributários 25.590 (3,3%); população indígena isolada 60.000 (6,7%) (Dancini; Melo, 2016, p. 116 - 117).

Em dados contemporâneos, o censo demográfico venezuelano de 2011 traz que “La distribución porcentual de la población empadronada señala que: 2,9% se reconoce como negra/Negro; ,7% como Afrodescendiente; 51,6% se reconoce como Morena/Moreno; 43,6% como blanca/Blanco y 1,2 % como Outra”., no qual o termo moreno/morena pode ser enquadrado como pardo/parda (INE, 2014).

No contexto brasileiro a população parda pertence a um estrato social afetado pelas desigualdades sociais, visto que historicamente os “não brancos” enfrentam uma trajetória marcada pela segregação social e econômica fundamentada a partir do racismo estrutural.

Concordando com as reflexões de Maria Cristina de Souza, (2021): “Nesse ponto, pobreza e racismo se entrelaçam e dificultam avanços culturais e sociais, reproduzindo desumanidades, violência e miserabilidade, reforçando a questão da subalternidade a que está exposta a população negra, em especial as mulheres negras (Souza, 2021. p.57).

Na nossa análise consideramos que o racismo estrutural e migração possui uma relação, o que impõe limitações e barreiras sociais aos imigrantes refugiados,

sobretudo no que tange a busca pelos serviços públicos, o acesso ao trabalho devido a racialização do mercado de trabalho, o que contribui para a exploração da mão de obra, baixa remuneração e condição salarial desproporcional.

De acordo com a publicação do CFESS, caderno 5, da série Assistente Social no combate ao preconceito que destaca o tema da “Xenofobia” ao tratar do tópico preconceito e migração enfatiza que inserido no contexto do neoliberalismo e carregados pela herança do preconceito ao “outro” impregnado pela escravidão, o racismo e a xenofobia ainda permeiam todas as relações da sociedade Brasileira (CFESS, 2016, p. 11)

A tabela a seguir mostra os dados referentes a escolaridade dos imigrantes/refugiados venezuelanos beneficiários de bolsa família em Uberaba/MG. As 12 crianças que estão em processo de alfabetização e inseridas na escola não foram mencionadas.

Tabela 11 - Escolaridade

Escolaridade	Quantidade de imigrantes/refugiados venezuelanos
Sem instrução	13
Ensino fundamental	21
Ensino médio	18
Ensino Superior ou mais	14

Fonte: elaborada pelo autor a partir dos dados do Cadastro Único- referência-
Dezembro 2023.

Observamos na tabela uma heterogeneidade em relação à escolaridade dos imigrantes/refugiados venezuelanos beneficiários de bolsa família em Uberaba/MG. Nos chamou atenção a quantidade de venezuelanos que possuem ensino superior ou mais e recebem bolsa família, um total de 14, ou seja quase 20%.

Esse dado sugere a subutilização da mão de obra estrangeira no país, inclusive de mão de obra qualificada e especializada, que não raro acaba sendo utilizada em serviços que não exigem qualificação, os denominados “subempregos”, o que se relaciona inclusive com o processo nacional de revalidação de diplomas estrangeiros no país.

O diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil, Vinícius Pinheiro, afirmou que a política de trabalho e emprego tem que estar alinhada com a política de recebimento de imigrantes e o conhecimento de suas capacitações. “Uma distorção enorme que tivemos durante a pandemia, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, é o fato de vários profissionais de formação médica e enfermeiros venezuelanos estarem trabalhando no [setor de] delivery. Isso foi um desperdício de talentos no momento em que o País, e também outros países, mais necessitavam. E profissionais dessa área não podiam ter suas competências reconhecidas e não puderam trabalhar no meio médico, tiveram que sobreviver de outras formas”, disse Vinícius Pinheiro (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Destacamos ainda que 45% dos imigrantes/refugiados venezuelanos beneficiários de bolsa família em Uberaba/MG ou são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental, e entre as crianças de até 7 anos, 3 de um total de 8 não frequentam a escola. Isso sinaliza a necessidade do poder público se preparar em termos de políticas educacionais que incluam os imigrantes nos processos de alfabetização, melhoria da escolaridade e educação de jovens e adultos.

Muito embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei 9394 de 1996 não mencione o direito à educação de estudantes estrangeiros na condição de imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei 1117/22 que visa regulamentar essa matéria, como uma deliberação do Conselho Nacional de Educação.

Pela proposta, terão direito à matrícula imediata os estudantes na faixa etária da educação infantil e do primeiro ano do ensino fundamental. A partir do segundo ano do ensino fundamental e no ensino médio, o eventual processo de avaliação e classificação deverá ser feito na língua materna do estudante (Agência Câmara de Notícias, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última década foi marcada como um período de profundas transformações para a dinâmica da mobilidade humana em termos mundiais, com rebatimentos importantes para o panorama do refúgio na contemporaneidade. A temática assumiu escala importante na América Latina, trazendo novas nuances para os fluxos migratórios na região.

Catástrofes ambientais, crises socioeconômicas, guerra civil, perseguição política, violação dos direitos humanos, crise dos regimes democráticos. Todos esses determinantes têm produzido e reproduzido fluxos migratórios que condicionam a mobilidade humana na ocupação do espaço terrestre.

No caso da Venezuela observamos que a conjuntura política, social e econômica pela qual passa o país na última década, mais precisamente a partir do governo do presidente Nicolás Maduro (2013 – 2024), tem desenhado o fluxo migratório, ou o êxodo forçado da população venezuelana para outros países, dentre os quais o Brasil.

Sobretudo, nosso trabalho demonstrou que a “culpa” da crise humanitária na Venezuela não se restringe somente à figura do chefe do executivo, no sentido de uma relação de causa e efeito entre as medidas de governo de Maduro e os efeitos da crise. Essa análise seria simplista e reducionista. Demonstramos que a atual conjuntura política, social e econômica da Venezuela desenrolou-se por meio de uma gama de determinações que se deram tanto no contexto doméstico quanto no cenário internacional dos últimos anos.

Nosso trabalho não teve a pretensão de apontar culpados sobre as causas da crise humanitária da Venezuela, tão pouco formar consenso sobre essa matéria. Para o nosso trabalho nos interessa destacar que o desenrolar dos acontecimentos sócio históricos na Venezuela nas últimas décadas produziu e reproduziu – e ainda produz e reproduz – miséria e por conseguinte um êxodo forçado da população venezuelana – a destacar para o Brasil.

Fato é que nos últimos anos milhões de venezuelanos deixaram seu país à procura de melhores condições de vida, fugidos da recessão econômica, autoritarismo, repressão e perseguição política, crise de abastecimento, pobreza e

miséria.

O Brasil tem sido uma importante rota da imigração venezuelana. O país ocupa uma posição estratégica tanto geograficamente quanto economicamente. Além de possuir a maior economia latino-americana, o que por si só significaria um atrativo para a população imigrante, o Brasil faz fronteira com a Venezuela, o que se apresenta como um fator facilitador da mobilidade migratória.

Para além disso, nos últimos anos o Brasil tem consagrado um aparato jurídico que garante e autoriza a permanência dos imigrantes e refugiados no país com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem, junto à Organização das Nações Unidas (ONU) – do qual o Brasil é signatário e que tem como premissa garantir que todo ser humano tenha capacidade para gozar os direitos fundamentais.

Ao chegarem no Brasil, apesar das dificuldades enfrentadas como barreira linguística e desconhecimento sobre seus direitos e os meios de exercê-los, frequentemente a população imigrante e refugiada é atendida pelos equipamentos da assistência social, com destaque para os CRAS. Apesar das limitações e precarização da política, é a assistência social muitas vezes a porta de entrada para que a população imigrante e refugiada tenha seus mínimos sociais atendidos no Brasil.

Nos dados coletados junto à Polícia Federal e SEDS, observamos uma inserção considerável das famílias imigrante/refugiadas venezuelanas no programa bolsa família na cidade de Uberaba/MG, o que aponta um compromisso do Estado brasileiro no atendimento aos mínimos sociais dessa população.

Apesar disso, compreendemos que é necessário alargar o campo de atuação das políticas sociais para o atendimento das demandas dos imigrantes e refugiados, não apenas da assistência social ou da transferência de renda, uma vez que essa população apresenta demandas específicas de saúde, educação, previdência social, moradia, trabalho, dentre outras.

A pesquisa concluiu que o perfil dos imigrantes/refugiados venezuelanos na cidade de Uberaba é heterogêneo, mas segue a tona dos dados em termos nacionais: é predominantemente caracterizada como uma população economicamente ativa, em idade produtiva, e por conseguinte, em busca de melhores condições de trabalho.

A utilização do método crítico-dialético nos permitiu compreender o fenômeno da imigração e refúgio como síntese de múltiplas determinações. Através de sucessivas aproximações ao objeto estudado foi possível correlacionar os dados coletados às determinações mais amplas e universais, numa perspectiva de totalidade.

Adotamos como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, por meio da qual tivemos algumas limitações para aprofundarmos em algumas reflexões e na análise de alguns dados. Os próprios sites de busca do governo federal sobre imigração e refúgio se demonstraram inoperantes e de manuseio complexo.

A pesquisa levantou alguns questionamentos: como a população imigrante/refugiada venezuelana avalia o serviço de assistência social no município de Uberaba/MG? Qual a visão que eles têm sobre o valor e os critérios de elegibilidade do programa bolsa família? Quais dificuldades enfrentam no processo de busca pelos seus direitos? Essas indagações podem ser respondidas em pesquisas de campo futuras junto à população estudada.

É só a partir do conhecimento do perfil dos imigrantes que aqui se refugiam, do conhecimento de suas necessidades e demandas, das suas vivências e dilemas que é possível traçar uma política pública intersetorial que de fato tenha como objetivo finalístico reconhecê-los como sujeitos de direitos, não apenas no ordenamento jurídico mas também no cotidiano de suas vidas como refugiados na sociedade brasileira.

Daí a importância do desenvolvimento de pesquisas críticas que busquem refletir acerca das múltiplas determinações que perpassam pelo fluxo migratório da população venezuelana para o Brasil e seus acessos as políticas sociais brasileiras, pois é no movimento do real, nos dados concretos da realidade que estão as possibilidades de alargar o escopo das políticas sociais no atendimento às demandas dessa população.

O Serviço Social por meio do conjunto CFESS/CRESS reafirma seu compromisso ético e político junto às demandas da população imigrante/refugiada, entendendo que o fenômeno imigração é uma expressão da questão social cada vez mais latente no campo atual da produção e reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Dados sobre refúgio no Brasil. **ACNUR**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 08 set. 2024.

AMENTA, N. R. **A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo**. Heloísa Marques Gimenez (Trad.). 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANDRADE, Matheus. FMI aprova linha de crédito de US\$ 18,5 bilhões para o Chile. **CNN BRASIL**, 30 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fmi-aprova-linha-de-credito-de-us-185-bilhoes-para-o-chile/>. Acesso em: 28 maio 2024.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335 - 351, mai/ago. 2004.

ARAÚJO, Maria Julia; Indígenas venezuelanos refugiados da crise reclamam de falta de suporte em Uberaba: 'Queremos uma vida nova'. **G1 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e TV Integração**, Uberaba, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/02/20/indigenas-venezuelanos-refugiados-da-crise-reclamam-de-falta-de-suporte-em-uberaba-queremos-uma-vida-nova.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BALIANA, Maria Eduarda Campos Torres. **A imigração no Município de Uberaba: desafios e possibilidades**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG, 2023.

BEHRING, E. R. Fundamentos de política social. In: MOTA, A. E. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS; OMS, 2006.

BOFF, Leandro, 1997. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. EDITORA VOZES; Petrópolis, 1997.

BÓGUS, BAENINGER, MAGALHÃES, Migração Internacional na América do Sul: o contexto brasileiro In: TRAVESSIA - **Revista do Migrante** - Ano XXXII, Nº 87 - Setembro - Dezembro/2019. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/945>. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.093>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo**. 2. ed. Brasília: Kaco, 2003.

BRANT, N. L. C. **A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social:** o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

BRASIL DE FATO. Nos últimos 14 anos, 860 estrangeiros foram resgatados de trabalho escravo. Brasil de fato. **Brasil de Fato**. 2022, Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2021/07/20/nos-ultimos-14-anos-860-estrangeiros-foram-resgatados-de-trabalho-escravo#:~:text=Entre%202006%20e%202020%2C%20pelo,03005.058385%2F2021%2D85\)](https://www.brasildefato.com.br/2021/07/20/nos-ultimos-14-anos-860-estrangeiros-foram-resgatados-de-trabalho-escravo#:~:text=Entre%202006%20e%202020%2C%20pelo,03005.058385%2F2021%2D85).). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm#:~:text=DECRETA%3A,Social%20e%20Combate%20%C3%A0%20Fome. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. **Lei 13.445 de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, 24 de maio de 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei 13.684 de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei 9.474 de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 22 de julho de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. **Lei no 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2024.

CANUTO, Luiz Cláudio. Debatedores apontam desafios de trabalhadores imigrantes e refugiados no Brasil. **Agência Câmara De Notícias**. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/993591-debatedores-apontam-desafios-de-trabalhadores-imigrantes-e-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 11 out. 2024.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relato%CC%81rio_Anuar_2023.pdf . Acesso em: 17 set. 2024.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social e Relações Internacionais: sabe por que isso diz respeito à atuação profissional?. **CFESS**. 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1836>. Acesso em 19 set. 2024.

CFESS Manifesta. **Serviço Social e o trabalho com refugiados/as**. CFESS, Brasília (DF) 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2019-CfessManifesta-Refugiados.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao preconceito – Xenofobia**. CFESS. Caderno 5. Brasília, DF, 2016.

CÍCERO, P. H de M. **O rentismo petroleiro e seus impactos na política externa venezuelana (1927-2013)**, Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - Campinas-SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/950599>. Acesso em: 22 ago. 2024.

COELHO, A.; ROSA, B.; MENDES, E. Maduro, chavismo e bolivarianismo: continuidade ou ruptura? **Revista Desigualdade e Diversidade**, n. 21 p. 136 a 154.

Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56317/56317.PDFXXvmi=>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

COUTINHO, Leandro. Hugo Chávez. **O Espectro: Como o presidente venezuelano alimentou o narcotráfico, financiou o terrorismo e promoveu a desordem mundial**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2018

DANCINI, A. N.; MELO, J. J. P. O caudilhismo venezuelano e suas implicações para a Revolução Bolivariana. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20 n. 36, p. 114-125, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/31851/pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

ESCRAVO, NEM PENSAR!. #87 Dia Mundial do Refugiado: Brasil registra 71 trabalhadores venezuelanos escravizados. **Escravo, nem pensar!**. 2024. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/90-dia-mundial-do-refugiado-brasil-registra-71-trabalhadores-venezuelanos-escravizados>. Acesso em: 11 out. 2024.

FERREIRA, C. C. C. **A Classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela**. Contrações e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1998 – 2010). Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – 2012.

G1. Após acordo de mais de R\$200 mil, venezuelanos resgatados de trabalho análogo à escravidão começam a receber indenização. **G1**. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2024/04/24/apos-acordo-de-mais-de-r-200-mil-venezuelanos-resgatados-de-trabalho-analogo-a-escravidao-comecam-a-receber-indenizacao.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2024.

G1. INDÍGENAS venezuelanos refugiados em Uberaba podem ficar sem moradias, **G1 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e TV Integração**, Uberaba: o, 26 mar. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/03/26/indigenas-venezuelanos-refugiados-em-uberaba-podem-ficar-sem-moradias.ghtml#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16734701577903&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Fmg%2Ftriangulo-mineiro%2Fnoticia%2F2022%2F03%2F26%2Findigenas-venezuelanos-refugiados-em-uberaba-podem-ficar-sem-moradias.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2023.

G1. PF resgata 22 venezuelanos em situação de exploração em um abrigo em Pacaraima. **G1**. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/19/pf-resgata-33-venezuelanos-em-situacao-de-exploracao-em-um-abrigo-em-pacaraima.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2024.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, A. A; O impeachment na América Latina e os desafios para a democracia. In: **Observatório de política externa e inserção internacional do Brasil**, 18 de abril de 2022. Disponível em: <https://opeb.org/2022/04/19/o-impeachment-na-america-latina-e-os-desafios-para-a-democracia/#:~:text=O%20Peru%20possui%20dois%20casos,poder%20ap%C3%B3s%20vota%C3%A7%C3%A3o%20no%20Congresso>. Acesso em: 28 maio 2024.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e serviço social. IN: REZENDE, I; CAVALCANTI, L. F. (Org.). **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008. p. 11-24.

HUMAN RIGHTS WATCH. Venezuela events of 2021. **Human Rights Watch**. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/venezuela>. Acesso em: 15 set. 2024

HUMAN RIGHTS WATCH. Venezuela events of 2023. **Human Rights Watch**. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/venezuela>. Acesso em: 15 set. 2024

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. XIV Censo Nacional De Población Y Vivienda. **Instituto Nacional De Estadística**. 2014. Disponível em: <https://ine.gob.ve/wp-content/uploads/2024/09/Censo-Nacional-2011.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

ISTO É DINHEIRO. FMI chega a acordo com Equador para crédito de US\$ 4 bilhões. **ISTO É DINHEIRO**, 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/fmi-chega-a-acordo-com-equador-para-credito-de-us-4-bilhoes/>. Acesso em: 28 maio 2024.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Refúgio em números**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

LENIN, V. I. **Imperialismo**. Fase superior do Capitalismo. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1979.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

LISBOA, Teresa. Kleba. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 1/27,4, n. 26, 2006. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/39/0>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MANFRIN, Renato; Projeto voluntário ajuda imigrantes sul-americanos em Uberaba. **Estado de Minas**, Uberaba, 20 ago. 2021. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/20/interna_gerais,1297874/projeto-voluntario-ajuda-imigrantes-sul-americanos-em-uberaba.shtml#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16734701577903&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.em.com.br%2Fapp%2Fnoticia%2Fgerais%2F2021%2F08%2F20%2Finterna_gerais%2C1297874%2Fprojeto-voluntario-ajuda-imigrantes-sul-americanos-em-uberaba.shtml. Acesso em: 11 jan. 2023.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MENDES, A de A; BRASIL, D, R. Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Seqüência** (Florianópolis), n. 84, p. 64-88, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/m857phqNWZFzQDZ8vqhLDLM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

MILANOVIĆ, Branko. **Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo**. São Paulo: Todavia. 2020

MINAYO, M. C. de L. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002..

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. MINAYO, M. C. de L. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Ministério do Trabalho e Emprego resgata 24 trabalhadores em condição análoga à escravidão em Santa Catarina. **Ministério do Trabalho e Emprego**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/fevereiro/ministerio-do-trabalho-e-emprego-resgata-24-trabalhadores-venezuelanos-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-santa-catarina>. Acesso em: 11 out. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Ministério do Trabalho encontra imigrantes venezuelanos em situação irregular de trabalho. **Agência Gov**. 2024, Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/mte-encontra-seis-imigrantes-venezuelanos-em-situacao-irregular-de-trabalho-em-sao-paulo#:~:text=Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho%20encontra%20imigrantes%20venezuelanos%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20irregular%20de%20trabalho,-Todos%20trabalhavam%20em&text=O%20Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho%20e,partir%20de%20uma%20den%C3%Bancia%20an%C3%B4nima>. Acesso em: 11 out. 2024.

MONTAÑO, Carlos. **“Terceiro Setor” e “Questão Social” na Reestruturação do Capital. O Canto da Sereia**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPG-ESS, UFRJ. 2004.

MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MSF. Migração nas Américas: as características do movimento migratório na região. **Médicos Sem Fronteiras**, 11 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/migracao-nas-americas-as-caracteristicas-do-movimento-migratorio-na-regiao/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MUGNATTO, Silvia. Relator da área de Assistência Social e Família do Orçamento de 2024 pede reforço de dotações ao relator-geral. **Agência Câmara de Notícias**. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1026268-relator-da-area-de-assistencia-social-e-familia-do-orcamento-de-2024-pede-reforco-de-dotacoes-ao-relator-geral/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MUNICÍPIO DE UBERABA. **Audiência Pública** – Situação dos Imigrantes em Uberaba. Uberaba: Câmara Municipal de Uberaba, 19 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/live/f_AXIOyV1pY?feature=share. Acesso em: 13 jun. 2023.

MUNICÍPIO DE UBERABA. **Diagnóstico Socioterritorial**. Índice de Vulnerabilidade Familiar – IVF. Departamento de Vigilância Socioassistencial. Uberaba/MG, março de 2021. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//desenvolvimento_social/2021/vsa%20socioterritorial/VSA_Socioterritorial_Mar2021_versao2.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2009.

O GLOBO. Argentina quer pagar US\$ 900 milhões ao FMI com empréstimo do CAF e conversa com BID em busca de mais recursos. **O Globo**, 14 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/14/argentina-quer-pagar-us-900-milhoes-ao-fmi-com-emprestimo-do-caf-e-conversa-com-bid-em-busca-de-mais-recursos.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2024.

OLIVEIRA, A. C. O desafio da integração produtiva para o desenvolvimento da América Latina. In **Os Desafios da América Latina no Século XXI**. Enrique Iglesias (coordenação); organização, Gerson Damiani, Adolfo Garcé, Fabíola Wüst Zibetti. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.livrosabertos.edusp.usp.br/edusp/catalog/book/12>. Acesso em: 28 maio 2024.

PAREJA, F. A. El horizonte de las ilusiones populares: La Independencia de Venezuela y los conflictos no resueltos. **História Caribe**, vol. 9, n. 24, Barranquilla, July/Dec. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-88032014000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 29 maio 2024.

PAULI, E; FIDELES, E, R, R, S; ARANDA, P. da S. Migração e trabalho escravo na contemporaneidade. **Revista Latino Americana de Estudos Científicos**, v. 03, n.15 Mai./Jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/index>. Acesso em: 03 out. 2024.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 37-46, jan./jun., 2013.

PERES, A, B. A constituição do Estado capitalista tardio: análise da interpretação do capitalismo tardio sobre a constituição do Estado capitalista no Brasil. In: **Leituras de Economia Política, Campinas**, (15): 63-96, jan./dez, 2009. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L15/03%20Andrea%20Peres.pdf>. Acesso: em 07 set. 2024

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento Tributário da política social no pós- Real. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. **Financeirização do Fundo público e política social**, São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS et. al. “A fortaleza invisível”: reflexões sobre aspectos socioemocionais e de saúde mental das mães solas no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 16, n. 6, p. 01-24, 2024.

SANTOS, D. R. A crise estrutural do capital na atualidade. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, Maranhão, 23 a 26 de agosto de 2011. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_CRISE_ESTRUTURAL_DO_CAPITAL_NA_ATUALIDADE.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SEDS Integra Ação De Abordagem A Venezuelanos. **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldeuberaba.com.br/noticia/24211/seds-integra-acao-de-abordagem-a-venezuelanos>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, A. A. da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2007

SOUZA, Maria Cristina de. **Mulheres Negras, Pobreza e Racismo.** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2021.

SOUZA, R. B. De L. de; SOUZA, N. de J. de. Análise de indicadores econômicos e sociais da Venezuela, 1999/2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 20 – Salvador, 2009. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/1059/837>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SOUZA, R. S. Movimento migratório de refugiador e superexploração no capitalismo periférico latino-americano: a realidade brasileira. In: Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina. **Anais Do XVII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais**, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001089.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

STEIN, Stanley, J. **A herança colonial da América Latina:** ensaios de dependência econômica. PAZ E TERRA, 3. Ed. Rio de Janeiro, 1977.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; 1996.

WASSERMAN, C. História, mito e política na América Latina. **Boletim Tempo Presente** (UFRJ), v. 1, p. 1, 2013. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/claudiawasserman/files/historia_mito_e_politica_na_america_latina.pdf Acesso em: 04 jun. 2024.

ZERO, Marcelo. Marcelo Zero: para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da “revolução bolivariana”. **Viomundo**. 2017. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>. Acesso em: 09 Set. 2024.

ANEXO I



Prezado Senhor
 Dr. Benedito Raymundo Beraldo Júnior
 Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Uberaba/MG

Venho respeitosamente por meio deste, solicitar algumas informações para compor as minhas reflexões e análises no processo de construção da pesquisa de dissertação do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social- UNESP Franca/SP, a qual está sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Andréia Ap. Reis de Carvalho Liporoni.

A dissertação tem como título provisório, **"O movimento migratório da população Venezuelana para o Brasil e o acesso ao Programa Bolsa Família: reprodução do capital ou emancipação?"**

O projeto de pesquisa encontra-se em anexo, para apreciação.

Nesse sentido, solicito a Delegacia de Polícia Federal de Uberaba/MG- Setor de Migração as seguintes informações:

- 1) Quantas solicitações de refúgio de Venezuelanas (os) que o município de Uberaba/MG recebeu anualmente no período de 2013 a 2023.
- 2) Quantas solicitações de residência de Venezuelanas (os) que o município de Uberaba/MG, recebeu no período de 2013 a 2023.
- 3) Qual é o sexo, estado civil, faixa etária, raça/cor/ e escolaridade das/os Venezuelanos (as) que solicitaram refúgio no período de 2013 a 2023?

Por fim, segue nossos votos de consideração e estima. Certos de poder contar com o compromisso desta Secretaria com a população usuária dos serviços socioassistenciais, antecipamos os nossos agradecimentos e ficamos no aguardo.

Atenciosamente.
 Documento assinado digitalmente:
 **WARLES RODRIGUES ALMEIDA**
 Data: 05/05/2024 11:25:46-0300
 Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

Warles Rodrigues Almeida
 Mestrando do PPGSS/Unesp Franca
 RA n° SSO220167

Documento assinado digitalmente
 **ANDRÉIA APARECIDA REIS DE CARVALHO LIPORONI**
 Data: 05/05/2024 10:01:57-0300
 Verifique em <https://validar.j5.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Andréia Ap. R. Carvalho Liporoni.
 Docente do PPGSS/Unesp Franca

ANEXO II

21/11/2024, 21:27

SEI/PF - 35888944 - Informação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ANÁLISE DE DADOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - SADIP/CGMIG/DPA/PF

Informação nº 35888944/2024-SADIP/CGMIG/DPA/PF

1. Em atendimento a solicitação 35218502 referente ao movimento migratório da população venezuelana para o município de Uberaba/MG no período de 2013 a 2023, esclareço inicialmente que os dados oficiais sobre migração no Brasil são disponibilizados por meio do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com periodicidade mensal, trimestral, quadrimestral e anual. Isso é possível por conta do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), entre os principais gestores das bases de dados sobre migração e refúgio no Brasil com a participação da Polícia Federal. Trata-se de um esforço do Estado Brasileiro em garantir a transparência e o acesso democrático dos dados oficiais sobre migração e refúgio no Brasil, com o máximo rigor científico.
2. As informações estatísticas relacionadas ao registro de estrangeiro estão disponíveis no link <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados>. Informações relacionadas aos sistemas - Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) , Sistema de Tráfego Internacional (STI) e STI-MAR e CONARE - estão disponibilizadas e atualizadas.
3. Informo ainda que no Portal da Polícia Federal <https://www.gov.br/pf/pfbr/aceso-a-informacao/dados-abertos> consta dados referente a estatísticas nos sistemas SINPA, ePOL, SISMIGRA, SINARM e GESP.
4. No Portal da Imigração <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/inicio> estão os microdados, relatórios, publicações temáticas e, também, a ferramenta DATAMIGRA (<https://datamigra.mj.gov.br>) onde o usuário(a) pode acessar de maneira fácil todas as bases de dados disponíveis e fazer a sua própria pesquisa, gerando tabelas e gráficos. Leia atentamente o tutorial antes de usar o DATAMIGRA.
5. Caso haja a necessidade de um dado estatístico mais específico que não esteja disponível no Portal da Imigração ou haja dúvidas em relações aos dados, favor entrar em contato com o OBMigra através do e-mail: obmigra@unb.br.
6. Vale lembrar que dados sobre asilados e refugiados agora estão sob tutela do CONARE/MJSP, contato: conare@mj.gov.br e ainda no SISCONARE (<https://siconare.mj.gov.br/conare-web/login>), órgão integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.
7. Por fim, as informações disponibilizadas à PF não permitem responder as questões sobre os solicitantes de refúgio com precisão, razão pela qual sugere-se que o pedido de informação em questão seja encaminhado ao MJSP.
8. Quanto aos dados estatísticos dos **residentes ativos** apresentamos a planilha 35907073.

Atenciosamente,

PATRICIA AGUIRRE GOES
Agente de Polícia Federal
SADIP/CGMIG/DPA/PF

file:///C:/Users/guilh/Downloads/Informacao_35888944.html

1/2

21/11/2024, 21:27

SEI/PF - 35888944 - Informação



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA AGUIRRE GOES, Agente de Polícia Federal**, em 28/06/2024, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35888944&ccr=A17FA9B3.
Código verificador: **35888944** e Código CRC: **A17FA9B3**.

ANEXO III

----- Forwarded message -----

De: **Warles Rodrigues** <warlessalmeida86@gmail.com>

Date: ter., 15 de out. de 2024 às 11:24

Subject: Fwd: DISSERTAÇÃO - MESTRADO

To: <nad.ura.mg@pf.gov>

Prezados, bom dia!
Espero que estejam bem.

Como forma de qualificar o processo de análise dos dados da dissertação do Mestrado, venho por meio deste, solicitar a complementação de informações referente a SEI 08353000493/2024-75 (conforme cópia) abaixo.

- 1)** Em relação à quantidade de pedidos de refúgio por venezuelanos na cidade de Uberaba, em 2013, gostaria de verificar se houve algum pedido de refúgio?
- 2)** Em relação à quantidade de pedidos de refúgio por venezuelanos na cidade de Uberaba, de 2014 a 2023 houve um total de 232 pedidos. Isso quer dizer que em 2023 tínhamos 232 venezuelanos refugiados morando na cidade de Uberaba? Quantos venezuelanos refugiados moram em Uberaba atualmente?
- 3)** Em relação à ocupação dos imigrantes/refugiados venezuelanos, os dados apresentados consistem na ocupação que eles tem hoje no Brasil ou se referem à ocupação de origem que eles tinham na Venezuela?
- 4)** Em relação ao sexo dos refugiados venezuelanos, o formulário utilizado para se chegar a esse dado considera sexo de nascimento ou leva em consideração a identidade de gênero auto-percebida por meio do qual seria possível identificar pessoas transgêneros?
- 5)** Em relação à raça/cor dos refugiados venezuelanos, de 2013 a 2024. Quais são os dados?
- 6)** Em relação à escolaridade dos refugiados venezuelanos, de 2013 a 2024. Quais são os dados?

Atenciosamente,
Warles Rodrigues Almeida
Assistente Social
Mestrando do PPGSS/Unesp Franca.

Em seg., 1 de jul. de 2024 às 11:14, PF/gab.ura.mg@pf.gov.br <gab.ura.mg@pf.gov.br> escreveu:
Prezado Acadêmico,

Em atenção à solicitação encaminhada à esta Delegacia de Polícia Federal, seguem os dados.

At.te.

Benedito Raymundo BERALDO Junior
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DPF/URA/MG



Informacao_35888944.html
48.3kB



Solicitacao_35218502_SOLICITACAO.pdf
352.2kB



Planilha_35907073_VENEZUELANOS_ods
8.8kB

ANEXO IV



Prezada Senhora,
Erika Martins Ferreira Dias
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Prefeitura Municipal de Uberaba/MG.

Venho respeitosamente por meio deste, solicitar algumas informações para compor as minhas reflexões e análises no processo de construção da pesquisa de dissertação do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social- UNESP Franca/SP, a qual está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Andréia Ap. Reis de Carvalho Liporoni.

A dissertação tem como título provisório, **"O movimento migratório da população Venezuelana para o Brasil e o acesso ao Programa Bolsa Família: reprodução do capital ou emancipação?"**

O projeto de pesquisa encontra-se em anexo, para apreciação.

Nesse sentido, solicito ao Departamento de Vigilância Socioassistencial e Gestão de Benefício de Transferência de Renda e os demais Departamentos envolvidos com a temática as informações citadas abaixo:

- 1) Quantidade de famílias Venezuelanas referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS no município de Uberaba/MG.
- 2) Quantidade de famílias Venezuelanas inscritas no Cadastro Único que residem no município de Uberaba/MG
- 3) Quantidade de famílias Venezuelanas que recebem o Benefício do Programa Bolsa Família por abrangência dos 08 (oito) Centro de Referência de Assistência Social de Uberaba/MG.
- 4) Qual é o sexo, estado civil, faixa etária, raça/cor/ e escolaridade das/os Venezuelanos (as) que recebem o Benefício do Programa Bolsa Família?
- 5) Breve descrição das ações que estão sendo desenvolvidas para o atendimento das demandas das famílias Venezuelanas no campo da Política de Assistência Social.

Por fim, segue nossos votos de consideração e estima. Certos de poder contar com o compromisso desta Secretaria com a população usuária dos serviços socioassistenciais, antecipamos os nossos agradecimentos e ficamos no aguardo.

09 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
WALLIS RODRIGUES ALMEIDA
Data: 09/05/2024 11:15:30-1300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Documento assinado digitalmente
ANDREA APARECIDA REIS DE CARVALHO LIPORI
Data: 09/05/2024 09:59:25-6300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Serviço Social
Avenida Eufrásia Monteiro Petrúglio, 900 CEP 14409-160 Franca SP Brasil
Tel 16 3706-8897 dsos@franca.unesp.br

ANEXO V

Prezada Senhora,
Prof.ª Dra. Andreia Aparecida R. de C. Liporoni
Orientadora UNESP
Sr. Wartles Rodrigues Almeida
Mestrando Serviço Social – UNESP
Franca/ SP

Encaminhamos anexo, as informações solicitadas em relação aos migrantes Venezuelanos em Uberaba.

Uberaba, 17 de maio de 2024

Vânia Helena Guarato
Assistente Social/
Chefe do Departamento de
Vigilância Socioassistencial/ PMU- SEDS
Decreto: 023/2021

Erika Martins Ferreira Dias
Assistente Social
Secretária de Desenvolvimento Social
Decreto: 4252/2023

Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal e que recebem transferência de renda do Programa Bolsa Família

Centro de Referência de Assistência Social [CRAS]	Total de famílias Venezuelanas	Total de famílias que recebem o Programa Bolsa Família
Eleusa Helena Resende	3	1
Luci Caixeta da Silva - Pólo I	10	7
Doutor Décio Moreira	1	1
João Wagner Ribeiro	6	6
Morumbi	2	2
Suzana de Castro Maia Stamato Bérnago	14	5
Maria Aparecida da Silva	10	6
Ione Aparecida da Silva	0	0
Totais	46	28

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social e outras unidades inscritas no ASocial

Unidades	Total de famílias referenciadas
Secretaria de Desenvolvimento Social	51
Centro-POP	3
Casa de Passagem	59
Cras Eleusa Elena Resende - Abadia	3
Cras Luci Caixeta da Silva - Chica Ferreira	12
Cras Dr. Décio Moreira	1
Cras João Wagner Ribeiro - Boa Vista	4
Cras Morumbi	1
Cras Suzana da Graça C M S Bérnago - Tutunas	81
Cras Maria Aparecida da Silva - Vila Paulista	12
Total	227

Fonte: Sistema ASocial de Uberaba - extração 14/05/2024

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



UBERABA
GOVERNO MUNICIPAL

Quantidade de pessoas venezuelanas por sexo e faixa etária inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal

2

Sexo	Faixa etária						Totais
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos ou mais	
Masculino	4	10	3	3	8	2	30
Feminino	4	12	3	9	16	0	44
Totais	8	22	6	12	24	2	74

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

Quantidade de pessoas venezuelanas por raça/cor e grau de instrução inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal

/cor	Até 7 anos		7 anos ou mais				Totais
	Creche, pré-escola, classe de alfabetização	Não frequenta a escola	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior ou mais	
Branco	2	0	2	3	5	4	16
Preto	0	1	0	1	0	0	2
Amarelo	0	0	0	0	0	0	0
Pardo	3	2	11	17	13	10	56
Indígena	0	0	0	0	0	0	0
Totais	5	3	13	21	18	14	74

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

O único campo que indica o estado civil na base de dados do Cadastro Único é 'cônjuge', sendo 16 o total de famílias com a presença de cônjuge e das que recebem o Bolsa Família 8.

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



UBERABA
GOVERNO MUNICIPAL

Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal e que recebem transferência de renda do Programa Bolsa Família

Centro de Referência de Assistência Social [CRAS]	Total de famílias Venezuelanas	Total de famílias que recebem o Programa Bolsa Família
Eleusa Helena Resende	3	1
Luci Caixeta da Silva - Pólo I	10	7
Doutor Décio Moreira	1	1
João Wagner Ribeiro	6	6
Morumbi	2	2
Suzana de Castro Maia Stamáto Bérnago	14	5
Maria Aparecida da Silva	10	6
Ione Aparecida da Silva	0	0
Totais	46	28

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

Quantidade de famílias venezuelanas referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social e outras unidades inscritas no ASocial

Unidades	Total de famílias referenciadas
Secretaria de Desenvolvimento Social	51
Centro-POP	3
Casa de Passagem	59
Cras Eleusa Elena Resende - Abadia	3
Cras Luci Caixeta da Silva - Chica Ferreira	12
Cras Dr. Décio Moreira	1
Cras João Wagner Ribeiro - Boa Vista	4
Cras Morumbi	1
Cras Suzana da Graça C M S Bérnago - Tutunas	81
Cras Maria Aparecida da Silva - Vila Paulista	12
Total	227

Fonte: Sistema ASocial de Uberaba - extração 14/05/2024

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



UBERABA
GOVERNO MUNICIPAL

Quantidade de pessoas venezuelanas por sexo e faixa etária inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal

2

Sexo	Faixa etária						Totais
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos ou mais	
Masculino	4	10	3	3	8	2	30
Feminino	4	12	3	9	16	0	44
Totais	8	22	6	12	24	2	74

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

Quantidade de pessoas venezuelanas por raça/cor e grau de instrução inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que recebem a transferência de renda do Programa Bolsa Família do Governo Federal

Raça/cor	Até 7 anos		7 anos ou mais				Totais
	Creche, pré-escola, classe de alfabetização	Não frequenta a escola	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior ou mais	
Branco	2	0	2	3	5	4	16
Pardo	0	1	0	1	0	0	2
Preto	0	0	0	0	0	0	0
Amarelo	3	2	11	17	13	10	56
Indígena	0	0	0	0	0	0	0
Totais	5	3	13	21	18	14	74

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - referência dezembro de 2023

único campo que indica o estado civil na base de dados do Cadastro Único é 'cônjuge', sendo 16 o total de famílias com a presença de cônjuge e das que recebem o Bolsa Família 8.